

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**VINÍCIUS COSMOS BENVEGNÚ**

**AS SEMENTES DO LUGAR: POLÍTICAS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO**  
**RURAL NO RIO GRANDE DO SUL MERIDIONAL**

**PORTO ALEGRE**

**2017**

**VINÍCIUS COSMOS BENVENÚ**

**AS SEMENTES DO LUGAR: POLÍTICAS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO RIO GRANDE DO SUL MERIDIONAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

**PORTO ALEGRE**

**2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Benvegnú, Vinicius Cosmos  
As sementes do lugar : políticas locais e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul meridional / Vinicius Cosmos Benvegnú. -- 2017. 150 f.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Sementes crioulas. 2. Transgênicos. 3. Desenvolvimento. 4. Políticas do lugar. 5. Colonialidade. I. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**VINÍCIUS COSMOS BENVENÚ**

**AS SEMENTES DO LUGAR: POLÍTICAS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO RIO GRANDE DO SUL MERIDIONAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Manuela Finokiet  
Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia Charão Marques  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rumi Regina Kubo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR)

*Uma árvore de grande abraço gera-se de uma fina muda,  
Uma torre de nove andares levanta-se de um acúmulo de terra,  
Uma viagem de mil léguas inicia-se debaixo dos pés.  
(Tao Te Ching, poema LIV)*

*Ao Francisco e Sofia....*

## AGRADECIMENTOS

Entendo os agradecimentos como um espaço em que se possa escapar (nem tanto) da forma rígida de um trabalho acadêmico. É um momento de pessoalizar as relações com as quais convivemos ou construímos durante o período do mestrado. É o momento de reverenciar o “obrigado”, ainda que não possamos retribuir em sua inteireza. Assim, desculpem-me algumas expressões e informalidades.

\*\*\*

Sementes são essenciais ao ambiente, à alimentação, à vida. Mas também são boas para construirmos metáforas de nossos cotidianos, a “semente da vida”, “semente de uma relação”, “semente de uma ideia”... com isso permito-me pensar que um trabalho final de dissertação também é o fruto de uma semente que fora lança algum tempo antes, e ao longo de dois anos cultivado com algum zelo e esmero.

Uma semente guardada é um potencial, uma semente na terra é a esperança de que algo virá. Um projeto na cabeça do pesquisador é apenas uma idéia, em campo, em suas relações, é a esperança de um trabalho final. Como a terra que acolhe as sementes, gostaria de agradecer aos agricultores e agricultoras de Canguçu que me acolheram durante o período que estive em seu convívio. Um agradecimento especial ao Seu Adão Moraes, Seu José Luis Porto, Seu Cléu Ferreira, Mauro Gauger, Darneci Cardoso, Altamir Souza, Gerci Menegoni e a Dona Eliane pelos tempos desprendidos para conversarmos, possibilitando que minhas dúvidas, inquietações e ideias fossem contempladas e transformadas, sem vocês certamente não teria este fruto.

Devo não apenas um agradecimento formal, mas uma dádiva enorme ao Seu Júlio e à Dona Noélia, por terem me acolhido em sua casa desde o primeiro dia de minha estada em Canguçu, como se fora um filho. Ao Seu Julio fica o agradecimento de não apenas me guiar pelos interiores de Canguçu, mas também por apontar caminhos que somente aqueles que aí vivem conhecem. Obrigado pelo companheirismo e por tudo ensinado. Talvez sem vocês dois esta semente teria germinado de outra forma, com outro vigor.

Ao desabrochar, sair da escuridão (que parece eterna) a pequena semente, agora muda, é forte suficiente para erguer-se, mas frágil para suportar todas as intempéries. O zelo do agricultor e da agricultora ou de algum jardineiro e jardineira se faz necessário. Em meu caso tive muitos jardineiros. Em Canguçu foram alguns, na Unaic: Clei, Marcos, Márcia, Catania, Jones, Mário, Clebes, Jonas, Iuri, Amarelo, que à sua maneira contribuíram com o trabalho,

obrigado. Obrigado também à Marisa e Cleider pela acolhida e atenção. Obrigado ao Samuel e à Rose especialmente, não apenas por ter aberto sua casa, como também pelas conversas, risadas, desafoxos, conselhos. Não há como não dedicar um agradecimento a parte à minha amiga e colega Carmen. Além de ter intermediado minha chegada em Canguçu, sempre esteve presente albergando-me, conversando, orientando.

Em Porto Alegre os principais jardineiros desse trabalho foram meus professores, sejam aqueles com quem cursei disciplinas ou aqueles das conversas informais. Durante estes momentos souberam fazer as “podas”, “adubagens”, “enxertos” necessários para que a pesquisa continuasse crescendo. Impossível deixar de mencionar a “jardinagem” da Dani e da Macarena, que estiveram e estão atentas a todas possíveis dificuldades e nos momentos certos contribuíram para o trabalho ganhasse força e energia, obrigado. À dona Marlene também meu agradecimento.

O principal desses jardineiros sem dúvida é meu orientador Guilherme. Devo-lhe muito por ter chegado aqui. Sempre parcimonioso e em prontidão soube me incentivar, e me conduzir pelos caminhos acadêmicos. Não apenas um professor, mas uma pessoa, um “jardineiro” que conduz sem impor, deixando que cada um cresça à sua forma. Obrigado pelo exemplo de professor, orientador e pessoa, de atenção e dedicação.

De antemão agradeço às professoras Rumi Kubo, Flávia Charão e Manuela Finokiet, que se dispuseram a compor a banca examinadora, mesmo que com os tempos diminutos. Obrigado pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas críticas construtivas.

Como a planta que floresce, esse trabalho também necessitou de quem o polinizasse. E, sem dúvida meus colegas são esses polinizadores. Nas aulas ou fora delas foram inúmeros os momentos que tive para pensar, compreender e transformar minhas ideias a partir de uma singela palavra suas, ou de uma discussão mais acalorada. A diversidade da nossa turma, origens, sotaques, costumes, ideias, concepções, tiveram o efeito que a diversidade dos polens tem para uma florada. Alguns o fizeram como o vento, que rapidamente passaram, mas deixaram seu pólen. Outros, tal qual um colibri, param algum tempo e além de deixar sua contribuição “certeira” embelezaram o fazer. Mas tiveram as despreocupadas borboletas e mamangavas que não tiveram pressa de passar e adentrar as flores, e muito deixaram e tem nesse trabalho. Gabi, Day, Carmen, Diana, Natan, Denis, Santi, Léo obrigado pelas palavras, contribuições e principalmente pela amizade que germina.

E os amigos? Ah, estes são aquela infinidade microorganismos e líquens que se criam e vivem no entorno de uma planta. São aquelas relações de mutualismo que mesmo indiretamente contribuem para que a vida siga em frente. Obrigado Paulinho, Luana e Maria Antônia, pelos momentos de descontração e relaxo, foram providenciais. Bruninho “*mai broder*” que mesmo distante sempre está presente, além de ter proporcionado sair da rotina acadêmica com vários “*tibuns*”, valeu “*mermão!*”. Ritinha, amizade de longos tempos, que apesar da distância, é cada vez mais forte, *gracias* por todas as parcerias. *Broda* Rafa, salve é *nóis!* Ana Marcela, Gutcha, Dessa, Giba Giba, Luis Fernando, amizades que os desencontros não desfazem, obrigado. Ceci y Paula, “novas/velhas” amizades *gracias por lo compartido!*

Agradeço à minha família que são a “seiva” não apenas desse trabalho, mas de todos meus cultivos. Aos meus pais, obrigado pela compreensão, carinho, incentivo, e algumas discussões. À minha irmã, obrigado pela parceria, sempre. Poucas palavras bastam para que saibam quanto os quero e estimo.

Aos que não foram nomeados, lembrados e possam sentir ingratidão, minhas sinceras desculpas pela falha. Porém, como na agricultura, há coisas que nos escapam do controle e da razão, mas que mesmo assim contribuem para sua concretude.

\*\*\*

Em tempos de retrocessos e incertezas sociais, políticas, e econômicas – em que o sol parece já não brilhar o suficiente para a “fotossíntese acadêmica” – devo agradecer ao CNPq a concessão da bolsa de estudos e o privilégio de ter podido dedicar-me integralmente ao mestrado.



## RESUMO

Este trabalho se insere nos estudos críticos ao desenvolvimento e busca analisar como o cultivo de variedades crioulas por agricultores familiares possibilita a emergência de outros modelos agrícolas e modos de vida. A construção desse trabalho se deu a partir da composição entre etnografia e entrevistas abertas com agricultores familiares que cultivam sementes de variedades crioulas associados à União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (Unaic), no município de Canguçu, Rio Grande do Sul meridional. No primeiro momento foi analisado como a inserção e cultivo de variedades híbridas e transgênicas de milho reafirmam e reproduzem discursos e práticas do modelo de desenvolvimento econômico pautado na produtividade e crescimento. No segundo momento apresento um cenário em que estão relacionados um grupo de agricultores familiares e sua organização e trabalho de resgatar e preservar sementes de variedades crioulas. Esses fazeres apontam para um importante protagonismo das agricultoras enquanto viabilizadoras desses processos de resgate e preservação ao que denominei de *(r)existência*, processo dialético pelo qual as sementes crioulas passam entre o *existir* e o *resistir*. Esses trabalhos resultam na insurgência de conhecimentos legítimos que viabilizam aos agricultores resistir a uma completa modernização do fazer agrícola. Um desdobramento importante dessa insurgência é a participação das famílias agricultoras na formulação de políticas públicas. Ou seja, como elas podem ser construídas e/ou transformadas por meio das mobilizações e demandas dos últimos interessados convertendo-se em políticas do lugar. Nesse mesmo espaço ainda proponho uma discussão sobre o *potencial de vida* das sementes crioulas. O *potencial de vida* é a propriedade que as sementes crioulas têm de guardar e gerar não somente a vida biológica, mas também de proporcionar um deslocamento entre os circuitos de transações mercantis e os circuitos de dádiva e reciprocidade. Finalizo o trabalho retomando algumas das questões abordadas, problematizando as variedades transgênicas enquanto empreendimento de desenvolvimento e como estas podem ser entendidas como mecanismos de manutenção da colonialidade do poder/saber da razão moderno-ocidental.

**Palavras-chave:** Sementes crioulas. Transgênicos. Desenvolvimento. Políticas do lugar. Colonialidade

## RESUMEN

Este trabajo está inserto en los estudios críticos al desarrollo y busca analizar como la siembra y cultivo de variedades nativas por agricultores familiares posibilita la emergencia de otros modelos agrícolas y modos de vida. La construcción de este trabajo se dio desde la composición entre la etnografía y entrevistas abiertas con agricultores familiares que cultivan semillas de variedades nativas, asociados a la União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (Unaic), en la municipalidad de Canguçu, Rio Grande do Sul meridional. En un primero momento fue analizado como la inserción y cultivo de variedades híbridas y transgénicas de maíz reafirman y reproducen discursos y prácticas del modelo de desarrollo económico pautado en la productividad y crecimiento. En el segundo momento presento un escenario en el cual están relacionados un grupo de agricultores familiares y su organización y trabajo de rescatar y preservar semillas de variedades nativas. Estas labores apuntan para un importante protagonismo de las agricultoras como viabilizadoras de esos procesos de rescate y preservación, a los cuales nombré de *(r)existencia*, proceso dialéctico por el cual las semillas nativas pasan entre el *existir* y el *resistir*. Esos trabajos resultan en la insurgencia de conocimientos legítimos que viabilizan a los agricultores resistir a una completa modernización del hacer agrícola. Una derivación importante de esa insurgencia es la participación de las familias agricultoras en la formulación de políticas públicas. O sea, como ellas pueden ser construidas y/o transformadas por medio de las movilizaciones y demandas de los verdaderos interesados, convirtiéndose en políticas del lugar. En ese mismo espacio propongo, además, una discusión sobre el *potencial de vida* de las semillas nativas. El *potencial de vida* es la propiedad que las semillas nativas tienen de guardar y generar no solamente la vida biológica, sino también de proporcionar un desplazamiento entre los circuitos de transacciones mercantiles y los circuitos de dádiva y reciprocidad. Cierro el trabajo retomando algunos de los temas abordados, problematizando las variedades transgénicas desde emprendimientos del desarrollo y como estas pueden ser entendidas como mecanismos de manutención de la colonialidad del poder/saber de la razón moderno-occidental.

**Palabras-claves:** Semillas nativas. Transgénicos. Desarrollo. Políticas del lugar. Colonialidad.

## ABSTRACT

This work is part of the critical studies of development and seeks to analyze how the cultivation of native seeds by family farmers allows the emergence of other agricultural models and ways of life. The formulation of this work was based both on ethnography and open interviews with family farmers who grow seeds of native varieties associated with the Union of Community Associations of Canguçu (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - Unaic), in the county of Canguçu, Rio Grande do Sul, South Brazil. Firstly, it is analyzed how the insertion and cultivation of hybrid and transgenic maize varieties reaffirm and reproduce discourses and practices of the economic development model based on productivity and growth. Secondly, I present a context in which a group of family farmers are organized and work to rescue and preserve seeds of native varieties. Their activities point to an important role of the women farmers as protagonists of the processes of rescue and preservation, which I have called (r)existence, a dialectical process by which the native seeds pass between *existing* and *resisting*. Their actions result in the insurgency of legitimate knowledge that enables farmers to resist to a complete modernization of agricultural practices. An important development of this insurgency is the participation of the farming families in the formulation of public policies. That is, the way public policies can be constructed and/or transformed through the mobilization and demand of the last interested ones, therefore becoming policies of the place. Furthermore, I propose a discussion about the *life potential* of native seeds. Life potential is the property that native seeds have to store and generate not only the biological life, but also to provide a shift between the circuits of merchant transactions and the circuits of gift and reciprocity. I conclude by problematizing transgenic variety as a development enterprise, and suggesting how it can be understood as a mechanism for supporting the coloniality of the power/knowledge of modern-western reason.

**Keywords:** Native seeds. Transgenics. Development. Politics of place. Coloniality

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Milho, semente, grão.....	13
Imagem 2: Da janela do eucalipto: o relevo e o milharal.....	23
Imagem 3: Sementes crioulas e máquina, encontros com a modernidade.....	39
Imagem 4: O (des)cartesianismo de uma lavoura de feijão.....	66
Imagem 5: A escolha do alimento.....	103
Imagem 6: Sementes crioulas, potência de vida.....	130
Quadro 1. Apresentação da Unaic.....	21
Quadro 2: Coleta de dados.....	34
Quadro 3: Alguma rede de pesquisa.....	37

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CI	Compra Institucional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBRFP	Indo-British Rainfed Farming Project
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCD	Modernidade/Colonialidade e Decolonialidade
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RV	Revolução Verde
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UBS	Unidade de Beneficiamento de Sementes
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNAIC	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo da Organização das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO, o ciclo</b> .....	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO, ou sulcando a terra</b> .....	<b>14</b>
1.1 MOTIVAÇÕES E PROBLEMA DE PESQUISA .....	14
<b>2 PRELIMINARES EPISTEMOLÓGICAS, COMPOSIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO E SUA LIMITAÇÕES, ou lançando a semente</b> .....	<b>24</b>
2.1 CHEGANDO AO CAMPO, LIMITES E RECONSTRUÇÃO .....	31
<b>3 DESENVOLVIMENTO, HÍBRIDOS E TRANSGÊNICOS EM CANGUÇU, ou dos “encantamentos”</b> .....	<b>40</b>
3.1 SEMENTES DE DESENVOLVIMENTO .....	40
3.2 HÍBRIDOS E TRANSGÊNICOS EM CANGUÇU .....	46
3.3 DOS DESEJOS E PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO: PRODUZIR FACILIDADES .....	55
3.4 DESENVOLVIMENTO, ENTRE O SUCESSO E FRACASSO .....	61
<b>4 SEMENTES CRIOULAS E AGRICULTORES, ou do germinar e florescer</b> .....	<b>67</b>
4.1 DO RESGATE .....	67
4.2 DA (R)EXISTÊNCIA .....	76
4.3 DA INSURGÊNCIA .....	87
<b>4.3.1 O relevo dobra, o clima dita, o agricultor escreve. Reflexos de uma relação duradoura</b> .....	<b>89</b>
<b>4.3.2 Os animais não só comem, eles falam! Diálogos entre agricultores, animais e ciência</b> .....	<b>93</b>
<b>5 POLÍTICAS, MERCADOS E RELAÇÕES, ou da colheita e as dádivas</b> .....	<b>104</b>
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS OU POLÍTICAS DO LUGAR? .....	104
5.2 SEMEANDO RELAÇÕES MEDIANTE TRANSAÇÕES MERCANTIS .....	113
5.3 SEMENTES CRIOULAS: “HÍBRIDOS” DO SABER E DA AGRICULTURA LOCAIS .....	121
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS. TRANSGENIA: COLONIALIDADE DO PODER/SABER E DESENVOLVIMENTO EM UMA MESMA SEMENTE, ou do definir, transformar e replantar</b> .....	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>144</b>

**PREÂMBULO, o ciclo**

Pousio: estacionar; descanso, preparação, recomeçar;

Arar: movimento, ação, sulcos, revoluções, caos;

Semear: conhecimento, esperança, acolhida, silêncio, escuridão;

Germinar/Crescer: frio, calor, umidade, potência, ruptura, luz, vida;

Florescer/Frutificar: desabrochar, relação, zumbido, observação;

Colher: trabalho, regalar, dádiva, fartura, júbilo;

Apodrecer: concluir, definhar, morte, transformação;

Pousio: estacionar; descanso, preparação, recomeçar.

**Imagem 1: Milho, semente, grão**



.Fonte: foto do autor (2017).

## 1 INTRODUÇÃO, ou sulcando a terra

*O que representa melhor a generosidade da natureza que uma espiga de milho? Com uma torção do punho ela é facilmente arrancada do caule, sem desperdício ou trabalho excessivo. É repleta de grãos saborosos e nutritivos, maiores e mais numerosos que os de outros cereais. E é envolvida por uma palha que a protege de pragas e da umidade. O milho parece um presente da natureza; já vem até embrulhado (STANDAGE, 2010).*

Essa dissertação trata da experiência de um diálogo com agricultores que ao projetarem modos de vida o fazem lançando mão do uso das sementes crioulas. Além das sementes crioulas, os temas que permeiam e compõem o trabalho serão os transgênicos, práticas e conhecimentos resistentes e insurgentes, saberes locais, e assimetrias de saber e poder. Inevitavelmente por ser um trabalho que se projeta desde os estudos de desenvolvimento rural, pretendo aportar referências e reflexões críticas ao tema, alinhando-o com os estudos críticos ao desenvolvimento.

O trabalho acadêmico-científico nas ciências humanas possui suas particularidades, principalmente no que diz respeito ao uso (e abuso) das falas e conhecimentos de outrem, havendo nele uma inevitável traição, como sabiamente aponta o dito italiano “*un traduttore, un traditore*” (um tradutor, um traidor). Buscarei aqui ser o mais possível fiel e sincero com meus interlocutores, trazendo suas experiências a partir dos momentos em que com eles convivi, articulando-as com a literatura teórica a fim de discutir perspectivas dos temas acima elencados. É pertinente salientar que o texto está redigido em duas pessoas gramaticais. Quando em primeira pessoa do singular restringe-se às experiências e reflexões por mim vividas; já, quando lanço mão da primeira pessoa do plural, refere-se a experiências e reflexões vividas com os agricultores, amigos e colegas que auxiliaram na construção do trabalho e finalmente dos diálogos com o orientador. Contudo, estou ciente de que emergirão falhas e lacunas durante o texto e que são de minha inteira responsabilidade.

### 1.1 MOTIVAÇÕES E PROBLEMA DE PESQUISA

Por que sementes? E por que sementes crioulas? Após o término de minhas atividades de campo, ao rever os dados coletados, e refletir sobre eles, um dos questionamentos que me veio (e persiste) é de qual a motivação para que elegeisse construir todo um curso de mestrado e um problema de pesquisa a partir das sementes, mais precisamente das sementes crioulas. Ao cerrar os olhos e buscar uma resposta racional para esse questionamento realizando uma “arqueologia”, muitas poderiam ser as respostas. “Não há agricultura sem sementes, princípio básico da agricultura.”; “Entender o trabalho de conservação da biodiversidade.”;



“Conservação do patrimônio genético e banco de sementes.”; enfim, muitas foram as respostas que saltaram. No entanto, dando ouvidos aos sentimentos percebi que não foi uma escolha puramente racional, mas foram as sementes que me conduziram a este trabalho.

Talvez existam motivações singelas que carrego de minha infância. Quando ainda menino me aprazava ver aquelas pequeninas coisinhas postas na terra preta e úmida gerarem lindas e suculentas verduras ou frondosas plantas. Lembro-me de quando aos finais de semana meu pai trabalhava na horta do quintal de casa e me destinava uma pequena porção de terra para que preparasse um canteiro – que seria de minha responsabilidade – para que plantasse o que quisesse. Na época apenas uma atividade lúdica de uma tarde de primavera, porém ficaram mais que lembranças. Recordando desses momentos, entendo quando muitos dos agricultores com que conversei diziam: *“o agricultor é a única profissão que não se forma na escola, é aquele conhecimento empírico, de pai pra filho.”*, ou então quando exprimiam a dificuldade em motivar os jovens a permanecerem no campo<sup>1</sup>.

Em meu caso muito longe de tornar-me agricultor acabei parando nas galerias do palácio do conhecimento ocidental, mas as sementes sempre seguiram ladeando minha caminhada com distintas intensidades. Dessa forma, ao ver-me no contexto do mestrado em desenvolvimento rural, como após uma larga noite de dormência as sementes ressurgiram com toda potência em meu horizonte. Enfim poderia conjugar meu fazer profissional-estudantil a algo que sempre me motivara! Desde o momento de postulação até a concretização do trabalho elas estiveram presentes, e novamente elas conduziram às transformações da pesquisa, que serão relatados na sequência.

Inicialmente, extasiado com a possibilidade concreta de trabalhar com as sementes crioulas, minhas motivações eram entender como as sementes eram cultivadas, cuidadas, guardadas. As práticas cotidianas dos e das agricultoras, os significados e usos que davam a essas sementes. Sumariamente, olhando para trás, vejo aquela ideia como uma proposta romanesca. Romanesca porque, ademais de carregar o gérmen da vida, as sementes carregam

---

<sup>1</sup> O tema sobre a sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo e na atividade agrícola é um dos temas axiais das discussões do desenvolvimento rural. Não será abordado neste trabalho, no entanto, penso que a reflexão dos agricultores revela que o modelo de ensino aplicado ao contexto urbano prevalece também no contexto rural, em que pese a diferenças de como os conhecimentos são demandados e operacionalizados em cada um deles. Além disso, algumas leis do estatuto da criança e adolescente bem como das leis trabalhistas acabam dificultando a permanência do jovem no campo. Leis essas que visam proteger os jovens de trabalhos forçados ou análogos à escravidão, mas que geralmente são pensadas principalmente para contextos urbanos impossibilitando menores de 18 anos de trabalharem, e, quando aplicadas ao meio rural (principalmente a agricultura familiar), acabam prejudicando todo um modelo de ensino que está marcadamente pautado na experiência. No rural a “escola” também é o processo de a criança/jovem acompanhar os pais nas lides diárias, realizar tarefas que condigam com sua idade e capacidade, convertendo-se num ensinamento puro na prática.

consigo potencialidades políticas e combativas, propriedades que o romantismo da proposta acabava esvaziando. Iniciado o curso, as aulas, as leituras e os diálogos me propiciaram conhecer ideias, posicionamentos teóricos e políticos que removeram aquela fina camada romanesca com a qual havia ingressado. Dei-me conta de que era importante e bonito falar de sementes de uma forma terna, mas não somente isso, as sementes e as pessoas que as cultivam não o fazem apenas porque as veem bonitas, o fazem como um ato político, de luta, de vida, mas muitas vezes sem perder sua ternura.

Preparei-me para compor um projeto de pesquisa que pudesse contemplar esses dois pontos, mas com maior ênfase no aspecto político. O problema que se apresentou foi, como o resgate e preservação de sementes crioulas pode desencadear uma sucessão de ações políticas que visam dar conta de demandas locais, contribuindo para refletir e repensar noções de desenvolvimento econômico, crescimento e progresso, tema que muitas vezes não é contestado em nossa sociedade. Desse modo, o objetivo axial da pesquisa foi o de observar e compreender a atual situação de uma experiência de resgate e preservação de sementes crioulas concebida por um grupo de agricultores e sua associação, com quase trinta anos de existência no município de Canguçu, no sul do Rio Grande do Sul, no atual cenário agrícola em que cada vez mais é estimulado o uso de variedades híbridas e transgênicas e todo o pacote tecnológico necessário para seus cultivos.

Desse objetivo desdobram outros três. Primeiro, compreender como se deu o processo de resgate e preservação das sementes crioulas pelos agricultores familiares de Canguçu, a partir de suas motivações, projetos e experiência cotidiana. O segundo seguiu-se desse entendimento, que foi a necessidade de compreender como o resgate e preservação se converteram em uma alternativa produtiva e como ela foi sendo sustentada enquanto tal nos últimos anos pelos agricultores. Dessa forma, foi inevitável observar as negociações entre associação e instituições estatais quando da adesão/intervenção ou não em políticas públicas e/ou projetos de desenvolvimento. O terceiro objetivo surgiu já durante o trabalho de campo – sua emergência é relatada no próximo capítulo – a partir dos relatos dos próprios agricultores, sendo ele, apreender como as variedades híbridas (em um momento pretérito) e as transgênicas (mais recentemente), foram introduzidas no município articulando esse histórico com algumas reflexões sobre etapas e projetos de desenvolvimento econômico neste pouco mais de meio século. Por último destaco um desdobramento decorrente do problema e dos objetivos, que foi, a partir das experiências observadas, fazer uma análise crítica do

desenvolvimento, seus projetos e empreendimentos enquanto um mecanismo da razão moderno-ocidental.

Ante a este cenário tive que começar a mover-me para chegar aos agricultores. A primeira vez que estive em Canguçu, no entanto, não pude e tampouco consegui conversar estritamente sobre trabalho algum, pois estive visitando a Feira de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares<sup>2</sup> que é realizada há mais de quinze anos no município. Não pude porque as pessoas as quais me haviam indicado para conversar estavam envolvidas nos afazeres da feira, os principais protagonistas do evento. E, além disso, novamente o encantamento das sementes acabou se exercendo em mim. Tamanha era a diversidade de tipos, variedades, cores, formas, aonde acabei me detendo muito mais nas sementes do que nas pessoas.

A primeira oportunidade havia passado e doravante os tempos ficavam cada vez mais escassos. Deixei de fazer contatos pessoalmente, pensava, agora só me restava o telefone, a voz. Carmen, amiga e colega de curso, havia me passado o telefone do Seu Julio, agricultor e presidente da Unaic – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – (além disso, um amigo que fiz e levo dessa experiência, meu *cicerone* pelos interiores de Canguçu e interlocutor constante), uma associação que concatena alguns agricultores familiares que trabalham com as sementes crioulas. Após inúmeras tentativas fracassadas de contato com seu Julio, enfim pude contatá-lo, acertando que poderia visitá-los a fim de explicar minha proposta de pesquisa em fins de novembro (de 2015). Chegada a data marcada, partimos com Carmen para Canguçu.

O fato de Carmen ter me acompanhado e lá ter me apresentado na Unaic, desvela, uma vez mais, como uma pesquisa científica não é um feito exclusivo do pesquisador e seus “pesquisados”, mas sim um conjunto de fios que se interligam constituindo uma ampla rede (à inspiração de Bruno Latour) de pessoas, conhecimentos, interesses. Canguçu concatena vários agricultores que cultivam as sementes crioulas, bem como distintas instituições que realizam projetos e atividades com as sementes crioulas. Meu primeiro contato com este universo foi a partir da Unaic, e antes de me aprofundar em campo e conhecer as distancias e redes de relações imbricadas, minha intenção foi de trabalhar com o maior número possível de agricultores e instituições. Contudo, ao dar-me conta dessa grandeza, e do tempo-espaco para realizar a pesquisa e a dissertação de mestrado, optei por focar o trabalho empírico em apenas uma das possibilidades, que veio a ser a Unaic e os agricultores associados a ela. Seguramente

---

<sup>2</sup> Retornarei à Feira de sementes em outros momentos e outras discussões ao longo dos capítulos que seguem.

ficaram lacunas, entretanto, a intensidade do campo me proporcionou conhecer com amplitude tanto esses agricultores, como a própria Unaic, importantes atores no trabalho com as sementes crioulas.

O dia de minha ida a Canguçu foi uma quinta-feira chuvosa do inverno de novembro e quando chegamos à cidade, garoava uma fina chuva que contrário ao dito, “chovia e molhava”. Não! Tu, leitor, não te enganas, a leve ironia descreve aquele ano. Definitivamente percebi em meu cotidiano as mudanças climáticas. O não-inverno do inverno. O veranico de julho, agosto, setembro, as diluviais chuvas e inundações, e os dias frios e chuvosos de novembro. Para chegar ao destino nos deslocamos pela rodovia federal BR116, que no seu trecho final ladeia o curso da Lagoa dos Patos. A paisagem que a acompanha é de planície em quase sua totalidade, temperada por algumas elevações de coxilha, significando que sua topografia eleva-se minimamente ao nível do mar. Na altura do município de São Lourenço do Sul pegamos a rodovia estadual RS265. Se antes a rodovia federal era composta por longas retas a estrada estadual, passados alguns quilômetros iniciais, é constituída por um serpenteamento de curvas sinuosas. Lentamente, vai sendo revelada uma paisagem de cerros escarpados mesclados com áreas de campo. Este caminho oportuniza ao viajante contemplar a transição que ocorre da planície costeira para as Serras do Sudeste ou também conhecida como Serra dos Tapes. Canguçu encontra-se nesta região, bem como na transição entre a geografia serrana e a extensa campina pampiana. Uma curiosidade que me surpreendeu é que Canguçu encontra-se elevada aproximadamente a quatrocentos metros ao nível do mar, e está distante em cinquenta quilômetros de Pelotas, que está a apenas trinta metros do nível do mar. Uma alteração de mais de trezentos metros na altitude em apenas cinquenta quilômetros!

Estar localizado na Serra dos Tapes e ao mesmo tempo numa zona em que os relevos e biomas transitam é apenas uma das características que torna este município tão particular quando os olhares são voltados para entender sua realidade rural e agrícola. Zonas com características fronteiriças e de transição, e com abundância de recursos materiais, hídricos e alimentares, costumam propiciar o trânsito e fluxo de populações humanas. Os relatos da historiografia colonial e a literatura arqueológica dão conta que esta era uma região de diversidade étnica de populações ameríndias<sup>3</sup>. Das pradarias pampianas deslocavam-se os indígenas charruas e minuanos, estes, os que vieram a emprestar seu nome ao famoso vento frio e ruidoso que chegado o inverno avança por estas terras, como que a lembrar aos de hoje, seus antigos habitantes. Da orla da Lagoa dos Patos avançando para as serras encontravam-se

---

<sup>3</sup> Para aprofundar questões sobre este tema consultar: KERN, A. A. **Antecedentes indígenas**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 1994; PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Editora da UnB: Brasília, 1992.

os indígenas Tapes, que coincidência ou não, também são referência para o nome da serra homônima. Além de populações do tronco linguístico tupi-guarani e jê. O próprio nome Canguçu derivaria do idioma de troco tupi-guarani – *caa-guaxu* – que viria ser mato grande ou lugar de muito mato (infelizmente se contemplamos com atenção os arredores o nome já não condiz mais com o que fora no passado).

Com a invasão deste território pelas populações ibéricas abre-se uma situação paradoxal. Somam-se outros povos a habitar a região, porém fica marcada a redução da diversidade étnica então existente. As práticas de escravização e etnocídio levadas ao cabo tanto por lusos como castelhanos acabaram reduzindo não somente populações e a diversidade sociocultural, por meio da imposição de uma racionalidade e operacionalidade ocidental de viver, que virá a ser discutida por pensadores latino-americanos. A prevalência dos lusos no território propiciou a emergência de duas pequenas vilas que posteriormente se tornaram importantes cidades para a região, Rio Grande e Pelotas. A oligarquia agrária local infelizmente não foi inovadora em seu *modus operandi*. A estrutura colonial-escravagista também foi posta em prática nas estâncias fazendo uso de populações africanas como mão-de-obra violentamente subordinada. A principal obra que trata da reconstituição histórica de Canguçu é o livro *Canguçu, reencontro com a história* de Cláudio Moreira Bento (1983). Algumas teses e dissertações consultadas ao longo do processo dissertativo também fazem uma reconstrução histórica, social e econômica do município, dentre elas destaco, Cotrim (2003), Fialho (2005), Machado (2014), e Finokiet (2016).

Em conversas com as pessoas, pouco escutei sobre o passado indígena de Canguçu, porém a memória sobre a escravidão e dos “negros” é presente na história oral. Em uma prosa sobre os tempos de antanho surgiram relatos de que em uma estância cujas terras hoje estariam dentro do município, teria sido a primeira localidade a valer-se de mão-de-obra africana escravizada, na então Província de São Pedro. Cevando um mate com um senhor enquanto falávamos sobre o interior do município, ele comentou sobre os caminhos “escondidos”, que eram caminhos dos negros que fugiam e se resguardavam em algum “cantão” dentro das matas. Esses relatos muito provavelmente revelam o passado e neles também está a razão histórica de que hoje existam em Canguçu mais de quinze comunidades quilombolas autodeclaradas e reconhecidas.

O final do século XIX levou à região um novo fluxo migratório. Influenciados pelo despontante darwinismo social, pelos ideais de progresso econômico e de branqueamento da população da emergente nação brasileira, populações de imigrantes pomeranos, italianos e de outras nações europeias foram atraídas ao “novo mundo” e assentadas na região que

contempla o município de Canguçu. O último grande movimento migratório do município ocorreu entre os anos de 1980 e 1990, agora já não uma imigração étnica, mas uma migração social. A reforma agrária (parcial e incipiente) fez com que inúmeras famílias fossem assentadas no município, que conta hoje com mais de quinze assentamentos. Com o assentamento desses “novos” agricultores, novos e velhos estigmas e preconceitos afloraram, entre “locais e forasteiros” resultando numa nova reconfiguração social.

Durante um café da manhã na casa do Seu Júlio, dona Noélia sua esposa, contava que quando foram assentados em Canguçu a vida inicialmente não era fácil, sobretudo pelo preconceito que sofriam. Para que entendesse bem me relatou o caso de duas famílias vizinhas, uma assentada e outra não. O casal não assentado tinha várias filhas mulheres enquanto que os companheiros assentados tinham um filho homem. Os jovens passaram a frequentar a mesma escola rural. Nesse contexto umas das filhas passou a namorar o jovem assentado, fato que gerou a desaprovação dos pais de moça. Eles constantemente expressavam seu descontentamento, pois achavam que o rapaz por ser filho de assentados era baderneiro, preguiçoso etc.. Os jovens, contudo, mantiveram o relacionamento acarretando em sua união. Mas não somente isso, o rapaz além de desfazer os preconceitos com os sogros, passou a ser estimado ao ponto deles “*quererem o rapaz tanto quanto a filha*”, finalizou dona Noélia.

Desde o cenário que busquei apresentar acima é possível entender Canguçu como um local de encontro de diversidades, serra e bosque, pampa e campo. Indígenas, afros, ibéricos e outros europeus. Locais e assentados. Ainda que seja um município populoso – contando com aproximadamente cinquenta mil habitantes – é majoritariamente rural. Sua “gente” e economia estão no campo, e isso proporciona, também, uma diversidade de “agri-culturas”. A variedade está no cultivo – milho, arroz, feijão, soja, amendoim, batata, batata-doce, mandioca, verduras, tabaco, silvicultura e pecuária. E a variedade dessas reflete na variedade de modos de conceber e fazer o cultivo da terra. Historicamente marcada pela pecuária e pela agricultura camponesa<sup>4</sup> – quilombola, camponesa lusa, pomerana, italiana – estes modos de fazer persistem, mas convivem com modelos “revolucionários<sup>5</sup>”, capitalistas e de negócio, do agronegócio<sup>6</sup>. Entre elas não há fronteiras – talvez contornos – pois, da mesma forma que se

<sup>4</sup> Utilizo o termo “camponesa” apenas para dar conta do modelo de produção, de subsistência, sistêmico e integrado. No entanto, meus interlocutores em nenhum momento se declaram camponeses(as), mas sempre agricultores familiares. Dessa forma não cabe aqui uma discussão entre essas duas categorias (camponês ou agricultor familiar) tão cara os estudos de desenvolvimento rural.

<sup>5</sup> Alusão irônica à Revolução Verde da agricultura.

<sup>6</sup> Tomo por agronegócio a abordagem que o prevê enquanto uma conjunção entre práticas agrícolas, unidades territoriais e agrárias, relações econômicas e sociais, bem como dimensões simbólicas que possibilitam sua existência. Para aprofundar questões sobre o tema conferir: HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P.

pode encontrar extensas áreas (mono)cultivadas de soja, milho, eucalipto, pinus, também é verdade que em pequenas áreas de poucos hectares há o monocultivo do tabaco, ou como perspicazmente disse Seu Julio, ainda que seja um cultivo importante para os agricultores “*é uma monocultura, um ‘agronegocinho’*”. Além de famílias que praticam culturas de *agrodiversidade*. Estas discussões, entretanto, serão aprofundadas na sequência do trabalho nos capítulos que virão.

Aqui a pausa para uma pergunta – reflexiva para mim, essencial para ti leitor. Por que Canguçu? As sementes crioulas! Sim, antes de tudo porque lá há agricultores que as cultivam, trabalham por e com elas. Mas isso não é tudo, até porque há outras regiões, outros estados, em que as sementes organizam agricultores. Um forte motivo foi a rede de amizades e colegas que acabou me conduzindo até lá, abrindo portas, mostrando caminhos, somado a questões pragmáticas como a distância e acesso, contaram para minha escolha. E não menos importante o conjunto das diversidades que busquei manifestar, igualmente possibilitaram viver, refletir, (re)construir constantemente esta experiência. Como a terra que recebe uma semente e acolhe sua vida até uma nova semente, penso que todos esses elementos me acolheram para que pudesse chegar a este exercício de reflexão e escrita.

#### Quadro 1. Apresentação da Unaic

A Unaic é resultado da conjuntura político-social do período de transição entre a ditadura do regime militar e a reabertura política com a restituição da democracia no país, que proporcionou a emergência de novos processos de organização social. Segundo Seu Zé Luis, “*durante os anos 80 e início dos (anos) 90 esteve muito fortalecido o cooperativismo e o associativismo no interior do município de Canguçu*”. Nesse período embalados pela aurora democrática, somados à atuação de organizações confessionais como a Pastoral da Terra e o Capa – ligados à Igreja Católica e Luterana respectivamente – agricultores de todos os distritos de Canguçu se organizaram “*fazendo com que surgissem muitas associações*”. O êxito da iniciativa fez com que inúmeras associações e cooperativas fossem criadas, mas também passou a causar descontentamento às elites locais. Somado a isso o estabelecimento de políticas neoliberais na década de 1990 possibilitou o avanço contundente dos pacotes modernizantes e tecnológicos da agricultura. Como aponta Seu Zé Luis,

Ao ver que o associativismo e cooperativismo possibilitava mais poder às pessoas, através da organização, a classe política mais privilegiada aqui de Canguçu começou a trabalhar contra ao associativismo e o cooperativismo. Eles iam minando as associações, dando força para o individualismo, que cada agricultor trabalhasse por sua conta.

Esses fatos levaram ao enfraquecimento das associações e cooperativas locais. Neste contexto segundo Seu Julio, “*antes havia várias associações espalhadas pelo interior de Canguçu, que de certa forma dificultava na comercialização dos produtos dos agricultores. Aí resolveram juntar todas elas e se formou a Unaic – União das Associações do Interior de Canguçu.*” Para seu Zé

Luis, “a Unaic surgiu para ‘reagregar’ essas associações e tentar dar um novo impulso ao associativismo local”. O trabalho da Unaic estava relacionado a todas as atividades da agricultura familiar – o que depois possibilitou a criação da Cooperativa União. Conforme seu Júlio “a primeira atividade da Unaic era trabalhar para o comércio dos produtos dos agricultores, mas logo em seguida veio a ideia do resgate das sementes crioulas, com a intenção de resgatar o passado.” Fundada em 1988 já são vinte e oito anos que a Unaic vem trabalhando em pela agricultura familiar e a mais de vinte com atividades relacionadas às sementes crioulas [UNAIC, 2016]. Atualmente a Unaic trabalha exclusivamente assessorando, recebendo, beneficiando e comercializando as sementes crioulas dos agricultores produtores. Além disso, associação mantém o trabalho de resgate, resguardo e divulgação das sementes

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Além desse capítulo introdutório a dissertação contará com mais quatro capítulos e as considerações finais. No segundo capítulo busquei dar conta de algumas reflexões epistemológicas que pautaram tanto a construção do projeto, minha coleta de dados junto aos agricultores, bem como nos momentos de organização e análise das informações coletas e dos momentos final de redação do texto. Os capítulos três, quatro e cinco carregam os principais dados da experiência de campo onde busquei dar conta dos objetivos da pesquisa. No capítulo três, realizo uma discussão sobre as sementes híbridas e transgênicas no município de Canguçu cuja proposta é entendê-las como empreendimentos de desenvolvimento, a partir de uma reflexão crítica ao mesmo.

O quarto capítulo é dedicado às sementes crioulas e sua história com os agricultores que as cultivam. Nele trago a iniciativa de resgate e preservação, e o posterior projeto de produção para venda em escala. Busco dar conta, ainda, de como as sementes crioulas resistiram através do longo processo de modernização da agricultura, por meio do dedicado trabalho das agricultoras e do conhecimento decorrente da interação agricultores/animais.

O quinto capítulo é dedicado a discussões acerca de políticas públicas, como elas podem ser construídas e/ou transformadas por meio das mobilizações e demandas dos últimos interessados convertendo-se em políticas do lugar. Nesse capítulo ainda proponho uma discussão sobre o *potencial de vida* das sementes crioulas e como este proporciona um deslocamento entre circuitos de transações mercantis e circuitos de dádiva e reciprocidade. Encerro, concatenando estes temas para problematizar a categoria de agricultura familiar.

Nas considerações finais, além retomar as reflexões feitas ao longo do trabalho, proponho uma reflexão em que o tema central é a razão moderno-ocidental e a colonialidade do poder/saber.



**Imagem 2: Da janela do eucalipto: o relevo e o milharal**



Fonte: foto do autor (2017).

## 2 PRELIMINARES EPISTEMOLÓGICAS, COMPOSIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO E SUAS LIMITAÇÕES, ou lançando a semente

Abro esse capítulo apresentando as bases teóricas que influenciaram e permitiram que compusesse os processos e percursos metodológicos. Ao concluir a discussão, trago algumas experiências de campo que a embasaram e/ou que se transformaram a partir dela.

A Ciência<sup>7</sup> enquanto um sistema complexamente estruturado de produção de conhecimento se alicerça em três principais bases, (pretensão) à verdade, à neutralidade/imparcialidade e à universalidade. O proceder científico desde o *Discurso sobre o método* vem aprimorando seus discursos a fim de tornar cada vez mais legítima sua prática. Este “tripé” fundamental sustenta de forma axiomática as ditas ciências “duras” e naturais cabendo pouco espaço para os divergentes e para as contestações. A ciência social e humana, por sua vez, quando ainda iniciava seus postulados também bebeu desses princípios básicos para ser reconhecida e legitimada por seus pares científicos. Não cabe aqui realizar uma genealogia da ciência social, mas recupero exemplos sucintos da sociologia e da antropologia para situar a sequência da discussão.

A sociologia foi a precursora nesse sentido quando E. Durkheim desbancou outras formas emergentes de proceder sociologicamente. Debruçado nos êxitos das ciências duras e naturais, Durkheim assentou os cânones sociológicos em *As regras do método sociológico*, com uma metodologia bem definida e análise estatística rigorosa e comprometida. Na antropologia tampouco foi diferente. O período de Morgan, Taylor e Frazer foi a alvorada de sua época moderna. Essa disciplina que já despertava como uma ciência possuía diferenças frente à sociologia, em suas análises e preocupações, porém para tornar-se uma ciência enquanto tal ainda lhe faltava o método. Foi B. Malinowski o responsável pelo por tal feito. Em seu clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* a etnografia é de fato codificada alicerçando-se como método por excelência da antropologia. Na obra são três os princípios fundamentais que marcam a etnografia:

Em primeiro lugar, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos [...]. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência (MALINOWSKI, 1984, p. 20).

---

<sup>7</sup> Ciência com maiúsculo enquanto conhecimento do ocidente colonizador e autoritário opondo-se a ciência enquanto os inúmeros regimes de conhecimentos existentes nos mundos. Referência à Carneiro da Cunha (2007).

Durante praticamente todo século XX esses princípios e métodos também foram aplicados incontestavelmente na ciência social. Na sociologia aplicar questionários, analisar estatísticas e variáveis. Na antropologia dedicar-se à etnografia, à observação participante e *interpretar* as manifestações socioculturais de outrem. No final das contas estávamos praticando e exercendo a Ciência, era apenas o pesquisador e seus pesquisados, sujeito e objeto. A citação acima, ainda que indiretamente, aponta esses valores mais caros à ciência. No entanto, na ciência social e humana os “objetos” – comumente concebidos como recurso inerte e passivo – são pessoas, e pessoas realmente estão longe de serem objetos.

Dessa forma, realizar uma pesquisa social move não somente a racionalidade, a coleta de dados e o diálogo com alguma teoria. Estão envolvidos sentimentos, interesses, experiências, diálogos, percalços..., do pesquisador e das pessoas envolvidas nessa relação. Para tanto, articulo algumas referências que vêm se contrapondo aos marcos fundantes da Ciência, e principalmente da ciência social. Abordá-los não é somente porque possibilitam propor o trabalho científico-acadêmico desde outro olhar, mas também por ter sido parte de meu exercício de pesquisa e dissertação.

Não é incomum que em conversas triviais, encontros, ou qualquer diálogo, para contestar ou contrapor alguma afirmação da qual não se concorda, evoca-se a ciência como juíza de tal afirmação. Ao interlocutor indaga-se se o que afirma é “comprovado cientificamente?” ou se “há dados científicos sobre tal tema?”. Ante o vacilo da resposta, encerra-se a diálogo com a sensação de triunfo que a ciência concedeu ao inquiridor. Cenas como esta retratam não somente a assimetria que existe entre distintas formas de conhecimento, mas também as relações de poder que estão imbricadas no saber. Deleuze, comentando Foucault, afirma, “não existe modelo de verdade que não reenvie a um tipo de poder, nem saber que exprima ou implique um efetivo poder em vias de realização” (DELEUZE, 1986, p. 46 tradução nossa). As reflexões dos filósofos franceses denunciam nitidamente dois dos suportes da ciência, a pretensão à verdade e à neutralidade. Nada pode ser mais verdadeiro que o conhecimento científico, embora esta verdade seja forjada em relações de poder extremamente hierárquicas. Conforme Roberto Machado, na introdução aos textos de Foucault em *Microfísica do Poder*:

O fundamental da análise [das relações de poder/saber] é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder... Cada vez mais se impõe a necessidade de o poder se tornar competente. *Vivemos cada vez mais sob o domínio do perito*. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber devendo enviar aos que

lhe delegaram um poder um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. (MACHADO, 2013, p. 28 grifos nossos).

O trecho de Machado salienta ainda mais a relação poder/saber. Contudo, este poder em Foucault não deve ser entendido nem enquanto positivo nem negativo, muito menos enquanto uma instituição. Em Foucault o poder perpassa as pessoas, através da dialética com o saber. Além disso, o trecho grifado revela a figura do especialista enquanto um detentor de poder legitimado por seu saber. Assim para nossa realidade, ninguém mais autorizado a cometer alguma forma de violência que o cientista, o pesquisador, o mestrando. A pessoa apta, preparada a conhecer e “desvelar” a realidade de outrem. Porém se nos determos reflexivamente vemos que relações de poder, interesses, políticos, econômicos, entre tantos outros, que envolvem o conhecimento, é quem vão avaliar e hierarquizar cada um deles. Não há deste modo, uma verdade única, muito menos uma verdade científica, tampouco há ciência imparcial ou neutra. Todo conhecimento é político. Bruno Latour em recente entrevista afirma, “o objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis. Nem as ciências naturais e exatas produzem verdades indiscutíveis”. (LATOUR; 2017)

Na mesma direção argumentativa sobre as bases da ciência, gostaria de trazer os aportes contestatórios que algumas teorias feministas fazem à epistemologia ocidental. Donna Haraway (1995) aponta que analisando desde sua própria perspectiva, a ciência é uma construção retórica, no qual o conhecimento produzido serve como via para validar um poder desejado. Voltamos à questão do poder/saber. A ciência pode ser vista como um construto retórico, pois há uma classe científica – que na exposição da autora é composta exclusivamente por Homens, brancos, heteronormativos, patriarcais – privilegiada justamente por essas relações dialéticas entre poder e saber, que por meio destes recursos retóricos estabelece quais enunciados e práticas têm valor enquanto conhecimento e verdade.

A principal forma para que todo esse processo se dê é por meio da objetividade científica, também traduzida pela neutralidade e/ou imparcialidade. Para a autora a única objetividade possível é uma perspectiva parcial e localizada. A isso ela propõe que seja chamada de “objetividade feminista” que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto.” (HARAWAY, 1995, p. 21). Ou seja, o ato de conhecer e produzir conhecimento tem de ser local, vivido, corporificado. A autora destaca que uma das estratégias prático-retóricas da Ciência é lançar mão do relativismo em conjunto com a totalização. O relativismo científico proporciona a falsa ideia que se está dando conta das especificidades locais, “da parte”, ao passo que a

totalização possibilita que das partes possam ser formuladas pressupostos universais, é o artifício de ver nas partes o “todo”. Como perspicazmente afirma Haraway (1995, p. 24), são ambos “[relativismo e totalização], visão de toda parte e de lugar nenhum”. Proceder através de um ou de ambos é evadir-se de responsabilidade e po-sicionamento.

Quanto à noção de posicionamento, a autora é ainda mais incisiva ao afirmar que a objetividade feminista é “um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (HARAWAY 1995, p. 22). Para compreender esta objetividade feminista é necessário considerar que objetividade não é pura e simplesmente um “preenchimento metodológico” entre sujeito e objeto, que relega ao pesquisador o “objetivo” de conhecer “seu” objeto. A objetividade para ciência feminista é sim a possibilidade de relação entre sujeitos, pessoas, em que os distintos conhecimentos e modos de construir mundos sejam postos em fluxo. Dessa forma, quando o pesquisador se dispõe a realizar uma pesquisa partindo da convicção dos saberes situados, deve estar ciente de que só existirá objetividade em sua prática se houver relação e perspectivas localizadas e parciais.

As ciências sociais vêm tendo um papel preponderante nesse sentido de contestação dos pressupostos da ciência. Como afirma Latour,

As ciências sociais realizam perfeitamente o trabalho de gerar verdades que possam ser discutidas. Elas são como as demais ciências e em certos aspectos até mais exigentes. A antropologia é muito mais exigente que muitos ramos da psicologia, da economia e da geografia. O objetivo é produzir discussões públicas normatizadas. (LATOURE, 2017)

No caso da antropologia, citada pelo autor, a algumas décadas já é realizada uma reflexão crítica acerca do posicionamento do antropólogo seja nas relações em campo como na perspectiva da escrita. James Clifford e George Marcus em *Retóricas de la Antropología* (1991), organizaram um conjunto de textos que refletem justamente sobre a etnografia, o trabalho de campo e a produção de conhecimento da disciplina. Clifford (2008), ao discorrer sobre a antropologia no século XX e a relação com a literatura, traz alguns apontamentos sobre a autoridade etnográfica no decorrer deste período. Conforme o autor a escrita consiste em um “processo complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. Em resposta a estas forças, a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade” (CLIFFORD, 2008, p. 21).

A experiência de campo, o “estar lá”, e a tradução constituem as grandes pilastras da autoridade etnográfica, “a observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução” (CLIFFORD 2008, p. 20). Essa experiência de campo possibilita ao etnógrafo a convivência com seus interlocutores, mas reserva a ele um distanciamento (o distanciamento científico), na escrita, que irá traduzir-se em um relato monofônico e distanciado, totalizante e a-histórico, e principalmente “verdadeiro”! Esse processo interpretativo transforma a realidade local e do momento em um texto generalizante – metas-narrativas – em que pouco importa a identidade e protagonismo dos interlocutores, mas sim a relevância que os fatos têm dentro de um conjunto total, para o saber científico.

Como proposta de “atenuação” dessa autoridade etnográfica, Clifford aponta que o antropólogo (cientista em nosso caso) deve procurar se desvencilhar dos mecanismos que perpetuam essa autoridade. Para isso propõe o exercício da dialogia e/ou polifonia. Dessa forma, é mister que não seja apenas a voz do pesquisador à ser ouvida. E que a produção textual desses modelos acarrete, sobretudo, um constante processo de negociação entre os variados interlocutores da realidade em questão. Durante processo criativo desse texto me desafiei a esse exercício dialógico-polifônico, buscando realmente dialogar com os agricultores e agricultoras com quem convivi. Além disso, me pareceu desafiador construir um diálogo contigo leitor, afim de que te sintas cativado e motivado a compreender a proposta do trabalho. Por fim destaco que optei por algumas estilísticas textuais que subvertem a norma acadêmica como um ato político, no sentido de o conhecimento científico também pode ser constituído a partir de outras formas.

\*\*\*

Outro aporte teórico que influenciou minhas reflexões para compor e estruturar o percurso metodológico foram algumas perspectivas pós-coloniais, principalmente do programa latino-americano Modernidade/Colonialidade e pensamento Decolonial (MCD). Como apontei anteriormente, todo exercício de saber tem imbricado uma relação de poder, sendo seu inverso válido também. Entretanto, o pensamento decolonial introduz um novo elemento para pensarmos essa relação saber/poder, a *colonialidade*. Aníbal Quijano foi o primeiro pensador a trazer para o debate este conceito, que se refere a práticas de uma modernidade ocidental, que tratam – continuamente – de desqualificar formas de conhecimentos de outrem, por meio de mecanismos de poder, racialização, dominação e discriminação que se produziram a partir da estrutura colonial (QUIJANO, 1992). A

colonialidade se instala nas distintas áreas que a empresa colonial euro-ocidental se instalou – Américas, África e Ásia – mas não termina com o fim do período colonial. Longe disso, foram-se os “patricios”, ficaram as fidalguias locais e com elas persiste a colonialidade enquanto práticas cotidianas sutis (ou nem tão sutis assim!) ou por meio de instituições que reproduzem padrões estabelecidos pelo euroreferenciamento.

Não é raro escutar – com o mesmo dissabor de quando escutamos que algo é “verdadeiro” ou probo porque é comprovado cientificamente – que a vida, as instituições, até mesmo a comida são mais seguras, melhores e mais saborosas nos países da Europa ocidental e/ou nos Estados Unidos da América. Situações tão banais como essas revelam o quanto a colonialidade persiste em nós. Felizmente, talvez o ar que respiramos aqui não seja tão pior que o de lá, pois o bom e puro ar não pode ser encontrado na “civilização”, mas somente na “natureza selvagem”, e nós somos a natureza, passíveis de apropriação através da dominação (poder e saber). Na construção euro-ocidental de mundo há uma auto-proclamação de que o “primeiro” mundo é o local da razão e da ciência, enquanto o “terceiro” mundo é local de cultura e sabedoria (MIGNOLO, 2010, p. 10). Se o mundo é vivido desta forma por quem o concebe, europeus e estadunidenses não estão apenas autorizados, mas lhe é um dever conhecer e levar o conhecimento a esses outros povos ignorantes de si mesmos.

Vemos desta maneira, que grande parte dos povos que habitam o globo – porém não o mesmo mundo! – têm seus conhecimentos desvalorizados e discriminados. São lugares e pessoas de “não-pensamento”. Ao voltar-se para este cenário e buscando romper com a colonialidade que se encerra em suas práticas mesmas, o pensamento decolonial se propõe a

Revelar os silêncios epistêmicos da epistemologia ocidental e afirmar os direitos epistêmicos das opções decoloniais racialmente desvalorizadas... [por meio da] introdução de configurações geohistóricas nos processos de conhecimento e compreensão [que] permite uma reestruturação radical do aparato de enunciação formal original. (MIGNOLO 2010:13, tradução nossa).

Quando Mignolo afirma que os conhecimentos racialmente desvalorizados serão desvelados e valorizados por meio da introdução de configurações geohistóricas, ele se reporta, novamente, ao princípio dos saberes situados. Para esta perspectiva teórico-analítica também é patente que o ato de conhecer está relacionado com o local. Não pode, assim, ser deslocado a outras partes sem que seu contexto esteja notoriamente evidenciado, aliás, prática que a Ciência é perita em realizar. O conhecimento é vivido, experienciado, corporalmente marcado. Isso é o que Mignolo apresenta como a “geopolítica do conhecimento”. A questão

axial é, primeiramente, entender que o conhecimento não se dá de forma abstrata – *cogito, ergo sum*<sup>8</sup> – e distante do corpo, do local, modelo por excelência da Ciência moderna e que tem sido hegemônico há séculos graças, também, à colonialidade de poder/saber. Tampouco é universal, um dos três pilares da Ciência que mencionei no início da discussão.

Assim, é necessário perguntar-se, “por quem e quando, por que e onde o conhecimento é gerado?” (MIGNOLO, 2010, p. 10) E ao dar a volta ao primado da razão, ser capaz de ver que o ser/estar vem antes que o pensar, que pessoas e povos que geo-historicamente foram marcados por práticas opressoras também possuem conhecimentos e necessidades que as fazem humanas. Proceder desta forma é possibilitar que seja realmente reconhecido um estatuto de diversidade de conhecimentos que existem no globo em simetria de validade. Seguido disso, reconhecer que esses conhecimentos constroem e vivem mundos outros que não o euro-ocidental moderno, capitalista, industrial.

Levando em conta o acima dito voltemo-nos para o fazer acadêmico-científico. O privilégio epistemológico que o ocidente euroreferenciado alcançou, à custa dos mecanismos de colonialidade, lhe outorga também o privilégio de eleger quais demandas científicas são relevantes ou não. Esse privilégio é exercido por esses países e suas agências de fomento à pesquisa sobre países e povos da África, Ásia e América Latina, onde decidem quais áreas e temas devem ser investigados, para tornar rentáveis essas despensas dentro do capitalismo. Paulin J. Hountondji é contundente nesta questão:

Parece-me urgente que os cientistas na África, e talvez mais no terceiro mundo em geral, se perguntem sobre o significado de suas práticas como cientistas, sua função real na economia da totalidade da academia, seu lugar no processo de produção de conhecimento sobre uma base mundial. (HOUTONDJI<sup>9</sup> apud MIGNOLO, 2010, p. 21, tradução nossa.)

O filósofo beninense se refere a todo conjunto de disciplinas da ciência, no entanto penso que essa afirmação pode ser levada para nossos contextos de pesquisa. Nossa relação com nossos interlocutores. O quanto nós, quando criamos um projeto de pesquisa, estamos realmente preocupados em consultar nossos interlocutores, as pessoas com as quais projetamos trabalhar e suas reais demandas.

<sup>8</sup> “Penso logo existo”, de Descartes.

<sup>9</sup> HOUNTONDJI, Paulin J. (1992 [1983]) ‘Recapturing’, pp. 238–48 en V.Y. Mudimbe (ed.) **The Surreptitious Speech. Presence Africaine and the Politics of Otherness**, 1947–1987. Chicago: University of Chicago Press.



Dessa forma, gostaria de destacar que dentro do universo de teorias e possibilidades acadêmicas dos estudos sociais, o programa MCD, me parece aportar elementos não somente para compor o percurso metodológico, mas também para as discussões que seguirão. Se, trilhei este percurso até esse momento sustentando-me nesta perspectiva, nada mais coerente que insister nas reflexões e práticas vindouras.

Ainda que este trabalho não se proponha à discussão seminal das relações de poder/saber e tampouco seja e pretende abarcar uma discussão feminista, me parece que elas aportam com elementos contundentes para elaborarmos contestações à ciência ocidental. Os subsídios que a discussão feminista propõem para outra epistemologia devem ser considerados para todo e qualquer trabalho dentro da ciência social. Penso que, como propõe Haraway, somos sim responsáveis não somente pelos “dados” que coletamos, mas principalmente pelas as pessoas com quem nos relacionamos durante a pesquisa. Responsáveis pelos desconfortos que geramos ao nos lançarmos nos cotidianos de quem sequer nos conhece, pelas inquietações com nossa presença e pelas expectativas que os resultados possam gerar. Estar ciente dessa responsabilidade e saber posicionar-se frente a ela pode ser o primeiro passo para um diálogo e relação menos assimétrica, bem como uma troca e construção de conhecimentos mútuos. Na sequência trago uma reflexão de como ao iniciar meu projeto estava procedendo como um “observador desapegado”, preocupado em satisfazer as demandas minhas e do programa. No limite apenas as demandas da Ciência.

## 2.1 CHEGANDO AO CAMPO, LIMITES E RECONSTRUÇÃO

Como comentei na introdução, a primeira ida a Canguçu com o propósito de apresentar minhas ideias se deu nos finais de 2015. Aquele primeiro contato durou apenas o dia, mas foi muito motivador. Durante a jornada, além de estar constantemente conversando com seu Julio, pude conhecer as instalações da UBS (Usina de Beneficiamento de Sementes) que a associação possui em sua sede. Após a chegada, os estranhamentos corriqueiros, e o percorrido pela UBS, pude sentar com seu Julio e expor o porquê de estar aí. Nossa conversa não foi apenas uma explicação minha do projeto de pesquisa, e um aceitar ou não dele. Foi também um diálogo sobre a história da associação, seu trabalho, e das conjunturas – política, social, econômica – que permeiam aqueles que trabalham na agricultura, sobre as sementes crioulas e suas possibilidades.

No tocante ao projeto procurei ser explícito e, sobretudo honesto, sobre as possibilidades que meu trabalho aportaria para a Unaic e os agricultores, bem como as limitações que visualizava. Seu Julio foi bem compreensível e simples frente minhas

inseguranças. Sua resposta foi de que com certeza era bem-vindo na Unaic e que ele tentaria auxiliar no contato com os agricultores e no trabalho em que necessitasse, pois na sua visão, trabalhos como os realizados por eles acabam muitas vezes sendo marginados e é importante o interesse de pessoas que venham para ajudar e somar, afirmando que “*tudo que vem para ajudar, é bem vindo*”. Diante disso, acordamos que em meados de fevereiro voltaria a Canguçu para iniciar o trabalho de campo.

O primeiro passo estava dado, a semente fora lançada na terra. Minhas preocupações e meu trabalho daquela visita até o fevereiro próximo eram planejar como de fato a pesquisa iria acontecer. Inicialmente minha ideia era realizar um trabalho aos moldes de uma etnografia “clássica”. Ir ao encontro dos agricultores e das sementes e imergir completamente em sua cotidianidade. A disposição era de entregar-me à observação participante, realmente estava afeito a inserir-me e participar do dia-a-dia tanto das atividades na sede da Unaic como nas famílias de agricultores.

Cheguei a Canguçu em fevereiro preparado para o trabalho etnográfico. Naquela primeira semana tudo transcorreu com muita naturalidade. Diria que não pudera ser melhor que o imaginado. Pude vivenciar a rotina de trabalho da Unaic no beneficiamento do feijão, sua separação para sementes e para grãos destinados à venda alimentícia. E com seu Julio de anfitrião conheci os principais agricultores que cultivam e fornecem as sementes crioulas para a associação. No entanto, esse primeiro contato com eles foi causando-me um estranhamento, e principiou a derrubar as certezas e convicções metodológicas que havia idealizado na distância de quilômetros da realidade que me esperava.

Aproveitei aquelas visitas às famílias, para apresentar-me e expor um pouco de meu trabalho, indagando se a família se disporia a participar da pesquisa. Em todas elas a recepção foi muito acolhedora e cordial. Todos com muito afã, prontamente se dispuseram a colaborar, que poderia retornar em outras oportunidades para que conversáramos com mais calma. Esse acolhimento, porém, não era de uma profundidade que pudesse propor uma estadia de um par de dias em cada uma das famílias. E de fato isso tinha todo sentido. Como poderia ter presumido que de uma hora para outra, um rapaz alheio que recém chegava à região – ainda que sendo apresentado por uma pessoa local, Seu Julio – poderia logo entrar nas suas casas rompendo com toda dinâmica cotidiana? Nenhum laço prévio que estabelecesse uma relação de confiança nos permitia a passarmos para uma etapa tão abrupta. Quiçá hoje, passados meses de quando escrevo estas palavras, teria abertura para lançar mão de uma etnografia. Assim tão logo retornava à Porto Alegre, comecei a repensar metodologia e a forma como iria trabalhar nos momentos seguintes.

A imersão etnográfica total já não seria possível, porém tampouco estava disposto a deixá-la de lado por completo. O fato do próprio programa de pós-graduação contemplar uma multidisciplinaridade possibilita um desprendimento de um monismo metodológico do qual somos treinados em nossas disciplinas acadêmicas, para compor um arranjo de metodologias, uma pluralidade metodológica, que seja capaz de auxiliar-nos a realizar a pesquisa. Ao partir para a opção de composição de metodologias o primeiro exercício foi de saber e descartar quais delas não seriam profícuas para o estudo e quais não estava disposto a usá-las.

Estudo por amostragem foi o primeiro deles que descartei. Apesar de que os agricultores que fornecem sementes para a Unaic estejam atualmente em número reduzido, não elegi apenas alguns deles, como tampouco só conversei com estes agricultores. No decorrer da pesquisa procurei conversar com um amplo número de agricultores, com distintos interesses e práticas relacionadas às sementes crioulas. Outro recurso metodológico descartado foi o uso de questionários tipo *survey* e com posterior análise estatística de dados. O uso de ferramentas sociológicas quantitativas não daria conta da proposta de análise crítica ao desenvolvimento, um dos objetivos do estudo, descritos na introdução.

Deste modo, compus a pesquisa sustentado em dois procedimentos metodológicos de ordem qualitativa. O exercício etnográfico, como mencionei acima, ainda que não usado na sua totalidade e sentido estrito aportou com modelos operacionais para coleta de dados. Saliento que longe de ser um antropólogo, me aventurei pela disciplina respeitando seus cânones buscando a todo momento me concentrar no que Roberto Cardoso de Oliveira definiu como o trabalho do antropólogo, olhar, ouvir e escrever. O outro recurso foi o uso do que é comumente chamado de entrevistas abertas ou semi-estruturadas. Neste modelo de entrevista o pesquisador formula determinado número de questões e as lança ao interlocutor, tendo a prerrogativa da intervenção quando necessária para conduzir à resposta da questão em andamento.

Para fazer uso deste recurso encontrei conveniente tomar algumas precauções e realizar transformações estruturais e de operacionalização dos moldes “tradicionais”. A primeira transformação refere-se ao questionário. Este não foi formulado previamente ao trabalho de campo. Nos primeiros campos realizados introduzia o tema das sementes crioulas – prática, motivações, dificuldades, etc. – e primava por ser um ouvinte a um entrevistador de fato, deixando que os agricultores falassem o que lhes era caro e importante. Passado este primeiro momento fiz uma incipiente análise e reflexão dos dados preliminares. Com os dados obtidos avaliei por quais caminhos andava a pesquisa – se estava distanciando-se ou

não dos objetivos iniciais – para então lançar mão do recurso da entrevista aberta. Dessa forma elaborei um roteiro com os principais temas que moviam a pesquisa e que ainda não apareciam nas narrativas dos agricultores. Na sequência, ao retornar a campo, busquei abordar os temas que pertinentes, porém continuando com a proposta de que as conversas seguissem sendo antes de tudo diálogos e não entrevistas.

**Quadro 2: Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2016. Após a primeira visita em novembro de 2015, retornei à Canguçu, nos meses de fevereiro, março, abril e junho. Os períodos de visita variaram entre uma semana e dez dias, conforme disponibilidade dos agricultores. Além das visitas às famílias e do acompanhamento das atividades na sede da Unaic, pude participar de alguns eventos públicos, como seminários, palestras, dias de campo, que também possibilitaram diálogos com agricultores e pessoas ligadas à temática da pesquisa. Para a coleta dos dados dei preferência para o recurso do diário de campo e a descrição densa, sempre após os encontros. Contudo, para momentos de eventos lancei mão da gravação de áudios. Para algumas conversas com agricultores também utilizei este recurso, com consentimento prévio, cuidando para que não causasse estranhamentos e desconfortos. Para completar a coleta, fiz registro fotográfico em ocasiões oportunas – visitas às lavouras, colheita de milho e feijão, conversas – também sob consentimento prévio. Destaco, ainda que o estudo não seja de caráter amostral, ele não se constitui em um estudo generalista que abarque todos os agricultores nem todas as atividades relacionadas às sementes crioulas no município de Canguçu. Existem outras instituições além da Unaic que agregam outros agricultores que produzem sementes crioulas, além de um sem número de agricultores desvinculados que qualquer instituição que também plantam e usam sementes crioulas para fins domésticos exclusivamente. As limitações, nesse sentido, se deram pela rede de relações que me possibilitou contato com a Unaic e os agricultores com quem tive contato, pela complexidade em rastrear outros agricultores, pela amplitude do território rural do município e a dificuldade de acesso e por fim pelas limitações temporais da pesquisa de mestrado.

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

O percurso metodológico, além do uso dessas duas metodologias combinadas, esteve envolto por um fator que me parece extremamente relevante para qualquer pesquisa qualitativa, a temporalidade própria da realidade e das pessoas em questão. Enquanto em uma pesquisa quantitativa o tempo necessário para coleta de dados se resume – principalmente – ao tempo de aplicação de um questionário, e a “interferência” no cotidiano de outrem pode ser reduzido ao máximo, a pesquisa qualitativa requer mais tempo, paciência e continuidade constante, além de treinamento e sensibilidade do pesquisador para viver as manifestações cotidianas que tornar-se-ão dados científicos posteriormente. Felizmente comigo não foi diferente. O deslumbramento da primeira semana de campo se desfez logo no momento seguinte. Como tudo ocorrera melhor do que havia imaginado, na segunda semana retornei a Canguçu repleto de expectativas, planos, lugares e agricultores a visitar. No decorrer dos dias, contudo, meus planejamentos acabavam cada vez menos concretizados – ou uma família não podia me receber, ou outra não estava em casa, ou não havia como deslocar-me, etc. – ao

ponto de entrar em uma angustia que me pôs em dúvida quanto à sequência da pesquisa. Passada a semana “infrutífera” retornei à Porto Alegre desanimado. De um espaço tão fértil que é a mente, inúmeras dúvidas brotavam. Busquei conforto em colegas que estávamos no mesmo estágio, ao menos as dúvidas e inseguranças de um confortaria o outro. Com amizades também tive guarida, aqueles que haviam passado pela mesma corredeira deste rio reforçavam o ânimo para que seguisse em frente. Somado a isso, tornei a reler os diários de campo a fim de avaliar entre o seguir e o mudar. Foi quando encontrei uma situação inicial de campo, que trago agora, que me fez refletir sobre a pesquisa e seu fazer.

Chegamos ao Rincão dos Maias era meia tarde, o dia estava ensolarado e quente. A paisagem seca e a poeira que levantava da estrada conforme o carro avançava pelo caminho confirmavam que a estiagem de semanas persistia. O agricultor que fomos visitar é o Seu Adão Moraes. A propriedade em que vivem sua família e de sua irmã Eva, não excede os 1,5 hectares. Sua principal atividade já não é mais a agricultura. Cria algumas rezes para venda e consumo próprio e possui uma mercearia ao estilo interiorano. A mercearia está em uma peça adjacente à residência, sendo que é possível ver desde a bodega peças da casa. O local possui um grande e largo balcão em forma de L e dois pequenos bancos para as pessoas sentarem-se. Atrás do balcão prateleiras de madeira pregadas na parede que se estendem do piso até o teto, abrigam produtos de vários gêneros, desde domésticos de limpeza até alimentícios. Ainda sobre o balcão há uma antiga balança na qual se utiliza pesos móveis para pesar os gêneros. Em sua companhia há um enorme *baleiro*, desses que se pode girá-lo para escolher o tipo de guloseimas que enchem os potes de vidro. Ao entrar sente-se o cheiro de bodega do interior onde se misturam e confundem os olores – produtos de limpeza, verduras, doces, alimentos cozidos da própria casa.

Quando seu Adão entrou na bodega, como de praxe até então, Seu Julio me apresentou e na sequência eu mesmo me apresentei. A prosa arrancou com estas apresentações, mas se encaminhou para trivialidades. Confesso que não senti segurança nestes primeiros momentos, pois os assuntos se desviaram do fim a que devia nossa visita. Seu Adão se retirou e buscou uma pasta na qual possui papeis e tabelas para anotações referentes aos dados dos seus plantios. Isso se deu porque o assunto havia enveredado para o tema da estiagem que assolava a região durante todo este mês de fevereiro. Ainda continuava um tanto entediado com essa conversa, pois pouco falávamos do assunto que me interessava, quando a fortuna chegou inusitadamente.

Detrás do balcão, com o faro e conhecimento de quem tem anos de bodega, seu Adão visualizou de longe uma motocicleta, em que vinham dois homens, se aproximar e estacionar

na frente do armazém. Nem bem ela havia parado Seu Adão rapidamente correu rumo à porta que dava para dentro da casa e nos instruiu que déssemos a volta por de trás da casa e fôssemos no pátio. Sua perspicácia se deu porque ele logo reconheceu que os dois homens que vinham na moto estavam bêbados e que muito provavelmente não iriam possibilitar que nossa conversa seguisse tranquilamente. Sentados sob um cinamomo explicando o porquê da brusca mudança disse, “*com bêbado não dá! Depois começa a se meter no meio da conversa e aí tudo se perde.*”

Situações como esta, em que iniciava uma conversa e ela se perdia por outros temas e caminhos, se repetiram inúmeras vezes durante o trabalho de campo. No entanto, após aquela semana de desânimo e angústia e de refletir sobre este ocorrido, passei a ver o campo com outros olhares. Enfim “a ficha da temporalidade caíra!” As pessoas sim estão dispostas a conversar sobre temas que o pesquisador anseia saber, mas também querem, almejam contar de suas vidas, do que lhes é importante, do que lhes dá pesar, de seu cotidiano. Novamente, é muito presunçoso, no que diz respeito ao pesquisador, achar e querer que o trabalho de campo siga sua “agenda” de demandas em que a cada objetivo alcançado ele possa riscá-la de sua lista.

O campo é alheio ao pesquisador, tem vida própria. Ousaria dizer que o universo do campo de pesquisa segue uma “razão” anárquica. Tomo emprestado a expressão de Paul Feyerabend que propõe uma transformação epistemológica, seguindo uma epistemologia anarquista. Para Feyerabend a epistemologia anarquista carrega o significado de ser contrária à ordem estabelecida na epistemologia. Minha intenção aqui, todavia, não é a de discutir os preceitos epistemológicos do método, uma vez que estou ciente das lacunas e da intenção panfletária do epistemólogo em *Contra o Método*. Tomo emprestado a expressão apenas para referir-me que o campo é contrário à ordem estabelecida pelo pesquisador. O pesquisador tem sim controle pretérito sobre o trabalho de campo e a coleta dos dados, mas não sobre como estes irão se apresentar, nem sobre o que e como as pessoas irão manifestar. O êxito de seu fazer reside justamente em estar preparado para coletar todas as informações e fazer uma *découpage* para uma análise que confronte e dialogue com a teoria de sua escolha. Caso contrário, ambicionar ter o controle sobre o campo não é aspirar compreender a realidade em questão, mas sim moldá-la, encaixá-la dentro de uma perspectiva teórica. A realidade subserviente para explicar uma teoria, a ciência distanciada não localizada.

Respeitar a temporalidade própria da realidade de pesquisa é mais que um proceder metodológico, é uma condição que sem a qual o êxito do trabalho pode ser contestado. Dessa forma, o mesmo zelo para com a temporalidade local deve ser para o que os interlocutores

expressam. Porém, é praticamente ilusório construir uma pesquisa em que se vá a campo sem formulações ou ideias prévias do que possa ser observado. Como tampouco que se vá sem algum conhecimento teórico que dê subsídios para pensar a pesquisa *in situ*. Estar atento às circunstâncias do trabalho de campo e adequar-se a elas para melhor realizar a pesquisa, deixar que o campo “fale”, conduza a pesquisa, talvez seja um dos maiores desafios que o cientista social enfrenta ao longo do seu exercício, “se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão e evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil” (MALINOWSKI, 1984, p. 22).

Assim quando realmente me desprendi da originalidade do projeto e deixei que o campo me levasse, a pesquisa ganhou novos contornos. Inicialmente meu foco estava voltado para as sementes crioulas exclusivamente. A proposta era imergir por completo nos temas sócio-políticos que as sementes mobilizam. Contudo, a “entrada” das sementes híbridas, mas principalmente dos transgênicos enquanto um tema central no estudo se deve muito a esse desprendimento. Em cada encontro, a cada conversa, como uma *onze-horas* à luz do sol, os transgênicos afloravam. Relendo os primeiros diários de campo eles não só “apareceram” nas narrativas repentinamente logo após a esse meu relaxamento, mas pude ver que sempre estiveram presentes desde o início. É indissociável para esses agricultores falar das sementes crioulas sem que os transgênicos venham à baila. Em geral, como será abordado nos capítulos seguintes, emergem como oposições, sejam elas econômicas, nutritivas, políticas.

### Quadro 3: Alguma rede de pesquisa

Durante todo período do trabalho de campo estive em contato com inúmeros agricultores e agricultoras. Com muitos deles as conversas se deram em eventos em que fui convidado a participar, nos momentos de confraternização, nas feiras em que estavam vendendo seus produtos e também nas dependências da Unaic. Infelizmente dessas conversas cotidianas, informais e efêmeras, acabei apenas guardando o teor dos diálogos, sem me deter as identidades de cada pessoa. Com o intuito de localizar-te para a sequência do trabalho, faço aqui uma descrição parcial dos principais interlocutores que compõem as relações do trabalho de campo. Meu primeiro contato com a Unaic se deu através de minha colega Carmen, que reside em Canguçu, e realizou a pesquisa de mestrado também no município. A partir dela conheci Seu Júlio, que se tornou meu principal interlocutor. Seu Júlio é agricultor e assentado a mais de vinte anos no município. Não foi membro fundador da Unaic e tampouco do grupo que produz sementes crioulas, porém participa de ambos desses seus primórdios. Atualmente segue cultivando e produzindo as sementes crioulas, além de ser o atual presidente da Unaic. Com Seu Júlio fui sendo apresentado aos outros agricultores que seguem produzindo sementes crioulas. Seu Altamir Souza, Darneci Cardoso, Edo Borchardt, Seu Zé Luis Porto, Seu Adão Moraes, Gerci Menegoni, Mauro Gauger. Todos esses agricultores fazem parte do grupo que produz sementes crioulas desse seu princípio, além de terem participado da criação da Unaic. Desses, consegui ter mais contato e ocasiões de conversa com Seu Zé Luis Porto, Seu Adão Moraes e Mauro Gauger. Entre as famílias de Seu Júlio e Seu Gerci há uma relação mais estreita, pois umas das filhas de Seu Júlio, Marisa, é casa com o filho, Cleider, de

Seu Gerci. Cleider tem um longo trabalho com o tema das sementes crioulas desde sua atuação dentro do CAPA. Além disso, durante período da pesquisa, ele era o Secretário municipal de Desenvolvimento Rural. Outros interlocutores importantes desse trabalho foram os irmãos Ferreira – Cléu, Clei e Clebes. Todos eles agricultores que cultivam variedades crioulas, porém não produzem mais para venda na Unaic. Clei e Clebes, atualmente são funcionários da Unaic e Coop. União, respectivamente. Seu irmão Cléu, foi presidente da Unaic, mas atualmente se dedica à produção de frutas orgânicas e possui uma agroindústria familiar de sucos. Para além disso, é um importante interlocutor local, movendo-se nas distintas instâncias da política local e regional. Internamente na Unaic, estive em constante diálogo com os técnicos agrícolas, Marcos, Catana e Jones e com Mário, funcionário administrativo. Ao que se relaciona às interlocutoras, além da colega Carmen, já mencionada, destaco do Dana Noélia, esposa de Seu Julio, agricultora com quem tive mais oportunidade de diálogo, e pude também conversar com a agricultora Dona Eliane. Destaco a extencionista da Emater, Rosemere Olanda que além da relação institucional, cedeu sua casa e companhia para as ocasiões em que estive na sede do município. Juntamente com Rosemere tive contato e diálogos com outro extencionista, Samuel Rutz. Nesse espaço busquei reunir meus principais interlocutores e contextualizá-los em seus locais de atuação.

Fonte: elaborado pelo autor (2017).



**Imagem 3: Sementes crioulas e máquina, encontros com a modernidade**



Fonte: foto do autor (2017)

### 3 DESENVOLVIMENTO, HÍBRIDOS E TRANSGÊNICOS EM CANGUÇU, ou dos “encantamentos”

*Desde o início, as fundações, governos e cientistas ocidentais, tinham como certo que os países do Terceiro Mundo precisavam apenas copiar as práticas de cultivo do Primeiro Mundo para alcançarem a auto-suficiência em alimentos. Essa ideia foi de tal forma inserida no planejamento e melhoramento que quase ninguém a percebeu. (MOONEY, 1987, p. 45)*

Nesse capítulo buscarei fazer algumas reflexões acerca das discussões do tema do desenvolvimento. Parece-me pertinente uma reflexão sobre o desenvolvimento enquanto projeto socioeconômico a partir dos dados coletados sobre as sementes crioulas, mas principalmente a partir do que dizem os agricultores sobre os transgênicos. A questão que instiga esse capítulo é: podemos ou não entender variedades híbridas e transgênicas enquanto um empreendimento pertencente ao “guarda-chuva” daquilo que entendemos por desenvolvimento? Penso que, se possam existir respostas positivas para a questão elas passam, não somente pela materialidade das variedades híbridas e transgênicas, mas pela construção constante de uma narrativa que busque legitimá-las junto às populações rurais, e a sociedade como um todo.

Para isso, iniciarei a reflexão fazendo uma sucinta genealogia da emergência do desenvolvimento enquanto potente projeto e como ele se “enraizou” no cotidiano social de populações. Na sequência, valendo-me de algumas discussões sobre desenvolvimento e pós-desenvolvimento em conjunto com os dados de campo, buscarei apontar como híbridos e transgênicos se estabeleceram em Canguçu ao longo dos anos. Para finalizá-lo trarei alguns aportes à luz de algumas discussões antropológicas do desenvolvimento com os dados de campo, a fim de refletir se o estabelecimento desses cultivos obtiveram/obtem êxito e/ou fracassos no cenário de pesquisa em questão.

#### 3.1 SEMENTES DE DESENVOLVIMENTO

Ao buscarmos no dicionário Aurélio (2001, p. 240) da língua portuguesa o significado do substantivo masculino *desenvolvimento* suas primeiras definições são: “1. Ato, processo ou efeito de desenvolver-se. 2. Série de etapas, acontecimentos, ações, etc. que levam ao surgimento de algo, ou à manifestação em todos seus aspectos. 3. Aumento, crescimento, aprimoramento, progresso”. Estas definições possibilitam que a palavra seja empregada em um amplo sentido na esfera cotidiana das pessoas, sem que haja necessariamente algum prejuízo de ordem social às mesmas. Ao seguirmos na leitura dos significados temos,

“Desenvolvimento econômico: Crescimento econômico (aumento de produção, etc.), especialmente quando acompanhado de mudanças econômicas e sociais mais profundas ou duradouras”. Esta definição, por sua vez, está fortemente arraigada no imaginário social. Muitas vezes falar nos termos dessa definição de desenvolvimento, leva as pessoas à ideia de progredir economicamente. Este significado que remete a uma linearidade, na qual é possível sair de um “ponto A” (menos desenvolvido) até um “ponto B” (mais ou melhor desenvolvido) concepção que ordena o cotidiano de pessoas por meio de categorizações e classificações que podem acarretar prejuízos e assimetrias de uns sobre outros. Vejamos a construção histórica desta última definição.

A palavra desenvolvimento como adjetivo é de longa data utilizada no campo econômico e social. Como aponta Rist (2002), Marx, Lenin, Schumpeter e até mesmo a Liga das Nações – órgão embrião da Organização das Nações Unidas (ONU) – já se valiam deste para adjetivar as transformações econômicas e sociais. Contudo, o desenvolvimento se consolida como projeto político, econômico e social no devastado cenário europeu do pós-guerra de 1945. Sachs (2005, p. 151) aponta que o embrião moderno deste projeto fecundou ainda no período beligerante, com a publicação, em 1943, do artigo *Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe* de Paul Rosenstein-Rodan.

Esta concepção de desenvolvimento somente pôde emergir com a invenção de seu “gêmeo mau” (*evil twin*), o subdesenvolvimento. As ideias de desenvolvido e subdesenvolvido derivam do entendimento que alguns teóricos tiveram de que as nações e povos do globo estariam divididas entre nações economicamente avançadas (desenvolvidas) e nações economicamente atrasadas (subdesenvolvidas). Os gêmeos desenvolvimento/subdesenvolvimento ganharam vida pública no ano de 1949, mais precisamente no dia 20 de janeiro em Washington, Estados Unidos da América (EUA). Quando ao pronunciar o “Ponto IV” de seu discurso de posse o então presidente Harry Truman, propôs que os países desenvolvidos urbano-industrialmente juntassem esforços para levar este modelo aos países periféricos e “subdesenvolvidos”. A partir daquele momento duas terças partes da população mundial,

Deixaram de ser o que eram, em toda a sua diversidade, e se converteram em um espelho invertido da realidade de outros: um espelho que os deprecia y os envia ao final da fila, um espelho que reduz a definição de sua identidade, a de uma maioria heterogênea e diversa, aos termos de uma maioria pequena e homogeneizante. (ESTEVA, 1996, p. 53 tradução nossa)

Como sugere Rist (2002, p. 88 grifos do autor), o “‘*desenvolvimento*’ toma então um *sentido transitivo* (o de uma ação exercida por um agente sobre alguém distinto a ele) correspondendo a um princípio de organização social, enquanto que o ‘subdesenvolvimento’ será considerado como um estado que existe ‘naturalmente’, isto é, sem causa aparente”. Desde então o desenvolvimento passou a ser visto como uma entidade social com vida, ideologias e instituições próprias (FERGUSON, 1990, p. 9), e seus promotores passaram a criar e impor demandas específicas a pessoas e populações que talvez, e muito provavelmente não as necessitavam.

O primeiro grande passo deste projeto político foi converter as diversas realidades em indicativos estatísticos que pudessem aferir os distintos níveis de desenvolvimento dentro de uma escala linear que visasse alcançar o modelo mais avançado. O principal instrumento desta ação foi a ciência econômica, que passou a ser a organizadora de todo *modus operandi* do desenvolvimento. A vida e os cotidianos das pessoas passaram por um processo de “economização”. Passava a valer o predicado da produtividade; o que, quanto e como produzir. O projeto foi se aprimorando ao longo de sua existência, iniciou a partir de ideias iluministas de progresso e crescimento, chegando a indicadores estatísticos precisos como Produto Interno Bruto (PIB) e Renda *per capita*. O desenvolvimento foi pautado pelo incremento na produção e consumo de bens materiais de determinada população. Primeiramente delimitada pelas fronteiras geográficas da nação, e mais recentemente abertas pela globalização.

Como apontou Rist (2002, p. 107), os primeiros anos do pós-guerra foram os de “incubação do desenvolvimento”. Os últimos anos da década de 1940 viram nascer inúmeras agências, órgãos e projetos para o desenvolvimento, destacando-se a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências – OMS, FAO, Unesco e Unicef – além do Programa Europeu de Recuperação – mais conhecido como Plano Marshall. Neste contexto se definem os termos para uma cooperação internacional para o desenvolvimento<sup>10</sup>. As três décadas subsequentes serão conhecidas como os “anos dourados” do desenvolvimento. Após a reconstrução da Europa ocidental, esses países em conjunto com os EUA e Japão, passam a viver um período de prosperidade econômica e social, também conhecido pelo “estado de bem-estar social”

---

<sup>10</sup> Para um maior e mais aprofundado entendimento acerca dos movimentos de cooperação internacional conferir: *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. (MELLO E SOUZA, 2014).

(*welfarestate*). Gozando desta prosperidade as nações do norte global passam a criar agências para o desenvolvimento, financiando projetos para nações da África, Ásia e Américas.

Para o interesse da discussão proposta, gostaria de destacar três iniciativas para o desenvolvimento que irão influenciar a realidade agrícola do Brasil. Todas três iniciativas foram lançadas pelos EUA. Em 1954 A lei de Desenvolvimento e Assistência ao Comércio Agrícola (*Agricultural Trade Development and Assistance Act*) e na década de 1960 a criação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID sigla em inglês) e a Aliança para o Progresso, direcionada especificamente para a América Latina, a fim de “combater” a ameaça do projeto comunista (MILANI, 2014).

O desenvolvimento enquanto projeto ainda que tenha sido elaborado desde os EUA e tenha tido êxito na Europa ocidental, não é uma exclusividade das nações capitalistas. A ideia de desenvolvimento também fez e faz parte do ideário de modelos socioeconômicos ditos de esquerda, como o socialismo e comunismo. Ou seja, um imaginário de toda a razão euro-ocidental. O bloco capitalista baseava seu projeto para o desenvolvimento através do planejamento estrito ancorado nas leis de mercados e da livre iniciativa, além do auxílio financeiro. O bloco socialista, liderado pela então União Soviética, por seu turno, apregoava a superação da pobreza, atraso econômico e subdesenvolvimento, por meio da planificação estatal, gestão coletiva das forças de produção e do industrialismo. No entanto, como afirma Sachs (SACHS, I., 2005, p. 153) “no plano epistemológico, os receituários propostos por ambos os lados [socialismo e capitalismo] padeciam do economicismo, ou seja, sobreestimavam o papel do crescimento econômico no processo de desenvolvimento”.

Transcorrido quase setenta anos de uma “Era” do desenvolvimento (SACHS, 1996, p. 1), ele difundiu-se com uma “virulência colonizadora insuspeita” (ESTEVA, 1996 p. 53, tradução nossa), e tornou-se hegemônico na quase totalidade das esferas sociais. Se o “anos dourados” foram de prosperidade, as décadas seguintes foram de crises econômicas, ambientais, sociais e energéticas. A década de 1970 ficou marcada pelas duas crises do petróleo em 1973 e 1979<sup>11</sup>, além de ter sido o período em que iniciaram os primeiros movimentos contestatórios ao desenvolvimento e as consequências ambientais do modelo

---

<sup>11</sup> Estas duas crises irão afetar diretamente a atividade agrícola em decorrência do uso de adubos sintéticos derivados de petróleo.

econômico. Foram realizados nesse período encontros como o Clube de Roma (1968)<sup>12</sup> e a Conferência de Estocolmo (1972)<sup>13</sup>.

Na esteira dos acontecimentos dos anos de 1970 chegou a década de 1980. Também conhecida como a “década perdida”, este decênio iniciou com três acontecimentos que deram o tom dos anos subsequentes. Em 1979 e 1980 Margaret Thatcher e Ronald Reagan assumem o comando da Grã-Bretanha e EUA respectivamente. Dois governos conservadores e ao mesmo tempo comprometidos com o neoliberalismo econômico modificaram substancialmente as políticas para o desenvolvimento. Na sequência em 1982 o estado mexicano declara moratória de sua dívida externa, abrindo precedentes para reformas neoliberais em grande parte da América Latina, inclusive o Brasil. Ao apagar das luzes da década, em 1989, a queda do Muro de Berlin decreta a derrocada do modelo político e econômico socialista e sacramenta os novos rumos das políticas e projetos de desenvolvimento. No entanto, ao espelho de seu principal modelo econômico, o capitalismo, os promotores do desenvolvimento souberam absorver as crises, transformar-se, reorganizar-se, seguindo seus planejamentos e ações. Durante as décadas de oitenta e noventa emergem ideias e propostas que irão apontar ou, para uma revisão/reforma do desenvolvimento – parte do movimento ambientalista, ecodesenvolvimento, desenvolvimento verde, sustentável, local e todas suas variantes – ou para propostas que se centraram em alternativas ao desenvolvimento, como o pós-desenvolvimento e o decrescimento<sup>14</sup>.

Como vimos acima a episteme do desenvolvimento está na racionalização e economização das realidades sociais por meio da classificação e ordenamento a fim de viabilizar projetos de desenvolvimento. Mas, como são materializados esses projetos, como são executados nas realidades cotidianas? Há um sem número de modelos e tipos de projetos de desenvolvimento. Projetos que estão “comprometidos” com o desenvolvimento humano e da cidadania, através de ações nas áreas de educação, saúde, segurança – a bem conhecida tríade escola, hospital, polícia – além da cultura e entretenimento. Outros projetos estão

---

<sup>12</sup> Encontro realizado na capital italiana em que se analisaram os limites do crescimento econômico e o uso e escassez dos recursos naturais.

<sup>13</sup> Conferência sobre o Ambiente Humano, organizada pela ONU para discutir os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento econômico das três décadas anteriores.

<sup>14</sup> A proposta de ecodesenvolvimento, é fruto das reflexões ocorridas em 1972 durante a Conferência de Estocolmo, e que foram ampliadas em 1992 no Rio de Janeiro, na Rio-Eco92. O desenvolvimento sustentável faz parte do Relatório Brundtland (1987) também conhecido como *Nosso futuro comum*. Outros movimentos contestatórios das políticas euro-americanas surgiram nesse ínterim. Conferência de Bandung (1955), Movimentos dos Não-Alinhados (1961), OPEP (1960). Movimentos sociais como a Via Campesina e MST também estão no rol dos movimentos contestatórios. Para aprofundar as discussões sobre pós-desenvolvimento e decrescimento conferir estudos de Arturo Escobar e Serge Latouge, respectivamente.

preocupados com o desenvolvimento das forças produtivas, através do financiamento e estabelecimento do setor primário, da indústria pesada e da construção civil. Interligado a este setor, estão os projetos de desenvolvimento da infraestrutura. Grandes obras de infraestrutura viária, criação de fontes de energia – hidroelétricas, termoelétricas etc. – fazem parte dos objetivos destes projetos. Por fim existem os projetos que são de interesse nesse estudo, do desenvolvimento da agricultura.

Diferentemente dos outros setores produtivos, como a indústria, por exemplo, atividade agrícola conta com uma variável que ainda escapa do controle da razão ocidental, as variações e intempéries climáticas. Há muito a Ciência vem inovando a fim de diminuir a agência desta variável, ou se melhor puder, anulá-la. A “era do desenvolvimento” é o período das grandes transformações da agricultura. A “modernização da agricultura” com a mecanização das tarefas agrícolas, por meio de implementos de maquinário de aragem, plantio e colheita, a partir do século XX, pode ser considerado um dos primeiros episódios de êxito do conhecimento científico ocidental de controle da atividade agrícola.

O segundo momento é o advento da Revolução Verde<sup>15</sup> (RV). Com a RV emergem dois fatores que irão modificar o fazer agrícola. É nesta revolução que se chega à ilusão de ter conseguido anular outra variável que interferia na atividade, o controle de organismos não desejados, como insetos e outros vegetais. Isso se deu pela introdução dos insumos “agressivos<sup>16</sup>” agrícolas, como pesticidas, herbicidas, fungicidas. Essa ilusão dos organismos não desejados, passa pela emergência do princípio da monocultura e eliminação da diversidade biológica. Além disso, passa-se a fazer uso massivo dos adubos sintéticos. Por fim, temos a mais recente tentativa de controle, a revolução biotecnológica e a introdução de variedades híbridas e organismos geneticamente manipulados (OGM) ou transgênicos, que vem sendo proposta como a “revolução do gene” (RADOMSKY, 2010, p. 189).

O Brasil não fugiu à regra de ser “contemplado” com projetos de desenvolvimento. Durante a década de 1950 temos um maciço investimento de capital exterior no setor primário, com a criação de indústrias como a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional. Há ainda o industrialismo automobilístico e a ampliação da malha rodoviária durante o

---

<sup>15</sup> Segundo Mooney (1987, p. 42-43) as origens da RV têm relação como “o episódio da Lei Bracero, [que restringiu] a entrada de ‘mão-de-obra desqualificada’ do México nos EUA. As empresas produtoras de sementes então se deslocaram para o México, para desfrutarem da força de trabalho barata naquele país. Outros vêem uma ligação mais íntima com os excedentes da indústria de fertilizantes, na década de 60, e a consequente procura de novos mercados”.

<sup>16</sup> Permito-me a ironia de usar o termo “agressivo” em substituição do termo comumente usado “defensivo” agrícola, pois entendo que se por um lado esses insumos “defendem” as lavouras das espécies não desejadas, por outro acabam “agredindo-as”.

governo de Juscelino Kubitschek. No que diz respeito ao setor agrícola, os projetos são mais visíveis na década de 1960, principalmente durante o período da ditadura militar a partir do “Milagre brasileiro”. Estes eventos marcam a transição do Brasil, de um país majoritariamente de população agrária, para o aumento da população e centros urbanos.

O setor agrícola passa a ter fortes subsídios para a modernização de sua produção. No plano da inovação e pesquisa, o acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a USAID – mais conhecido como MEC-USAID – possibilitou concretizar as bases teóricas das transformações da agricultura brasileira<sup>17</sup>, bem como garantir aos estadunidenses o controle sobre a produção de alimentos no Brasil (RIBEIRO, 2009). Posteriormente, na década de 1970 essas transformações se consolidaram com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituição historicamente comprometida com pesquisas para fomento do agronegócio nacional. Este processo ficou conhecido como “modernização conservadora” da agricultura (DELGADO, 2005, p. 1), pois foi o grande mote que proporcionou de um lado o fortalecimento das grandes propriedades, e do outro a emergência de agricultores empresários que acabaram por aderir aos novos modelos de produção agrícola.

Ainda que não seja concebida enquanto um projeto definido, delimitado e planejado, com objetivos a serem alcançados, me parece que a manipulação laboratorial de sementes – primeiramente as variedades híbridas e em seguida as variedades transgênicas – podem ser analisadas enquanto um empreendimento de desenvolvimento. Afirmo, pois de antemão elas são pensadas como produtos econômicos capazes de gerar transformações na cadeia produtiva, bem como alavancar o crescimento e desenvolvimento de um país, comunidade e/ou agricultor.

### 3.2 HÍBRIDOS E TRANSGÊNICOS EM CANGUÇU

Como disse acima, os predicados econômicos operam habilitando as variedades híbridas e transgênicas a serem alocadas no arcabouço de empreendimentos do desenvolvimento. Porém, há algo mais potente em suas concepções que corroboram com esta ideia. Como veremos mais adiante, o desenvolvimento é um potente conjunto de discursos e práticas produtor de desejos e subjetividades. E híbridos e transgênicos também são. Antes,

---

<sup>17</sup> É neste período que são criados os principais cursos de agronomia no país, bem como outras disciplinas relacionadas a este campo. Um dos exemplos é o curso de Economia e Sociologia Rural da UFRGS “embrião” do futuro PGDR.



contudo, é pertinente trazer a tona o momento em que estas variedades passam a fazer parte das possibilidades e horizontes de cultivo dos agricultores em Canguçu.

Seu Adão Moraes é um dos agricultores do grupo que iniciou o trabalho com as sementes crioulas na Unaic, e foi um dos com quem pude conversar em mais de uma ocasião. Quando jovem sua família vivia no interior do município de Pelotas e realizavam a agricultura de subsistência e de pequena escala, como atividade produtiva. Chegando a idade adulta, mais ou menos na década de 1960, transferiu-se com a família para o interior de Canguçu, na localidade aonde vive até hoje. Em junho pude passar uma tarde em sua casa para conversarmos sobre sua história e seu trabalho com as sementes crioulas. Entre os muitos temas que abordamos, lhe indaguei sobre o cultivo das variedades híbridas e transgênicas.

Vinicius – O senhor já plantou híbrido?

Adão – Assim, antes dos crioulos eu já plantava híbrido, quando eu vim para cá. Antes lá no interior de Pelotas, não plantava híbrido. Passei a plantar híbrido depois que vim pra cá, nessas terras que eu planto de parceria. Plantei bastante híbrido.

V – Quanto tempo faz que começou entrar o híbrido (em Canguçu e região)?

A – Bom, o híbrido já são muitos anos. Eu morava lá (interior de Pelotas), são mais de quarenta anos. Mas ele incrementou mesmo nos anos oitenta. Canguçu foi a capital do milho, ficou sabendo? Canguçu chegou a fazer a festa municipal do milho, depois virou uma competição. Canguçu nos anos oitenta era chamada a capital do milho, mas perdeu isso. O fumo tomou conta, nos anos oitenta espantou (a fumicultura) a soja e milho.

V – E o transgênico, o senhor sabe se faz muito tempo que entrou?

A – Não sei. Transgênico aqui não tenho certeza, mas imagino que o milho transgênico aqui faz uns cinco ou seis anos que entrou. A soja faz mais tempo. Mas o milho não mais que isso, se for isso.

As outras narrativas convergem com os respectivos períodos de entrada das variedades híbridas e transgênicas, apontados por seu Adão. O jovem agricultor Mauro contou-me que um bom número de agricultores acabou experimentando o plantio de variedades híbridas e transgênicas, inclusive sua família. No entanto, segundo ele, essas “tecnologias” chegaram sempre tardiamente no município. Para ele dois fatores contribuíram para que isso ocorresse, a localização do município na região sul do estado e a influência histórica da pecuária. Além da predominância de propriedades de minifúndio e da agricultura familiar. Segundo ele, a “onda” da Revolução Verde chegou mais forte ao município e região por volta da década de 1980, e juntamente com ela as variedades híbridas. Já as variedades transgênicas não têm mais de cinco anos, mas vêm ganhando terreno – literalmente – em área plantada, e nos discursos locais.

Em uma conversa com Mário, que não é agricultor, mas compõe o corpo administrativo da Unaic, ele também comentou sobre os períodos em que iniciaram os cultivos dessas variedades,

Canguçu veio conhecer milho transgênico, soja transgênica, essas coisas, agora de 2007, 2008 pra cá. Isso não existia antes aqui, isso é novo em Canguçu. Plantava-se soja, mas era uma soja crioula, não tinha nada dessas coisas. Milho que entrou aqui em 1990/1992, por aí era o milho híbrido, entendeu. Até então se teve muitos confrontos com o híbrido, mas se perdeu, tanto que não quiseram mais híbridos e agora o transgênico é direto. Então é uma “peleia” desonesta, do meu ponto de vista. Porque tu estas lidando com grandes empresas, multinacionais, que não estão nem preocupadas com o crioulo. Estão loucos que ela (semente crioula) desapareça de uma vez, que é para eles dominarem todo o mercado, apoiados pelas empresas de produtos químicos, adubos e venenos. E aí como é que o cara vai brigar com os caras? Não tem como. Só uma questão de cultura, de cultura do povo, cultura das pessoas que produzem (variedades crioulas). O cara que planta mil e quinhentas, duas mil hectares de soja vai estar se preocupando com o cara do lado que tem dez “hectariazinhas” do lado das terras dele que fica botando esterco de galinha e capinando de enxada a roça?

Das narrativas acima descritas, sobre os períodos em que variedades híbridas e transgênicas entram em Canguçu, podemos refletir sobre alguns temas do desenvolvimento. Uma premissa importante para que o desenvolvimento seja planejado ou desejado, é que existam zonas, áreas e populações em condições de “subdesenvolvimento” ou zonas “desenvolvíveis”. Ou seja, locais que “ainda” não alcançaram a condição de desenvolvidas são necessárias para que empreendimentos de desenvolvimento sejam projetados e executados. Conjuntamente a essas “zonas desenvolvíveis” há a dinâmica própria do desenvolvimento em buscar agregar a inovação (novas tecnologias, novas sementes, novos insumos) que apregoam tempos de prosperidade. Para que isso se concretize, há ainda a agência e o desejo de uma parcela da população local que acredita e deseja estas novidades, esse desenvolvimento. Na sequência aponto algumas situações que possibilitam entender essa conjunção agência/desejo de desenvolvimento e sucesso.

Se compararmos os anos referenciados pelos agricultores, para a chegada de variedades híbridas e transgênicas, em comparação com os períodos históricos da modernização da agricultura no Brasil, descritos na literatura, vemos que há uma diferença de alguns anos. Essas evidências me levam a propor que, cientes da existência de uma diversidade de “zonas desenvolvíveis”, os fomentadores de empreendimentos como as das sementes híbridas e transgênicas podem agir parcimoniosamente para sua efetiva implementação. Além disso, como Mauro comentou, características próprias do município

também fizeram com que isso se passasse. Regiões mais aptas para plantios em grandes áreas, (p. ex., a fronteira agrícola do centro-oeste), e agricultores mais “preparados” para receber e implementar essas novas tecnologias (vide o norte/noroeste do Rio Grande do Sul<sup>18</sup>) podem ter sido as prioridades que ao final refletem nessa diferença de tempo. Poderia, assim, ousar dizer que seria uma estratégia similar a de um resguardo de mercados.

Como vemos as variedades híbridas e transgênicas, cedo ou tarde, chegaram a Canguçu e tiveram e vêm tendo êxitos entre parte dos agricultores locais. Como que sementes manipuladas em laboratórios e um conjunto de outros tantos projetos de desenvolvimento, levam a transformações, muitas vezes profundas, nos cotidianos e vidas das pessoas, logram ter êxito? Alguns estudos sobre o desenvolvimento buscam justamente entender como esses projetos de desenvolvimento acabam sendo considerados exitosos, desde sua concepção até sua execução final em determinada comunidade. David Mosse (2005) em sua etnografia sobre projetos de desenvolvimento rural na Índia aponta algumas reflexões sobre o êxito ou o sucesso, nas palavras do mesmo, desses projetos. O autor está interessado em analisar como um projeto de desenvolvimento é realizado, administrado e torna-se bem sucedido. Uma das premissas do estudo Mosse é saber como um projeto de desenvolvimento é “sustentado e construído socialmente” (2005, p. 158). Ou seja, importa *como* e para *quem* os projetos se dirigem e o que é feito para que ele tenha crédito. Nesse sentido aponta o autor, os projetos de desenvolvimento estão num constante trânsito das ideias para realidade e da realidade para as ideias.

Para realizar a etnografia Mosse lançou mão do estudo de redes como ferramenta metodológica. Fortemente influenciado pelos pressupostos de Bruno Latour, seu trabalho foi o de seguir as redes – do projeto e das ideias do projeto – e as conexões entre elas que sustentavam seu sucesso ou fracasso. Segundo ele o sucesso de um projeto depende da execução eficiente de seus programas que possam assim mobilizar a rede que o sustenta – observadores externos, políticos, financiadores e a participação das pessoas locais aonde as ações são realizadas. Isto é, projetos bem sucedidos encontram-se numa *rede forte*, enquanto projetos fracassados encontram-se em *redes enfraquecidas*, “o fracasso do projeto não é o fracasso em transformar os projetos em realidade; Mas a consequência de uma certa desarticulação entre as práticas, os seus modelos de racionalização e os quadros políticos globais”.(MOSSE, 2005, p. 182 tradução nossa).

---

<sup>18</sup> Sobre esta categorização entre agricultores preparados para manusear novas tecnologias, realizo uma discussão mais aprofundada que envolve a categoria da Agricultura Familiar no quarto capítulo, *Políticas, mercados e relações, ou da colheita e as dádivas*.

Diferentemente dos projetos de desenvolvimento rural na Índia, analisados por Mosse, a opção pelo cultivo de variedades híbridas e transgênicas dificilmente pode ser vista extritamente como um projeto de desenvolvimento, mas sim como um amplo empreendimento. Contudo, a proposta de Mosse de seguir e analisar as redes, me parece um artifício útil para entendermos a ocorrência dessas sementes em Canguçu. Trago aqui o relato de um evento do qual participei, aonde foi discutida a produção de milho no município. Antes, gostaria de deixar evidente que nem meus objetivos, tampouco meus procedimentos metodológicos, foram fazer um estudo das redes de sementes híbridas e transgênicas em Canguçu, porém no evento em questão elas ficam evidenciadas.

Durante minha última ida à campo no princípio de do mês de junho, a convite do Seu Julio, pude participar de um evento local sobre a produção de milho no município de Canguçu. O evento se chamava *Seminário sobre a produção e manejo do milho* e foi promovido pelo escritório local da Emater-RS e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Fetagr-RS (STR). Os principais objetivos do evento eram: Fornecer conhecimento técnico sobre a produção de milho e as melhores formas de secagem e armazenamento do grão; Divulgar e premiar os produtores “campeões” na produção individual de milho no município e fomentar uma “*competição sadia*” entre os agricultores participantes, e; Alavancar a campanha “Colha mais milho”, fomentada pelas duas instituições, que visa incrementar a área plantada e a produção de milho no município. Além dos agricultores, participaram do evento autoridades locais das secretarias de desenvolvimento rural e agricultura. Os técnicos agrícolas que palestraram sobre os assuntos propostos, os representantes das instituições e representantes de empresas do agronegócio, fornecedoras de sementes.

As falas de abertura e introdutórias do evento foram proferidas pelos representantes das entidades promotoras. O representante do STR iniciou cumprimentando a presença de todos e principalmente dos representantes das empresas. Enfatizou que o sindicato tem uma “*parceria e companheirismo com as empresas do milho de longa data*”, e que eventos como aquele entre tudo serviam para fortalecer esses vínculos. Após estas formalidades, passou a falar sobre o “Colha mais milho”, mostrando os resultados daquela que era a primeira safra da campanha. Elencou alguns fatores que influenciaram na produtividade, citando as empresas e marcas de variedades de milho híbrido/transgênico plantadas. Pontuou que produtores de variedades de milho crioulo e varietais não participaram da campanha, sem apresentar muitas justificativas para essa ausência. O objetivo da campanha a longo prazo, segundo o representante, é tornar o Canguçu o maior produtor de milho em área plantada do Rio Grande

do Sul, sendo que atualmente o município já possui este *status* na região sul do estado. Uma motivação nostálgica para essa campanha é resgatar o título de “capital do milho”, alcunha que o município recebeu durante os anos oitenta. Além disso, uma das consequências da campanha é que a partir do incremento da produção de milho, há a possibilidade de fomento ao desenvolvimento do município e região.

O segundo orador foi o representante local da Emater/Ascar. Iniciou sua fala reforçando o papel do agricultor para o desenvolvimento do município. Afirmou que o agricultor é na verdade um “aventureiro”. Aventureiro, pois a atividade agrícola por si só já é repleta de riscos, e também porque o agricultor tem uma vocação a arriscar-se, de querer inovar, produzir mais. Para exemplificar ele apontou que devido a essas características a família rural sempre escolhe a tecnologia. E naquele contexto as escolhas eram pelas tecnologias dos milhos melhorados em laboratório. Segundo o representante, isso se deve a fato que essas novas tecnologias geram novas possibilidades produtivas e econômicas para os agricultores.

Ao conduzir sua preleção para o final, apontou que o cultivo e cadeia produtiva do milho estão intimamente relacionadas à segurança alimentar. Não somente de quem o produz, mas da população em geral, pois do milho derivam ou alimentos ou forragens animais que, posteriormente, serão beneficiados em produtos alimentícios. Concluiu salientando que o milho é um cultivo da agricultura familiar, do pequeno agricultor, em oposição ao cultivo da soja que é a escolha das grandes propriedades. Após o momento das explicações técnicas o evento foi conduzido para seu término com a premiação aos agricultores que, individualmente, produziram mais quantidade de milho. Entre os vários prêmios, destaco a entrega de sacos de sementes de milho e insumos, ofertados pelas empresas sementeiras.

Lembro-me que quando participei deste evento minhas reflexões acerca do tema das sementes híbridas e transgênicas ainda eram incipientes e apesar de ter feito anotações e um relato em meu caderno de campo, não lhe concedi muita importância. Findado o trabalho de pesquisa e definido os eixos de discussão da dissertação, ao reler sobre este dia passei a refletir com mais atenção sobre o evento. Aportado pelas conclusões de Mosse sobre as redes de um projeto, é possível identificar a rede que sustenta essas variedades em Canguçu. Na proposição de Bruno Latour as redes apresentam em sua trama “nós” fortes – com mais protagonismo – e “nós” menos fortes, mas que ainda assim são importantes para tessitura. No evento sobre a produção e manejo de milho penso que estavam presentes alguns dos “nós” fortes dessa rede.

Havia a iniciativa privada (empresas das sementes), órgão classista (sindicato dos trabalhadores rurais), órgão estatal de extensão técnico-rural (Emater/Ascar) e os próprios agricultores. Ao dizer que o STR tem uma “*parceria e companheirismo com as empresas do milho de longa data*”, seu representante evidencia o laço forte entre esses “nós”, que irá refletir no comprometimento do órgão em vender<sup>19</sup>, não somente os produtos destas empresas, como também suas ideias, aos agricultores. A presença do representante e dos técnicos da Emater/Ascar<sup>20</sup> também evidencia um “nó” que intermedeia os interesses das empresas do agronegócio e os próprios interesses estatais. Instituições de extensão rural têm um papel histórico de longa data no difusionismo dos ideais, preceitos e práticas da modernização da agricultura entre a mais variada diversidade de agricultores. Estes por sua vez são o “nó” imprescindível da rede, pois ao optarem por estes cultivos e tecnologias acabam convertendo uma ideia/projeto em realidade. Por fim, destacaria que nas falas apresentadas há ainda um “nó” implícito. Os consumidores que cientes ou não da origem dos alimentos acabam reforçando a rede agroalimentar<sup>21</sup>.

É interessante notar que há uma diferença na forma de legitimação entre a rede que suporta os projetos de desenvolvimento analisados por Mosse e o caso do milho transgênico apresentado acima. Como aponta o autor, nos projetos de desenvolvimento rural da Índia os apoiadores e financiadores devem ser conhecidos e estarem diretamente associados aos projetos, a fim de legitimá-los e garantir seu sucesso. No caso do milho transgênico – e consequentemente de parte da cadeia agroalimentar – os consumidores podem se converter em apoiadores/financiadores sem que o façam diretamente ou até mesmo não consentindo com o cultivo e consumo dessas variedades. Isso corre porque em parte dos alimentos vegetais industrializados não é possível rastrear a origem dos seus constituintes, bem como os de origem animal alimentados com forragens provenientes desses cultivos. Dessa forma as pessoas ao consumirem esses alimentos constituem um “nó” forte, indiretamente associado, dessa rede.

---

<sup>19</sup> A venda aqui toma um sentido literal, pois o STR local possui um programa de venda de sementes de milho subsidiado em que oferta apenas variedades híbridas e transgênicas, excluindo as variedades crioulas e varietais.

<sup>20</sup> Destaco que dentre o corpo técnico da Emater local, há técnicos que viabilizam outras formas de assistência e intervenção, que envolvem atividades relacionadas a outros modelos produtivos e de agricultura, entre estes os das sementes crioulas.

<sup>21</sup> Destaco o papel dos consumidores como “nó” forte da rede agroalimentar, pois é cada vez mais latente que algumas das transformações dos modelos agrícolas – principalmente da agricultura familiar – são reflexos das mobilizações dos consumidores que buscam não apenas alimentos orgânicos, agroecológicos, saudáveis, sustentáveis, etc., mas também conhecer a origem dos mesmos e as próprias famílias produtoras dos alimentos que consomem. Sobre essas mobilizações e percepções de consumo entre alimentos transgênicos e não-transgênicos ou de orgânicos conferir estudos de Menasche (2003) e Radomsky (2010) respectivamente.

Eventos como este seminário, além de desvelar de forma mais cristalina a rede que conforma todo o empreendimento relacionado às sementes híbridas e transgênicas, prestam-se para legitimar o empreendimento em si mesmo. Como aponta Mosse (2005, p. 181), independente de transformar realidades ou não, projetos de desenvolvimentos considerados exitosos,

sustentam modelos de políticas que oferecem uma interpretação significativa dos eventos. Eles são feitos com sucesso por processos sociais que dispersam a agência de projeto, forjam e mantêm redes de apoio e criam uma *audiência pública* para seu trabalho de transformação de social. (Tradução e grifos nossos)

Mosse aponta ainda que há uma estreita relação entre representação e sucesso, sendo que a representação forte de um projeto alavanca seu sucesso. Assim, para garantir uma representação fortalecida muitos projetos de desenvolvimento estabelecem uma relação dupla entre o que realmente é realizado na prática e o que está nos modelos normativos do projeto. No limite, os gestores dos projetos são orientados a administrar as contradições e relações de poder internas inerentes aos projetos e investir na “publicização” de uma imagem homogênea, relegando um enfrentamento reflexivo dessas próprias contradições. Esta relação dupla pode ser entendida por meio das estratégias que os promotores dos projetos e empreendimentos lançam mão para persuadir e convencer as populações locais da eficácia do que estão propondo.

Nos anos oitenta, quando as variedades híbridas chegaram com força em Canguçu, tanto a extensão técnica como os próprios representantes dessas variedades realizavam dias de campo para apresentá-las aos agricultores e mostrar-lhes a diferença de produtividade entre híbridas e crioulas. Seu Zé Luis Porto é de família de agricultores. É associado da Unaic e participa do grupo produtor de sementes desde seu princípio. Ainda produz sementes para beneficiamento na Unaic, e orgulha-se de nunca ter cultivado variedades híbridas ou transgênicas. Também faz parte do grupo de agricultores com quem tive contato mais próximo. Pude visitá-lo em mais de uma ocasião em que discorremos diversos assuntos.

O mês de junho foi o de encerramento de minhas atividades de campo. Aproveitei o rigor da estação, motivo pelo qual muitos agricultores encontravam-se em casa, para fazer-lhes uma última visita. Numa tarde de chuvisco e vento frio visitei Seu Zé Luis. Estávamos ele, Seu Júlio e eu ao pé do fogão a lenha e tratamos de diversos assuntos, as expectativas para a colheita do ano e as perspectivas futuras. Entretanto, em um momento lhe perguntei se

recordava de como se havia dado a entrada das variedades híbridas e transgênicas (cada qual a sua época) em Canguçu. Prontamente, ele não apenas contou como foi ingresso dessas variedades, mas explicou a estratégia, de então, para convencer os agricultores sobre a primazia dos híbridos.

Zé Luis – Naquela época a gente plantava o milho mais ou menos de metro em metro de largura (a cada dez metros eram plantadas dez carreiros de milho). Só que nos dez metros eles (técnicos e responsáveis por difundir a tecnologia e nova variedade) plantavam onze carreiros. Aí ao invés de tu pegares dez tu pegavas onze carreiros, e claro aí tu aumentavas em 10% a produtividade. Isso aí era uma das coisas que eram feitas. Aí eu disse, ‘nem aqui nem na China dá essa quantidade de milho! E não deu mesmo.’ A gente sabia que não dava, mas era assim que eles faziam.

Vinícius – Digamos então que a extensão rural levava esse pacote?

ZL – Levava o pacote da Revolução Verde, de uma sementeira. Eles passavam aquilo ali. Eles te davam a sementes, o adubo, a uréia, só que tu levava o nome deles. Aí tu dizias assim, ‘eu produzi, plantei tal milho. Eles me trouxeram aquele tal milho, eu plantei. Aquele milho produz tanto por hectare’. Só que eles não debulhavam toda a lavoura, eles faziam a média. Pegavam uma parte boa, outra ruim, outra média. Aumentavam um carreiro, e um carreiro numa lavoura de cem aumentava 10% tranquilo de produtividade. E passavam o pacote.

V – Então o agricultor parceiro ganhava tudo e depois eles faziam um dia de campo?

ZL – Faziam um dia de campo. Traziam (outros agricultores), mostravam, faziam a medida. O agricultor tava lá assistindo, eles pegavam marcavam os cantos de milho, aí quebravam, debulhavam, pesavam aquele milho e faziam a conta para mostrar a produtividade daquele milho. É, o troço era bem bolado! Hoje eles chegam por outras formas.

É interessante notar que para dar conta das características e produtividade alcançadas nos laboratórios e lavouras-teste, os responsáveis pela tecnologia acabavam de ter que usar de subterfúgios de cálculo para adequá-la à realidade local. As análises feitas por Mosse corroboram, dessa forma, com a narrativa feita por Seu Zé Luis, de que projetos e empreendimentos de desenvolvimento necessitam de redes bem tramadas para que dêem conta de garantir seu êxito, independentemente de planejamento, suas estratégias e consequências locais. Porém o desenvolvimento não se resume apenas em sucesso ou fracasso. Sua implementação acarreta em desdobramentos muito mais sutis, mas igualmente potentes sobre a vida das pessoas, que serão discutidos a seguir.



### 3.3 DOS DESEJOS E PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO: PRODUZIR FACILIDADES

O relato que trago a continuação além de ratificar com os dados sobre os períodos de entrada das sementes híbridas em Canguçu aporta com mais elementos para seguirmos a reflexão sobre o desenvolvimento. O senhor Cléu Ferreira é agricultor familiar, um dos fundadores da Unaic, do banco de sementes e do grupo produtor de sementes crioulas, além ter sido presidente da própria associação em tempos passados. Atualmente dedica-se a produção orgânica de frutas em sua propriedade e a sua agroindústria familiar de sucos. Segue cultivando milho e feijão crioulos para consumo doméstico. Além das atividades agrícolas está envolvido com atividades militantes acerca dos temas pertinentes ao mundo rural. Pude conversar com ele em algumas ocasiões, contudo foi na vez que estive em sua propriedade que me relatou um “causo” que seu pai viveu com o milho híbrido.

Esta variedade recém havia chegado ao município, era a década de 1960, e ainda estava envolta entre o desconhecido e a inovação. Seu pai iria cultivar a variedade pela primeira vez. Como esperado (pela indústria da semente e pelo agricultor) ao plantá-la, a semente melhorada gerou um milharal vistoso, verde, pujante, chegando a ter duas ou mais espigas em cada cana. Os vizinhos ao verem o milharal admiravam-se e elogiavam o cultivo. Como de praxe, pediram ao senhor que lhes reservasse algumas sementes para que pudessem também plantar no ano seguinte. Chegada a época de plantio da nova safra, o pai do senhor Cléu distribuiu as sementes entre os vizinhos, porém, alertou-lhos que havia escutado que as sementes guardadas de um ano para o outro daquele milho não produziam da mesma forma que a comprada. Os agricultores, entretanto, não lhe deram muito crédito. O pensamento geral era de que se havia produzido bem em um ano deveria ser o mesmo no seguinte, seguindo assim a lógica do milho crioulo que sempre haviam plantado.

Feito o plantio das sementes híbridas, o milharal foi crescendo e desde o princípio já dava indícios de que não seria igual à plantação anterior, como aquela do pai do senhor Cléu. Na época da colheita as previsões se confirmaram. Além de produzir menos, aquelas espigas eram notadamente menores e menos desenvolvidas que as primeiras. Não convencidos, e responsabilizando outros fatores, houve vizinhos que tentaram plantar uma terceira safra. O resultado mostrou-se pior ainda. Por fora as espigas pareciam vistosas e com boa “palhada”. No entanto, ao abrirem as espigas praticamente não havia grãos! Esta sucessão de acontecimentos acabou convertendo-se em burlas e piadas para com pai do senhor Cléu, em que a vizinhança apontava que o “seu” novo milho era falhado.

Projetos de desenvolvimento são elaborados com a “boa intenção” de que ao serem executados proporcionarão melhorias nas condições de vida de seus beneficiários. Porém, antes mesmo que saia do papel dos projetos e dos escritórios das agências, ele conta com a crença prévia das próprias pessoas de que suas vidas poderão melhorar. O principal mecanismo que viabiliza esta crença são as construções narrativas que o elaboram com um “princípio organizador da vida social” (ESCOBAR, 2005, p. 20 tradução nossa). Estudos críticos do desenvolvimento buscam refletir como este “princípio” tornou-se tão potente e arraigado não somente no cotidiano, mas também no imaginário das pessoas. Trabalhos das ciências sociais e da antropologia do desenvolvimento procuram apontar como o desenvolvimento continua se “reproduzindo” e produzindo desejos e subjetividades, em que pese seus constantes fracassos. Inicialmente é necessário ter em conta que ele é resultado da razão moderna ocidental, dessa forma se valeu de mecanismos dessa ordem tais como construção de regimes de verdade e conhecimento, homogeneização e simplificação de vida, burocracia, e ciência e tecnologia.

Um dos críticos proeminentes ao desenvolvimento é o colombiano Arturo Escobar. Sua vasta obra, muito influenciada pelos estudos pós-estruturalistas de Michel Foucault e Paul Rabinow, preocupa-se em trazer à tona esses mecanismos da modernidade e como eles operam na construção dos discursos de desenvolvimento. Para o autor o desenvolvimento é antes de tudo, um conjunto de práticas, conceitos e teorias que produzem. Produzem categorias, subjetividades, desejos, relações de poder. Como ele afirma,

Para entender o desenvolvimento como discurso é necessário entender não aos elementos em si, mas ao sistema de suas relações recíprocas. É este sistema de relações que permite a criação sistemática de objetos, conceitos e estratégias; ele determina o que se pode pensar e dizer. Tais relações – estabelecidas entre instituições, processos socioeconômicos, formas de conhecimento, fatores tecnológicos, etc. – definem as condições sob as quais podem se incorporar ao discurso, objetos, conceitos, teorias e estratégias. Isto é, o sistema de relações estabelece uma prática discursiva que determina as regras do jogo: quem pode falar, desde que pontos de vista, com que autoridade e segundo quais qualificações. (ESCOBAR, 2007, p. 80, tradução nossa)

Da mesma forma que o desenvolvimento, as variedades híbridas e transgênicas também se estabelecem e legitimam por meio de recursos discursivos. As narrativas sobre estas variedades são construídas a fim de que se vendam possibilidades transformadoras às famílias de agricultores. Todavia, a evidenciação das debilidades, fragilidades e consequências indesejadas, ficam por conta dos agricultores. Como aponta o relato do senhor Cléu nos idos anos sessenta, quando as variedades híbridas recém entravam no cenário

agrícola as narrativas davam conta da produtividade, da eficácia que elas traziam consigo, e no limite um elogio a um futuro de prosperidade.

O milharal do pai do senhor Cléu, criou um imaginário e uma perspectiva de que aquela variedade chegava com um potencial transformador para os agricultores, em que pese os alertas do próprio senhor e as constatações geradas nas safras seguintes. Bastaram duas ou três safras para que os agricultores se dessem conta que a eficácia era efêmera e que a promessa não era tão transformadora. Viram que para terem cultivos vistosos e produtivos daquelas sementes teriam de comprá-las, e não apenas guardá-las de um ano para o outro, como faziam com as sementes até então usadas.

Esse relato, porém, nos remete às impressões e experiências dos primeiros contatos que tiveram os agricultores com estas variedades. Continuo agora o diálogo que tive com Seu Zé Luis apresentado acima. Após ter contado como foi o ingresso e a estratégia dos técnicos e sementeiras para apresentar a produtividade incrementada, como diria Seu Adão, do milho híbrido, ele narrou acerca do milho transgênico e de como operam as estratégias atualmente.

Vinícius – Como seriam estas outras formas (que chegam e entram o milho transgênico)?

Zé Luis – Hoje são essas tecnologias, eles passam para o “grupão” maior. Já tem mais meios de comunicação.

V – Mas então o (agricultor) multiplicador era para o híbrido na época?

ZL – Era para o híbrido. Na verdade no pacote do híbrido, vinha o híbrido e mais o adubo, a uréia. Hoje já tem muitas (corporações) que produzem a semente, o adubo, a uréia, o herbicida, o fungicida, tudo.

V – Mas, digamos que essa estratégia deu certo para o híbrido, porque na agricultura familiar se continuou plantando o híbrido.

ZL – Claro! Claro que deu certo!

V – E será por que o transgênico não teria vingado aqui?

ZL – Não sei. Hoje eles passam que é a facilidade, que o agricultor vai lá e produz. Que pode botar o glifosato por cima do milho. Porque quem criou essa ideia do transgênico, quem vende a sementes, é quem vende o glifosato. Então hoje o pacote é, ‘te vendo o milho e vendo o glifosato’, porque é mais fácil de fazer. E é mais fácil para quem planta bastante. Mas os caras estão introduzindo na cabeça dos pequenos que também é mais fácil para ele.

V – Pois é, porque escutei de outros agricultores, direta ou indiretamente, ‘plantei transgênico, mas não planto mais’, mas o híbrido teve essa continuidade,

ZL – Teve, teve continuidade.

V - Mas o transgênico é como que se entrasse, mas não consegue se manter.

ZL – Teve muita gente que entendeu que o transgênico era uma semente que ia produzir além do híbrido ainda. E isso passou muito na cabeça das pessoas, que o transgênico ia ser uma semente mais melhorada. E muita gente plantou ele pensando que iria ter uma produtividade ainda maior, só que a produtividade dele não foi. A

ideia do transgênico não foi de ter uma produtividade maior, foi de facilitar, para o agricultor botar o veneno, não precisar capinar e ele plantar uma área maior. Não foi bem para o pequeno, só que o pequeno pensou em fazer uma produtividade maior e ele não conseguiu.

Júlio – Quer ver uma coisa, que a gente estava comentando, que hoje o agricultor não é mais aquele que era antigamente. Hoje o agricultor faz uma conta. Quando vai plantar, faz uma conta, e aí se vê o custo de produção, e hoje triplicou, é impossível plantar transgênico. Eles fazem a política deles, mas nós também fizemos a nossa. Hoje nós temos voz, nós temos vez! E isso é que faz a diferença.

ZL – Outra coisa, eu acho que hoje, agora mesmo, ano passado eu vendi milho pra um rapaz, e eles deixaram [guardaram] um pouco de milho. E esse ano ele plantou e colheu bem. O vizinho dele foi quebrar milho e ele disse pro vizinho ‘olha aí, tu disse que o milho dos antigos não produz’. Porque muitos chamavam de milho dos antigos, e o vizinho defendia que tinha que comprar semente, e ele disse ‘esse milho não é semente comprada’. O cara colheu muito bem, não foi o bicho, né, ele disse que botou uréia e capinou, não foi uma alta tecnologia. Porque hoje se tu fores usar uma alta tecnologia, para responder a essa alta tecnologia, essa produtividade de cento e tantos sacos por hectare tem que ser um híbrido triplo, não vai ser um transgênico. Mas a adequação para nossa realidade de pequeno agricultor, para um agricultor que vai usar um varietal, um crioulo, vai produzir com outra tecnologia, com um custo menor, não vai perder. Eu sei porque eu planto, o Julio planta, não é uma alta produtividade, mas... E outra coisa, dizem os caras que se tu atirar para as galinhas um crioulo e um milho pode ser esse híbrido e o transgênico, elas vão deixando o transgênico para trás<sup>22</sup>.

Pausa retórica...

ZL – Esses dias estava olhando os preços das sementes de milho. O valor de seiscentos reais o pacote de 60.000 sementes, vinte quilos aproximado. Aí eu fiquei pensando, quanto o cara tem que produzir a mais para superar um varietal desses nossos aqui, ou um crioulo, que têm capacidade de cinquenta, sessenta, setenta sacos, dependendo até mais do que isso, pode chegar até o cem sacos por hectare. Aí, dependendo do valor, tem que produzir vinte ou trinta sacos a mais só para pagar a semente.

J – É uma coisa que ele nunca vai chegar a produzir, a qualidade.

ZL – Mas ele nem é para produzir a qualidade. Ele é para produzir a facilidade, para vender o pacote ele tem que produzir a facilidade. Esses tempos a gente estava aqui conversando com um vizinho e ele disse, ‘ah isso é a maior barbada, agora com o transgênico tu vai lá bota o veneno e não precisa capinar’. Esse que estava me dizendo era um senhor de idade e eu nem contestei. Só que um senhor de idade com um pulverizador nas costas, e eu com qualquer cavalo velho, faço duas vezes o serviço que ele vai fazer com o pulverizador. Faço com a capinadeira no mesmo tempo. E não corro risco de me contaminar e de contaminar a terra também. Eu acho que me contaminando o prejuízo vai ser só meu e de repente da família, mas a terra se eu contaminar vai ser por gerações e gerações.

O diálogo evidencia dois dos principais argumentos utilizados pelo agronegócio para vender as sementes híbridas e transgênicas, produtividade e facilidade. Se nos dedicássemos a realizar uma análise dos discursos pró variedades híbridas e transgênicas estou quase convencido que o principal argumento para seu plantio é o de ganho de produtividade. O aumento da produtividade opera como um “encantador de serpentes” da melódica narrativa

<sup>22</sup> Sobre a alimentação animal com variedades crioulas ou transgênicas realizo uma discussão mais ampliada no próximo capítulo, *Sementes crioulas e agricultores, ou do germinar e florescer*.

dessas sementes. É interessante analisar como este incremento de produtividade era realizado para as variedades híbridas. Como relata Seu Zé Luis, na seção anterior, o incremento não estava na tecnologia, mas em um artifício de cálculo, *“ao invés de tu pegares dez tu pegavas onze carros, claro aí tu aumentavas em 10% a produtividade”*. No que concerne às variedades transgênicas além da produtividade existe ainda o acréscimo da promessa de facilitar o trabalho na lavoura. A ideia de facilidade é recorrente durante a fala de Seu Zé Luis, em três momentos e reforça este aspecto, *“A ideia do transgênico não foi de ter uma produtividade maior, foi de facilitar; Hoje eles passam que é a facilidade; Mas ele nem é para produzir a qualidade. Ele é para produzir a facilidade, para vender o pacote ele tem que produzir a facilidade”*.

Igualmente, como ainda aponta Seu Zé Luis ao refletir sobre o valor de um pacote de sementes transgênicas e o quanto a mais um agricultor necessita produzir apenas para quitar aquele valor, este acréscimo não depende somente da tecnologia presente na semente, mas de todo o pacote tecnológico envolvido. Fator que eleva os custos de produção, muitas vezes inviabilizando-a a pequenos agricultores.

Há ainda uma conjugação entre produtividade/facilidade e, ciência e tecnologia. Variedades que são “melhoradas” em laboratórios ganham a legitimidade científica para serem vendidas como mais produtivas, mais rentáveis e demandante de menos mão-de-obra. Em um evento durante a semana do meio ambiente em Canguçu, um dos palestrantes falava sobre os perigos do uso de agrotóxicos e conseqüentemente falou sobre os transgênicos. Ao falar sobre essas variedades disse que, *“o transgênico é mais produtivo porque é transgênico, e não é transgênico porque é mais produtivo”*. Ele estava querendo mostrar que se crê no aumento de produtividade porque a variedade em questão carrega consigo a manipulação e saber técnico-científico, a transgenia. Ou seja, variedades não-transgênicas (mesmo que híbridas) não necessariamente são menos produtivas que as transgênicas. Esta análise vai ao encontro do dito pelo Seu Zé Luis, *“hoje se tu fores usar uma alta tecnologia, para responder a essa alta tecnologia, essa produtividade de cento e tantos sacos por hectare tem que ser um híbrido triplo, não vai ser um transgênico”*.

Porém, mesmo entre os agricultores que cultivam as sementes crioulas, sabedores das falhas que as variedades híbridas e transgênicas têm, não cultivando-as e reconhecendo e valorizando as sementes crioulas e varietais, podemos ver a potência que a ciência e a tecnologia têm em seus imaginários. Enquanto discutíamos sobre as diferenças entre milhos

crioulos/varietais e híbridos/transgênicos Seu Adão falou do poder que as empresas de biotecnologia agrícola têm para produzir sementes híbridas e transgênicas.

Se pegar um varietal, que é parecido com o híbrido, escolher bem, classificar e bitolar bem e pegar um híbrido sem tratamento, tenho a impressão que não muda nada. Mas é lógico que essas empresas com todo o *maquinário moderno*<sup>23</sup> têm as condições de fazer uma semente de muito melhor aparência que a nossa crioula ou varietal feita aqui. Mas não vejo muita diferença assim, se for comparar uma com a outra (grifo nosso).

Uma vez mais temos evidências de que variedades de sementes híbridas e transgênicas fazem parte do conjunto de empreendimentos do desenvolvimento. Isso, pois nos discursos do desenvolvimento a tecnologia é pensada como um elemento que possibilita o progresso material, bem com aponta a direção e o significado do mesmo. Porém não somente isto, como aponta Escobar (2007, p. 73), a tecnologia foi concebida como uma “espécie de força moral que operaria criando uma ética da inovação, da produção e do resultado”, contribuindo assim para expandir os ideais e a razão moderna.

Analisando um programa de desenvolvimento rural implementado nas décadas de setenta e oitenta na Colômbia<sup>24</sup>, Escobar (2007) mostra que sem desconsiderar os resultados econômico-estatísticos referente à produção e incremento de renda, o projeto criou novos mecanismos de controle social. Segundo ele, o projeto não se restringia apenas ao “público alvo”, estava interessado com “com a formação de semi-proletários e proletários, com a articulação da produção camponesa com a agricultura comercial, e com a do setor agrário em geral e o resto da economia, especialmente o setor gerador de divisas” (ESCOBAR, 2007, p. 248 tradução nossa).

Dessa forma, todos estes elementos discursivos do desenvolvimento – produtividade, facilidade, ciência e tecnologia, progresso e prosperidade – são mecanismos que operam a fim de produzir classificações e relações de poder que possibilitaram dividir e hierarquizar as populações simplificando realidades. Produzem, ainda, desejos de transformações positivas

<sup>23</sup> A expressão “maquinário moderno” usada por Seu Adão foi dita no sentido de relacioná-la com o uso da tecnologia, da pesquisa e da inovação, dessas empresas. Isso, pois, os agricultores que cultivam as sementes crioulas (incluindo Seu Adão) empregam algum tipo de maquinário em seus cultivos, seja no plantio, colheita ou beneficiamento das variedades crioulas.

<sup>24</sup> O programa em questão se chamava Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), teve início em 1976 e foi financiado pelo Banco Mundial. Seu “público alvo” eram as “pequenas unidades de produção, conhecido convencionalmente como o sub setor tradicional ou atrasado, e mais recentemente como ‘economia camponesa’. [Seu principal objetivo era] incrementar a produção de alimentos dentro da população escolhida, racionalizando a inserção do setor na economia de mercado” (ESCOBAR, 2007, p. 236-37)

dos cotidianos. E, no limite, produzem normatização de corpos e subjetividades. As sementes híbridas e transgênicas por sua vez simplificam realidades agrícolas, modelos de agricultura, diversidade de culturas. A produção de corpos e subjetividades se dá por meio da homogeneização agrícola e alimentar. Por fim, da mesma forma, produzem desejos. Qual agricultor não deseja incrementar sua renda, ter mais forragem por meio da produtividade em grãos e consequentemente melhorar as condições de vida de sua família? Nem sempre, porém, como aponta seu Zé Luis, a facilitação significa melhoria,

Um senhor de idade com um pulverizador nas costas, e eu com qualquer cavalo velho, faço duas vezes o serviço que ele vai fazer com o pulverizador e não corro risco de me contaminar e de contaminar a terra também, e porque a terra se eu contaminar vai ser por gerações e gerações.

### 3.4 DESENVOLVIMENTO, ENTRE O SUCESSO E FRACASSO

Nesse que vem a ser o último espaço desse capítulo gostaria de conjugar as ideias de Mosse sobre o que sustenta ou não um projeto/empreendimento de desenvolvimento são suas redes, com a ideia de Escobar de que o desenvolvimento é um produtor de relações, desejos e subjetividades, para apresentar outra reflexão. A de que é inerente ao desenvolvimento produzir falhas e reproduzir-se justamente nessas falhas. Tomo esta ideia de outro estudo da antropologia do desenvolvimento, trabalho esse de James Ferguson (1990) sobre as falhas dos projetos de desenvolvimento no Lesoto – pequeno país africano incrustado no território da África do Sul – e como elas operam como um “retro-alimentador” para novos projetos de desenvolvimento. Uma das principais influências de Ferguson está em Michel Foucault, principalmente suas primeiras obras que dão conta dos regimes de conhecimento e verdade. Na obra usada como referência para a discussão – *The anti-politics machine* – há uma grande influência foucaultiana de *Vigiar e punir* na qual Ferguson pensando nos aparatos de controle e disciplina de Foucault irá propor que dentro dos projetos e empreendimentos de desenvolvimento também há aparatos que exercem governos sobre as populações submetidas a esses projetos.

Ferguson está preocupado em evidenciar como o desenvolvimento e os projetos que são concebidos desde ele vêm fracassando constantemente e mesmo assim permanecem vivos sempre se reinventando. Para ele há uma “indústria do desenvolvimento” (FERGUSON, 1990, p. 8) que necessita constantemente lançar novos projetos e que cada lançamento gera repetidamente novos fracassos, configurando assim o fracasso/falha uma norma de todo o

circuito. Ou seja, ainda que nos planejamentos e documentos preveja o êxito, os fracassos justificam e reafirmam a necessidade de novos projetos para reparar estes “efeitos colaterais” (FERGUSON, 1990, p. 252). A ideia de fracasso de Ferguson difere da de Mosse, pois para este seria o conjunto de redes fracas que não daria sustentação para que o projeto ganhasse crédito entre os envolvidos e conseqüentemente seu sucesso. Por seu turno Ferguson aponta que o fracasso é uma consequência dos projetos, independente da rede que lhe sustenta. Em seu trabalho o autor não se vale do conceito de redes, deste modo, não se coloca se projetos de redes fortes ou redes fracas produzem falhas. A questão de Ferguson é o que o desenvolvimento *faz* (produz) e não o que deixa de fazer.

Na sequência de seu trabalho o autor propõe que o desenvolvimento compõe uma entidade social autônoma, com instituições próprias, que ganha vida independentemente do Estado, mas que acaba favorecendo a expansão do poder estatal. No limite, o Estado vale-se dos projetos de desenvolvimento para “chegar” a locais aonde não tem controle, através de escolas, postos de saúde, postos de ajuda humanitária, segurança e extensão técnica. Para Ferguson, deste modo, o desenvolvimento se constitui uma “máquina anti-política” que “despolitiza tudo o que toca” (1990, p. 255-56), tecnificando os discursos e práticas. Ou seja, há uma padronização para a resolução dos problemas locais que devem ser administrados e resolvidos por meio dos saberes técnico-científicos, engenharias, agronomia, etc.. Tal ideia se aproxima muito do escrito por Escobar que além da simplificação da vida, projetos e empreendimentos de desenvolvimento, contribuem com a emergência de “geografias desiguais da pobreza e subsistência” (2007, p. 34).

Parece-me que o “fracasso” no tocante às variedades híbridas e transgênicas enquanto empreendimentos de desenvolvimento reside justamente nas ideias de que possibilita a expansão de políticas e práticas estatais, na simplificação da vida e na geração de pobreza. Sementes híbridas, mas principalmente transgênicas vendem e produzem o imaginário que ao cultivá-las os agricultores terão mais facilidades, elevarão suas produtividades e conseqüentemente a geração de renda. No entanto, a propaganda pouco fala dos elevados custos de produção, da necessidade de capital para a reprodução anual desse sistema e a capacidade de endividamento de cada agricultor para lograr a renda apregoada. Como comentou Seu Zé Luis, quantas sacas por hectare a mais são necessárias somente para custear a produção? Para o endividamento e o subseqüente empobrecimento de pequenos agricultores, poucas safras bastam. Analisando um projeto de desenvolvimento rural na Índia, Mosse aponta algo semelhante,



Enquanto a filosofia IBRFP [do projeto em questão] insistia na auto-suficiência, o projeto abriu (ainda mais) a porta para a insumos da agricultura, o crédito para a produção e o cultivo comerciais. Novos cultivos e novos estilos de vida exigiam mais gastos com fertilizantes, roupas, remédios, utensílios, verduras, óleo, para mostrar as longas listas por meio das quais os aldeões explicavam o aumento do custo de vida. (MOSSE, 2005, p. 224, tradução nossa)

Estes desdobramentos por mais que não sejam os desejados pelas as instituições que gerenciam e executam os projetos de desenvolvimento, acabam “retroalimentando” outras instituições “para o” desenvolvimento, que terão que reparar estes efeitos colaterais. Além disso, possibilitam que instituições e políticas estatais se estabeleçam naqueles ambientes, ou como medidas mitigatórias das ações fracassadas, ou como parte de determinado projeto político-estatal. Ferguson (1990, p. 255), contudo, é mais contundente nesse sentido, pois afirma que a transformação e expansão da atividade agrícola são apenas os objetivos primários dos projetos de desenvolvimento. Seu escopo final é a expansão e fortalecimento dos aparatos e poderes estatais de governo.

No cenário agrícola é recorrente que empresas e cooperativas incentivem seus agricultores sócios ou cooperados para que produzam determinada variedade de interesse, com a promessa de compra de toda a produção, levando as famílias a um grande investimento a fim de incremento da renda. Contudo, no momento de receber a produção negam-se adquirir, alegando não terem condições para tal, ou que o produto é de baixa qualidade, ou ainda aceitam receber pagando um valor que muitas vezes não cobre nem os custos de produção. Em uma das conversas com Seu Adão ele contava-me o caso de um vizinho, semelhante a este cenário.

Tinha um colono logo aqui embaixo, segundo vizinho, que plantou transgênico. Em sociedade com outro vizinho plantou transgênico. Ele produzia leite para a cooperativa, colheu o milho e levou para a cooperativa e o milho não passou. Ele ficou bem bravo, resmungou e tal. Noutro dia o sócio dele disse: ‘o José está irritado, a cooperativa não quis nosso milho’ [alegando que o milho era ruim, que não daria nem ração].

Situações como esta acabam possibilitando que os regimes de desenvolvimento se complementem dentro do capitalismo global, pois gerará outros projetos pra “reabilitar” estes agricultores, sejam eles de financiamento ou modernização da propriedade a fim de “garantir” a qualidade dos cultivos vindouros. Desde um olhar através do empreendimento das sementes transgênicas, os mecanismos e projetos passam por lançar variedades com novas tecnologias –

mais caras e com a necessidade de um pacote de insumos mais específico – mas que prometam novamente mais qualidade e produtividade.

Casos como o dos vizinhos do Seu Adão conectados com eventos como o “Mais Milho”, relatado anteriormente, mostram como políticas e projetos de desenvolvimento se operam a partir de uma mescla de razões econômicas. De um lado uma lógica fortemente neoliberal, em que o agricultor é soberano para aderir aos modelos agrícolas e pacotes tecnológicos, pois afinal ele tem um papel importante dentro do desenvolvimento. Porém, concomitante a esta há uma lógica intervencionista, seja por meio de instituições vinculadas ao Estado (Emater), seja por meio de instituições da sociedade civil (STR), que fomentam – mais, ou menos – determinada política ou modelo produtivo. No final a concatenação dessas lógicas acaba fortalecendo a lógica capitalista da competição (e o próprio evento “Mais Milho” é explícito em fomentar essa competição) e da concorrência, e que no final acaba absorvendo apenas a melhor qualidade e otimizando os lucros.

Outro dos efeitos colaterais das falhas dos projetos de desenvolvimento, apontado por Ferguson, é patente simplificação da vida das pessoas, por meio da despolitização e burocratização dos cotidianos (1990, p. 256). Nesse sentido penso que o cultivo de variedades híbridas e transgênicas também contribui para essa simplificação da vida, por meio da redução e, no limite, a extinção da diversidade biológica. Somado a isso, esses cultivos demandam modos de produção que estão estandardizados dentro de uma agricultura mecânica e quimicamente dependentes. Acarreta, deste modo, na perda de modos de fazer agrícola baseados em outros conhecimentos e conseqüentemente, na simplificação e dependência daquele único modelo. Por fim temos uma simplificação das pessoas e culturas envolvidas, criando os agricultores modernos, potencialmente modernizáveis e os periféricos/atrasados. Como destaca Escobar (2007, p. 248) “em contraste com a extrema heterogeneidade da realidade camponesa, iniciativas [de desenvolvimento rural] tendem a criar estratos relativamente homogêneos mediante a imposição de certas práticas”.

Por fim, Mosse e Ferguson se complementam ao sugerirem que, tanto para obter sucesso, como para reproduzirem-se nas falhas, os projetos de desenvolvimento necessitam de um eficiente aparato que produza novas projeções, independente dos resultados obtidos nas comunidades. Para Mosse (2005, p. 203, tradução nossa),

Se os projetos bem-sucedidos são aqueles que se assemelham aos modelos de políticas dos doadores, então as agências de desenvolvimento são levadas a melhorar a gestão de suas representações, ao dirigir seus esforços práticos para preservar a

identidade, nenhum dos quais feitos para melhorar as oportunidades de aprendizagem ou eficácia na redução da pobreza.

Ou seja, para o autor a gestão dos projetos é conduzida para manter a identidade dos mesmos em consonância com as agências financiadoras, pois politicamente é muito mais relevante que os resultados em si. Dessa forma, novos financiamentos poderão ser obtidos e assim mais ações e novas intervenções poderão ser planejadas. Ferguson por sua vez aponta que na indústria do desenvolvimento o que importa é uma fórmula de aplicabilidade dos projetos independente das especificidades e dos resultados que gerarão. Pois, de qualquer modo no momento de execução, estratégias bem definidas de planejamento interagirão com estruturas não previstas e eventos imprevisíveis, acarretando nos seus fracassos.

\*\*\*

Nesse capítulo busquei trazer um pequeno panorama de como as variedades híbridas e transgênicas foram introduzidas no município de Canguçu, pelas narrativas dos agricultores que cultivam as sementes crioulas. Para isso, inicialmente apresentei um sucinto histórico de como o desenvolvimento se converteu em um projeto político, econômico e social hegemônico da razão euro-ocidental no século XX e como foram criadas agências, instituições e projetos a fim de concretizá-lo enquanto tal. O argumento axial do capítulo foi de que as variedades híbridas e transgênicas estão inseridas dentro desse conjunto de mecanismos, projetos e empreendimentos de desenvolvimento.

Desde as narrativas dos agricultores e a participação em eventos, a introdução dessas variedades articulam experiências mais ou menos exitosas, mas que, independente do seu sucesso ou fracasso geram desejos, subjetividades e relações de poder/saber que produzem desigualdades sociais. No próximo capítulo as sementes crioulas, os agricultores e agricultoras que as cultivam serão seus protagonistas. Nele será apresentado como essas famílias estão envolvidas com seu cultivo e no trabalho de resgate e preservação, bem como no trabalho de divulgação das sementes e os possíveis desdobramentos sociais que dele geminam.

**Imagem 4: O (des)cartesianismo de uma lavoura de feijão**



Fonte: foto do autor (2017)

#### 4 SEMENTES CRIOULAS E AGRICULTORES, ou do germinar e florescer

*Quando você se sentar para jantar hoje à noite, não haverá nada em seu prato que não tenha vindo, direta ou indiretamente, do Terceiro Mundo. (MOONEY, 1987, p. 10)*

Nesse quarto capítulo minha intenção é trazer algumas situações e eventos de campo que possibilitem pensar as sementes crioulas emergentes não somente pelo resgate de algo passível de extinção, mas também como possibilidades concretas de alternativa aos híbridos e transgênicos. Os dados de campo suscitam oportunidades de que as sementes crioulas e as pessoas que com elas trabalham estejam “semeando” elementos que contradigam o desenvolvimento enquanto uma idéia-força no cenário do capitalismo global. E dessas sementeiras se possa refletir a emergência de outros modelos de produção e de vida que não referenciados no desenvolvimento.

O decorrer do capítulo está organizado em três principais propostas, o *resgate*, a *(r)existência*, e a *insurgência* das sementes crioulas no município de Canguçu. Dentro de cada uma das propostas trago os argumentos dos e das agricultoras na sua opção pelas variedades crioulas – tais como, viabilidade econômica e margem de risco e segurança, posicionamentos políticos, possibilidades de outros modelos produtivos – pontuando-os como elementos significativos para refletir, no decorrer do trabalho, sobre como as sementes crioulas têm relevância e pertinência, não somente para o fazer agrícola como também para a vida. É inevitável que neste espaço traga para a discussão referências de outros trabalhos e/ou teorias que permeiam a discussão proposta. Ainda assim, minha intenção aqui é dar predominância às minhas experiências, através de excertos de diário de campo e das vozes de meus interlocutores.

##### 4.1 DO RESGATE

Como expus anteriormente, para chegar a Canguçu, aos agricultores e às sementes crioulas, me debrucei na literatura existente a fim de entender como naquele município havia um trabalho tão consolidado nessa área. Ao iniciar o trabalho de campo era necessário – desculpem a redundância – começar pelo início, saber como as sementes crioulas se configuravam e emergiram no município. As sementes crioulas enquanto “bens” impossíveis de serem patenteados ou protegidos por regimes de propriedade intelectual, sempre estiveram presentes no seio da agricultura, em Canguçu tampouco foi diferente. Essas espécies, de modo geral, eram guardadas ano após ano pelas e nas famílias e intercambiadas entre elas, sem a

necessidade de criar um centro físico para suas preservações, como os bancos de sementes, por exemplo. No entanto, com o avanço da agricultura capitalista, o poder persuasivo da tecnologia, ciência e economia, fizeram com que muitas espécies crioulas fossem sendo relegadas por exemplares comerciais, primeiramente variedades híbridas e na sequência transgênicas. Após o hiato das décadas douradas das Revoluções Verde e tecnológica, e da emergência de movimentos sociais, acadêmico-científicos e políticos de preservação do meio ambiente e da biodiversidade, constatou-se que um delicado e forte trabalho de resguardo de sementes crioulas e/ou tradicionais deveria ser realizado. Nisso já estamos no avançado das décadas de 1980 e 1990. Em muitas comunidades rurais a iniciativa partiu das próprias agricultoras<sup>25</sup> e agricultores que se organizaram e criaram bancos de sementes comunitários. Em outros casos o trabalho foi fomentado por instituições eclesíásticas de base de distintas confissões cristãs.

Em Canguçu com a Unaic esse trabalho se deu a partir deste segundo cenário. Passado alguns anos de sua fundação, em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra e com o CAPA, a associação diagnosticou que algumas culturas agrícolas existentes no município e região estavam se perdendo. Seu Julio foi enfático quando me relatava sobre a origem da associação, onde o objetivo inicial era trabalhar para facilitar o comércio dos produtos dos agricultores; porém, ao ver “*o choro dos nossos pais, que aquelas sementes estavam se perdendo*”, surgiu a ideia/iniciativa de resgatar essas sementes “dos antigos”, as crioulas. Na visita à família do senhor Altamir Souza, enquanto apresentava meu projeto, sua esposa salientou que era importante o trabalho de plantar as sementes para conservá-las, pois estava tudo se perdendo. Mas foi mais categórica quando falou que o próprio gosto e conservação, de ano para ano, das variedades convencionais não eram os mesmos que as variedades crioulas.

Primeiramente, associação, entidades eclesíásticas e alguns parceiros da Embrapa (sucursal de Pelotas) realizaram um mapeamento e coleta de espécies e variedades existentes na região. Por volta de 1994 foi, então, criado o banco de sementes da Unaic, que abrigou o material coletado. Porém um banco de sementes sem agricultores, sem agricultura, nem plantio, pode ser considerado quase um museu de espécies vegetais ou até mesmo um instrumento de poder e controle!<sup>26</sup> Durante três safras o banco foi sendo abastecido

<sup>25</sup> Refiro-me antes às agricultoras aos agricultores, pois historicamente é relegado o crédito de seu labor no resguardo e disseminação das espécies agrícolas. Pretendo discutir mais este tema pertinente às relações de gênero na sequência do trabalho.

<sup>26</sup> A referência aqui é a ampla e controversa discussão sobre as possibilidades de conservação vegetal, *in situ* e complementada pela *on farm*, modelos que priorizam a conservação nos locais aonde são cultivadas as espécies. Há também a conservação *ex situ* que tem nos bancos de germoplasma sua maior representatividade. Esses bancos podem ser públicos ou privados. O mais conhecido deles é o *Svalbard*

aleatoriamente por produtores que forneciam alguma parcela de sua própria produção. Somente em 1997 foi constituído um grupo permanente de produtores de sementes crioulas e varietais para abastecer compulsoriamente o banco da associação. Segundo o Sr. Cléu Ferreira, em Saravalle (2010, p. 33),

Em 97 é que a gente criou o grupo de produtores que compôs o Banco de Produção de Sementes. Aí se levantou todas as cultivares de milho possíveis que existiam na região. Algumas que a gente já nem tinha mais resgatamos na região, e nos municípios vizinhos algumas variedades.

No decorrer do trabalho de campo tive a oportunidade de conversar com quase todos os agricultores remanescentes daquele grupo que se formou em 1997. Seu Adão Moraes foi um deles. Morador da localidade Rincão dos Maia, participa do trabalho de resgate e produção desde o início da Unaic. Foi ele junto com os parceiros de antanho que ajudou a localizar e resgatar uma variedade de milho crioulo, o milho branco “*oito carreiro*”, existente no município. Em uma de nossas conversas lhe perguntei:

Vinícius – E o senhor desde quando planta as sementes crioulas?

Adão – Milho para cooperativa, para sementes? Desde a primeira feira de sementes, foi em 2000, 2002, não lembro bem. No ano seguinte eu já comecei a plantar. Então ia buscando semente, em 2002, um senhor me conseguiu umas sementes de um milho que eu gosto, do milho branco, esse *oito carreiro*. E esse senhor naquela ocasião, 2002, me disse assim. Essa semente de milho branco estava na família deles há mais de cem anos. Na época, hoje esse senhor deve estar com setenta e poucos, menos quinze, setenta daria cinquenta e cinco, ele já tava com aquela idade, então era dos avós dele. Então hoje dá para se dizer, seguramente, que essa semente hoje na região se reproduz no mínimo há cento e vinte anos.

Como se vê a partir de 1997, o trabalho de resgate das sementes crioulas passou a ser incrementada com a formação do grupo de produtores. Inicialmente foram cerca de quarenta as famílias que participavam do grupo de sementes, que foi nomeado como *Programa de Produção de Sementes Crioulas* (SARAVALLE, 2010, p. 34). O programa foi se fortalecendo e fortalecendo a própria Unaic, fato que possibilitou a realização da Feira de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares, com o fim último de divulgar o trabalho que fora desenvolvido nos últimos anos. Mauro Gauger, jovem agricultor, também relatou que ainda garoto, se lembra da família fazendo parte do grupo produtor de sementes e também

---

*Global Seed Vault/Silo Global de Sementes*, gerenciado pelo governo norueguês, aonde encontram-se amostras de sementes das mais variadas espécies cultivadas pela humanidade. Este banco de germoplasma é financiado pela fundação Bill Gates, ou seja, aportado com recursos e interesses de empresas e corporações capitalistas. Pat Mooney (1983) destaca que o trabalho de melhoramento de sementes nas décadas da RV foi amplamente financiado por fundações familiares.

participando da primeira feira em 2002. No entanto, ele também afirmou que sua família vem trabalhando e conservando as sementes muito antes da feira e da Unaic. Esse é um dado que me foi posto em outras situações pelos agricultores produtores de semente. Que anterior ao banco da Unaic suas famílias mantinham esses cultivares. E também é uma realidade das famílias agricultoras que não produzem sementes crioulas, mas as tem para uso doméstico. Atualmente, pelo que pude entender mantém-se um pequeno grupo de cerca de dez agricultores produtores de sementes, para a Unaic, outros tantos que almejam produzir sementes e um sem número de famílias que cultivam as variedades crioulas para uso na economia familiar. Além de outras instituições e movimentos sociais que também desenvolvem ações nessa área.

Um banco de sementes para existir necessita de uma organização básica, um espaço físico no qual possa abrigar e conservar as variedades e a colaboração e empenho das famílias agricultoras envolvidas. Como geralmente ocorre nos bancos comunitários a doação, por cada família, de uma pequena parcela da produção é suficiente para que o processo seja constantemente “alimentado”. No caso do banco da Unaic, seu início também foi assim, contudo, ao ser criado o grupo e o programa de produção de sementes, uma dimensão e possibilidade outras foram levadas em conta pelos associados. Em entrevista com o senhor Cléo Ferreira, então presidente da Unaic na época da criação do grupo, Saravalle (2010, p. 34) aponta que este nasceu com dois objetivos concretos. Um mais econômico visualizando uma possibilidade de renda extra para os agricultores. E outro, um objetivo social, de preservar espécies e variedades de importância material e cultural das comunidades locais e da região aonde se encontravam.

A questão que me coloco é que, se levarmos em consideração o poder persuasivo, midiático e econômico das empresas sementeiras do agronegócio em mover uma parcela considerável da categoria agrícola (me refiro tanto a empresários do agronegócio, como pequenos agricultores da agricultura familiar inserida no mercado das *commodities*) para usar e plantar suas sementes, por que um pequeno grupo de agricultores viu na produção de sementes crioulas uma possibilidade econômica? Provavelmente não exista uma resposta única, concreta e definitiva para a questão. Lanço mão de alguns dos argumentos dos agricultores com que conversei para apontar algumas possíveis respostas.

Ao nos voltarmos para uma análise socioeconômica, vemos que o agricultor procura observar a viabilidade e o risco de produção, a fim de buscar uma margem de segurança, seja ela de subsistência, alimentar, econômica, de lucro (que dependem da sua vontade e/ou possibilidade de inserção em mercados). No caso do grupo produtor de sementes da Unaic



fica evidente que para aquelas famílias, a atividade de resgatar e preservar as sementes poderia ser conjugada a uma futura oportunidade de geração de renda. Abria-se ali uma possibilidade, como explicita o senhor Cléu, de aliar o econômico ao social. Seguir produzindo culturas que sempre estiveram nas propriedades sem ter que aderir a outras culturas e seus pacotes tecnológicos e ao mesmo tempo incrementar a renda familiar. Realmente, o retorno econômico de uma produção para sementes é muito mais compensador que a produção para grãos, em cenários aonde a escala é reduzida. Conforme me explicaram na Unaic, o milho, por exemplo, entregue na associação que é vendido como semente pode chegar ao valor de R\$ 4,00 por quilo, enquanto que o milho vendido para grão na maioria das vezes não alcança o valor de R\$ 1,00<sup>27</sup> por quilo, valor esse que é cotizado pelo mercado internacional de *commodities*.

Dentro deste cenário, o início do programa foi promissor. Logo a Unaic obteve um registro estadual que a credenciava enquanto produtora de sementes fiscalizadas<sup>28</sup>, primeiro passo para participar de mercados institucionais. Isso conseqüentemente proporcionou à Unaic participar do programa estadual *Troca-troca de sementes*<sup>29</sup>, além da articulação para fornecer sementes na região e até mesmo para outros estados da federação. Todas essas conquistas, entretanto, demandaram o aumento da escala de produtividade, e da infraestrutura operacional da associação. Inicialmente as sementes entregues na associação eram beneficiadas na UBS da UFPel, por meio de um convênio. No ano de 2001, contudo, a associação conseguiu verbas para construção e montagem de uma UBS própria na sua sede, tornando-se como seu Julio ressaltou a única UBS pertencente aos próprios agricultores em todo Brasil. Durante alguns anos a contar de 2001, a comercialização das sementes se manteve estável, proporcionando retornos aos agricultores. Entretanto, a dependência de mercados institucionais e sua vinculação com políticas de governo e não de estado, trouxe

---

<sup>27</sup> No momento em que exponho este dado (01/2017) a saca padrão de 60 quilos de milho é vendida a aproximadamente R\$35,00. A safra 2015/2016 foi um período em que este cereal esteve valorizado chegando a ser vendido por R\$ 60,00, no entanto em anos anteriores seu preço estava baixo, chegando a ser vendido em média por R\$25,00. Se fizermos a média desses valores R\$/Kg teríamos, R\$0,58; R\$1,00; R\$0,42 respectivamente. Por sua vez, na última vez que conversei com os agricultores da Unaic, eles haviam sido consultados sobre a possibilidade de venda de sementes de milho crioulo no qual o valor pago poderia chegar a R\$ 16,00/Kg.

<sup>28</sup> A diferença básica entre sementes “fiscalizadas” e “certificadas” encontra-se gerações que cada semente pode gerar. Enquanto a semente certificada pode dar origem a apenas duas gerações (S1 e S2), a semente fiscalizada pode ser reproduzidas por mais uma geração a partir da matriz S2. A categoria “fiscalizada” era a usada na época sob a vigência da lei Lei nº 6.507, de 19/12/1977 e foi extinta com a promulgação da nova lei de sementes e mudas, Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Ambas as categorias devem ser produzidas e comercializadas por produtores e/ou empresas com inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

<sup>29</sup> O programa troca-troca de sementes é uma política pública de subsídio para a compra de sementes. No capítulo cinco aprofundo sobre seu histórico e funcionamento.

novas configurações para a Unaic. O cerceamento e/ou a extinção de alguns destes mercados e a impossibilidade de participar de outros, marcou uma crise na comercialização das sementes. Conforme seu Julio durante dois anos seguidos o dinheiro das safras vendidas ficaram retidas em bancos credores em decorrência de empréstimos passados. Isso acarretou que das quarenta famílias produtoras iniciais se reduzisse ao número de no máximo dez.

Conversando com Mário, funcionário técnico-administrativo da associação e Clebes Ferreira, antigo produtor e irmão do senhor Cléu Ferreira, me expuseram alguns elementos que nos auxiliam a compreender melhor este cenário da crise nas vendas das sementes crioulas. Segundo eles os produtores de sementes de milho estão reduzidos a esse número por alguns motivos. Mais ou menos a cinco ou seis anos atrás a produção de sementes crioulas para a venda entrou em crise na Unaic, pois esta não tinha mercados para comercializá-la. Houve, conforme relataram, uma safra em que foram produzidas quase 40 toneladas de sementes e apenas vendido um 1/4 desta quantidade.

Este fato refletiu que muitos dos agricultores que produziam as sementes e entregavam na Unaic acabaram não recebendo ou demorando para receber os pagamentos. Isso acarretou em que muitos desses optassem por deixar de produzir as sementes preferindo por seguir com outras atividades, relegando o plantio das sementes crioulas para o uso doméstico. Esta situação foi vivida pela família do senhor Sérgio Airton Moreira, agricultor que junto a seus pais, plantava e produzia sementes desde o principio da iniciativa da Unaic. Quando conversando com Seu Julio lhe comentei que me interessava conhecer famílias que produziram as sementes e que agora já não mais, ele me conduziu à propriedade do senhor Airton, vizinho seu.

Era um princípio de tarde, final de verão, mas o sol ainda ardia naqueles dias. Queimava a quem se expunha a ele, e ajudava a secar a colheita, como indicava a lona com o feijão secando na palha, ainda por trilhar. Ao chegarmos à propriedade estavam os pais de Airton à sombra de um cipreste, eram os únicos no local. O senhor Airton e sua esposa haviam ido à sede do município. Ficamos cerca de uns vinte minutos esperando-os e quando já nos preparávamos para irmos, sua esposa chegou. Após uns minutos de seu retorno nos convidou para passarmos a casa. Comecei apresentando a mim e a pesquisa que estava realizando, além disso, expus o interesse de poder conversar com famílias que não produziam mais as sementes para poder entender questões relacionadas ao contexto que investigava. Sandra comentou que ela e o esposo, durante muito tempo, plantaram e produziram as sementes crioulas, porém de alguns anos passados em diante deixaram de plantá-las para dedicar-se exclusivamente ao cultivo do fumo (tabaco). Ao relatar o passado produtor de

sementes da família, disse que o principal motivo para ter abandonado a produção das sementes era o econômico. Que dedicar-se a essa atividade já não trazia retornos financeiros, que ainda havia dinheiro pendente a receber de outras safras e que a família não poderia ter nesse cultivo a principal renda.

A conversa com Sandra foi breve, pois logo chegou Airton. Ao tomar conhecimento da pesquisa e do que havíamos conversado até então, ele corroborou com o dito por sua esposa. Afirmando que tinha de haver ainda duas safras de milho na associação e que não poderia ficar esperando o cenário melhorar, motivo pelo qual optou por dedicar-se ao cultivo do fumo, pois, segundo ele, traz um retorno mais seguro e imediato. Porém, naquele momento em que conversávamos sobre seu afastamento da produção de sementes crioulas, ele externou que levava menos em conta o fator econômico, mas sim sua insatisfação com algumas relações dentro da associação. Foi enfático ao dizer que sua decisão de não produzir as sementes crioulas também se referia à relação com uma pessoa da associação. Reiterou seu apreço pelas sementes crioulas, mas preferia aguardar a resolução deste desentendimento para voltar a produzir as sementes.

Antes de refletir sobre a exposição do senhor Airton e sua esposa Sandra, trago outra parte do diálogo com Mauro e Clebes. Como eles haviam falado, uma crise nas vendas de sementes crioulas afetou a dinâmica econômica da Unaic. Contudo, no ano de 2014 o município de Canguçu passou a oferecer no troca-troca municipal somente sementes crioulas e varietais, na qual a Unaic passou a ser a sua fornecedora<sup>30</sup>. Com esta política a venda de sementes teve um novo impulso, pois grandes quantidades de sementes passaram a ser comercializadas ao município e com a garantia de pagamento. Essa reviravolta acarretou que os agricultores que antes haviam deixado de plantar as sementes quiseram retornar com a atividade, bem como que outros novos procuraram iniciar com o plantio. Contudo, os agricultores que na época da crise continuaram plantando fizeram uma pequena resistência para que esses outros agricultores não tivessem espaço garantido para o comércio de suas sementes. Seus argumentos eram de que na época da crise foram esses agricultores quem “*aguentaram o tranco*”<sup>31</sup> e supriram a Unaic, e agora que as coisas estavam estabilizando-se os outros deveriam aguardar novas demandas para voltar a produzir. Segundo Clebes, no início os agricultores “primeiros” que relutavam, com o passar do tempo acabaram entendendo que a produção de sementes não poderia ser reduzida e restringida a alguns

<sup>30</sup> Este evento será melhor aprofundado no seguinte capítulo.

<sup>31</sup> Expressão que significa que determinada pessoa(as) suportaram situações adversas até a volta de sua normalidade.

poucos agricultores. E tampouco as sementes crioulas terem “donos”, pois sempre foi uma bandeira da Unaic e dos próprios agricultores, difundir e ampliar os usos e os produtores de sementes crioulas e não reduzi-la.

A ponderação econômica para ter as sementes crioulas como parceiras sempre está na pauta das tomadas de decisão desses agricultores, mas há outros elementos que os mobilizam. Caminhando por entre uma lavoura de milho crioulo que sofria com a estiagem de verão, Seu Julio comentou que aquela lavoura já havia começado mal, ainda no preparo da terra e no plantio. Que havia investido uma quantia considerável e que não alimentava esperanças de ter o retorno esperado. Algo que vinha se repetindo há algumas safras. Dessa forma, já ficaria satisfeito se houvesse um pequeno lucro ou até mesmo “empatasse” nos gastos. A isso lhe indaguei, se plantar essa lavoura lhe trazia pouco retorno por que ele insistia em plantá-la? Paramos por um instante em silêncio. Então ele me respondeu muito convicto, que produzir o milho crioulo e varietal envolvia muito mais que motivações econômicas, esta envolvida a motivação de um trabalho social, *“a gente planta porque acredita, para tentar mostrar a importância de conservar essas sementes, para tentar mobilizar mais gente a plantar”*.

Com o Seu Adão as motivações extrapolam o econômico, bem como o social. Um dos fatos mais significativos ao conhecer a atividade do Seu Adão foi saber que ele não possui terras próprias para plantar. Sua propriedade tem apenas um hectare e meio, para abrigar a casa, galpões e uma pequena invernada para algumas reses. Deste modo, ele todos os anos arrenda terras de parceiros para poder plantar as variedades de crioulo e varietal, destinando 1/3 da colheita para o dono das terras. Isto muito me intrigou e quando questionado de quais razões o levavam a essa prática percebi que plantar uma lavoura de milho é manter a memória viva, as origens.

Vinícius – O senhor falou da outra vez que arrenda a terra.

Adão – É, eu planto de parceria. Isso, aliás, eu só tenho o sítio para morar aqui, um hectare e meio.

V – É um terço?

A – Isso, eu dou a terça parte para o proprietário.

V – Qual a motivação do senhor de...

A – Fazer isso, plantar o milho?

V – Isso de plantar o milho crioulo?

A – Bom, acho que em primeiro lugar porque eu me criei na agricultura, hoje eu estou com 58 anos, parei só dois três anos, quando eu vim para cá. E aí surgiu terra para plantar, aí comecei, fui indo e não parei mais. Um pouco é porque eu gosto mesmo. Gosto muito de ver as coisas bem naturais, as coisas que a terra nos oferece, que a natureza nos oferece. O solo, gosto muito de cuidar do solo. Lavoura que eu

planto, se eu plantar de forma mais prolongada, tipo assim ‘vai ficar três, quatro anos’, eu não admito lavoura sem terraço para evitar a erosão. Tem lavouras que eu paguei com bastante erosão e entreguei sem erosão, bastante recuperada. Gosto do trabalho, de ver a planta crescendo, desenvolvendo, produzindo, colheita... E daí uma coisa integrada.

Com este cenário “ampliado” talvez seja possível compreender as relações que envolvem as sementes crioulas e essas famílias. Como apontou o senhor Cléu duas foram as motivações para a criação do banco de sementes: econômica e social. Com base nas conversas durante o trabalho de campo me parece que em quase todos os casos uma não se desvincula da outra. Há sim, pesos, prioridades e circunstâncias que cada família leva em conta para optar por produzir ou não. Como o senhor Airton aponta, a plantação de sementes crioulas em determinado momento não lhe foi viável para produção, servindo, hoje, apenas para consumo doméstico – como os feijões estendidos no sol a secar sinalizavam. Porém, tampouco, é algo que tenha descartado por completo, pois como frisou sempre plantou sementes crioulas e se não o faz é em decorrência de desencontros de dentro da associação, que dizem respeito somente aos associados apontá-los e resolvê-los.

Nessa primeira seção busquei, antes de tudo, traçar um panorama sobre como o trabalho de resgate, preservação e produção das sementes crioulas foi se constituindo entre os agricultores associados à Unaic. Além desse pequeno histórico, procurei pontuar as principais motivações para a concretização dessa iniciativa, que vai desde o uso doméstico, a preocupação social e ambiental, até a relevância econômica. Pelwing *et al* (2008) em seu estudo sobre a situação das sementes crioulas no Rio Grande do Sul, elencaram motivações semelhantes aos dos agricultores de Canguçu. Elas apontam que para os agricultores,

As variedades tradicionais têm um papel econômico e afetivo muito importantes na dinâmica de vida e também na lógica de funcionamento das propriedades. A ‘resistência ao clima’ e a ‘adaptação’, são características que auxiliam no manejo agrícola [...] e características como o ‘melhor sabor’ e a ‘melhor qualidade’ [estão] fortemente relacionadas à afetividade e valorização dos costumes. (PELWING *et al*, 2008, p. 417).

Essas motivações que trouxe até o momento expõem justamente contradições referente à história das sementes crioulas e dos agricultores em Canguçu. No entanto, são essas contradições que me parecem relevantes e num certo limite ricas para entender o propósito desse trabalho. Diferentemente de outros trabalhos que contemplam as sementes crioulas, estou interessado em ir mais além de um imaginário romanesco na qual são caracterizadas as famílias e pessoas que plantam e guardam – no sentido de guardiãs – as sementes crioulas.

Essas famílias e pessoas inevitavelmente estão inseridas no contexto econômico do capital e também buscam rendas e entradas para sua reprodução social. As famílias com quem conversei se posicionam enquanto agricultores familiares de pequena escala e de diversidade produtiva, e são conhecedores das inflexões cotidianas entre modelos produtivos e de agricultura, e a imposição de uns ou outros. Com isso, parece-me que a opção ou não pelas sementes crioulas por essas famílias é capaz de desvelar essas contradições e desdobramentos nas quais se constitui seus cotidianos.

#### 4.2 DA (R)EXISTÊNCIA.

Em que pese a importância da avaliação e pertinência econômica para a escolha em plantar e/ou produzir sementes crioulas ela não é a única e sequer a mais importante motivação. O título deste subitem tem uma intenção provocativa para pensarmos que sim as sementes crioulas *resistem*. Resistem ao poderio econômico das corporações capitalistas, à transgenia, e no limite, à sua extinção. Porém essa resistência só se concretiza mediante a sua *existência*. Frente aos panoramas que espécies autóctones, locais, crioulas, vêm enfrentando em associação com as populações que as cultivam e preservam, é possível propor que há uma “(con)usão” entre o resistir e o existir. Ou seja, sementes crioulas, agricultores, populações tradicionais, indígenas e quilombolas, *(r)existem*. Essa (r)existência ocorre de distinta maneiras, com pessoas e famílias que autonomamente semeiam e guardam ano pós ano suas próprias sementes, em banco de sementes comunitários, e como no caso da Unaic, por meio organização em associações. Resgatando o objetivo social de quando da criação do banco de sementes da associação, vemos que resguardar as sementes – além da própria biodiversidade – é antes de tudo a possibilidade de preservar a história, a memória, a cultura de pessoas, famílias ou no limite de comunidades.

Se, por um lado, o objetivo fundante nasce da organização interna da associação, por outro concretiza-se como um recurso discursivo e prático em que são privilegiadas ações no sentido de dentro para fora, ou seja, é algo que nos remete às esferas públicas, das sociabilidades institucionais. Contudo a (r)existência principia a se concretizar em ambientes anteriores ao da esfera pública. É no ambiente doméstico que inúmeras populações do campo vêm realizando o minucioso e exaustivo trabalho de resguardar aquelas que são uma das principais bases materiais de sua existência. Assim, minha intenção neste momento é refletir acerca desta divisão entre as práticas e discursos de espaços não-domésticos (da esfera pública) e as ações nos espaços domésticos (da esfera pessoal).

Para isso é necessário retornar a alguns elementos das reflexões que discutem a dicotomia existente entre público e privado que podem modelar algumas relações de gênero. A divisão existente que relaciona atividades, discursos e práticas públicas aos homens e os mesmos elementos de caráter privado/doméstico às mulheres, a muito vem sendo problematizado nos estudos de gênero. É patente que esta divisão constitui-se enquanto uma construção social de natureza patriarcal. Nesta concepção dicotômica entende-se que a política e a economia, compreendida no conjunto de relações sociais, só pode ser manifesta em espaços públicos e que somente o homem possui legitimidade de exercê-la. Relega-se assim à mulher apenas o espaço do privado, seu local por “natureza”. Dessa forma se estabelece assimetrias de poder nas relações entre mulheres e homens refletindo em posições secundárias a que as mulheres estão submetidas nas relações sociais.

Desde os anos setenta alguns trabalhos da antropologia têm buscado refletir sobre a ocorrência de um padrão social nas hierarquias de gênero. Em seu artigo *Está a mulher para o homem, assim como a natureza para a cultura?*, de 1974, Sherry Ortner sob a influência do estruturalismo da época, busca questionar se havia uma tendência universal de hierarquização em que as mulheres estariam subordinadas aos homens. Em um artigo que analisa a discussão de gênero na antropologia Segato (1998, p. 6), recupera Michelle Rosado e situa a “hierarquia como oriunda da separação dos trabalhos da mulher e do homem nas esferas doméstica e pública respectivamente, sendo que a esfera pública tem a característica de ter mais prestígio, de ser mais valorizada”.

No contexto rural esta situação tampouco muda. Também é vasta a literatura que apresenta as assimetrias das relações de gênero no que diz respeito a mulheres e homens do campo. Ellen e Klaas Woortmann (1997), em estudo sobre camponeses sergipanos apontam que o processo de constituição de espaços de trabalho naquelas comunidades também acaba estabelecendo espaços sociais e de gênero. Brumer e Paulilo (2004) realizaram um dossiê sobre a organização, participação e visibilidade das agricultoras no sul do Brasil. Em estudo sobre as transformações do fazer agrícola em famílias de assentados em Canguçu, Machado (2014) também aborda relações de gênero e as hierarquias de trabalho decorrentes delas.

Numa análise a respeito da divisão do trabalho por sexo e geração Brumer (2004) destaca dois principais aspectos para que ocorra essa distinção entre mulheres e homens. O primeiro refere-se que na unidade familiar há um esforço coletivo para a produção, o que aproxima e emaranha o trabalho da unidade de produção e da unidade de consumo, a fim do benefício de todos. O segundo refere-se à atribuição ao homem como responsável provedor da família, em decorrência da natureza social patriarcal e machista. O primeiro aspecto carrega

intrinsecamente consigo a ideia que o trabalho da mulher seja uma “ajuda” complementar na economia da propriedade. Essa noção se dá porque às mulheres recaem as atividades da rotina doméstica, além de produtivas “menores” que incluem o trato dos animais menores, e o cuidado de hortas, pomares e quintais. Dessa forma ainda que trabalhem tanto ou mais que os homens, acabam as mulheres subordinadas por assimetrias de poder.

Os elementos apontados pela bibliografia acima apontam que há certo padrão hierárquico de gênero na organização do trabalho. Entretanto, penso que, se compararmos as demandas, acesso a informações e dinamicidade de transformação dos padrões hierárquicos de gênero entre contextos urbanos e rurais haverá uma discrepância latente. A urbanidade é o espaço do movimento acelerado, do instante, aonde as pessoas – e nesse caso as mulheres – conseguem se mobilizar com muito mais agilidade, logrando transformações mais rápidas. Enquanto que se nos determos ao contexto rural – espaço que obedece a outra temporalidade – o padrão é mais “enraizado” e, talvez, mais custoso de ser transformado, mas passível de ocorrer. Realmente não poderia afirmar se essas transformações estão ocorrendo no contexto desse estudo, pois não foi o foco de análise do mesmo. Contudo, apoiado em algumas situações de campo descritas abaixo, e na literatura, ousou pensar que, tampouco, há uma universalidade estática desse padrão hierárquico de gênero nas relações que envolvem o trabalho com as sementes crioulas, e que pequenas transformações (mas relevantes) estão em processo.

Foram duas as situações vividas que me “despertaram” para pôr atenção às sutilezas cotidianas relacionadas ao tema. Logo em minha primeira saída a campo fui convidado por Seu Julio a pernoitar em sua casa, para como disse ele, “*não gastasse com hotel e tivéssemos mais tempo para nos conhecermos*”. No primeiro dia chegamos para o almoço, nos esperava dona Noélia sua esposa. Durante a ida ele me dizia que não haveria nenhum problema em irmos para sua casa, mas ao chegarmos, confesso, me senti um pouco desconfortável com a situação. As reações de dona Noélia me passaram a impressão de que não havia sido avisada de minha chegada, e conseqüentemente ela não estava realmente nos esperando. Ingênuo eu de imaginar que uma festa estivesse preparada para minha chegada! Nos dois dias seguintes compreendi o porquê da relação inicial, mas também a diferença de personalidade de meus dois anfitriões. Enquanto Seu Julio é de um carisma e acolhida efusiva e sempre agitado, dona Noélia mostra-se mais calada e reservada, o que entretanto, esconde uma hospitalidade fraterna, algo que pude ir sentido a cada nova ida a sua casa. Assim, aquele desconforto inicial se dissipou com o passar do tempo. Tamanha foi a guarida, que a cada vez que retornava a sua casa ao menos numa das noite tínhamos que jogar um carteadado de “canastra”.



Numa dessas ocasiões de pernoite, logo cedo da manhã, durante a tradicional mateada, conversávamos dona Noélia, Seu Julio e eu, sobre as atividades do dia que iniciava e também sobre uma viagem da qual eu recém voltara. Desta viagem consegui amostras de algumas variedades de milho e as trouxe para presentear Seu Julio e outros agricultores. Enquanto tomávamos o chimarrão busquei as sementes, fui mostrando-as e repartindo uma parte para que ficassem com elas. Seu Julio agradeceu e todo cheio de si disse que iria guardá-las e plantá-las logo que chegasse a época. Diante da fala de seu Julio, dona Noélia, que estava a olhar as sementes, mas sem muitos comentários, interrompeu-o, num tom sarcástico, que ele ia acabar não plantando nada. Que gostava de se gabar que trabalhava com as sementes, que trazia muitas variedades, mas que acabava deixando-as esquecidas em alguma gaveta ou envelope por aí. E que no final das contas era ela que acabava plantando na sua horta.

Um pouco constrangido Seu Julio tentou replicar que plantava sim, pegando como exemplo de que logo iria plantar uma variedade que havia ganhado. Reagindo de forma irônica e ríspida dona Noélia respondeu que ele não ia plantar nada daquelas sementes. E, rindo-se, completou que as sementes as quais ele se referia já não existiam mais, pois já estavam crescidas na horta. Para espanto de Seu Julio, ele não havia se dado conta e tampouco notado as plantas na horta. Para finalizar, dona Noélia completou, *“tu não planta nada Julio. Se não sou eu plantar, acaba tudo apodrecendo nas gavetas”*.

Em outro momento, também com Seu Julio, fomos olhar as três lavouras de milho que havia plantado nesta safra, cada uma com uma variedade distinta de milho. As lavouras ficavam afastadas umas das outras, dessa forma fomos em carro, primeiro nas mais distantes da casa. Quando voltávamos, ele falou da área na qual estava iniciando uma agrofloresta, em parceria com um projeto promovido pela Embrapa de Pelotas. Quando ele mencionou agrofloresta, logo me veio à mente uma área com árvores crescidas, sombreadas, com mato grande, enfim uma agrofloresta consolidada. Porém, quando chegamos lá havia algumas pequenas plantas pouco desenvolvidas, ainda mudas. Uma vegetação parca, rasteira e primária, cercavam estas mudas e quase nada se podia distinguir. Aí seu Julio começou a explicar que aquela era uma área nova, fazia um ano apenas que ele plantara aquelas árvores. Enquanto caminhávamos pelo terreno seu Julio me explicava como estava procedendo as etapas de plantio, quando saiu com uma máxima que revela um pouco de sua personalidade, *“tu estás vendo isso aqui tudo, está parecendo uma anarquia. Mas é essa anarquia que a gente quer!”* Não pude deixar de rir da interpretação “anarcoecológica” que ele fizera de seu empreendimento. Seguimos caminhando e passamos a uma área lindeira à agrofloresta. Nela havia o roçado de cultivos para consumo doméstico, mandioca, melancia, melão, batata-doce.

Que segundo ele tudo que havia aí era trabalho de dona Noélia. Cabia a ele apenas preparar a terra, “*para que a mulher plantasse e cuidasse daquela área*”.

Situações como essas, que se deram no início do trabalho de campo, despertaram para que ficasse atento a outros momentos que pudessem expor relações de gênero. Enquanto buscava conhecer as famílias que plantavam e produziam as sementes, os contatos que me eram passados apenas foram de agricultores para que pudesse visitá-los. Quando de minha visita, ainda que as mulheres estivessem presentes, a conversa era conduzida pelo homem responsável pela propriedade. Em apenas uma ocasião tive a oportunidade de tratar com uma agricultora, senhora Eliane, que vem iniciando seu trabalho com as sementes crioulas. Sua atividade ainda se restringe ao plantio para uso doméstico e a venda na feira promovida pela Unaic todas as segundas-feiras.

Ao questioná-la do por que de seu envolvimento com as sementes elencou alguns motivos. A transição para um modelo de agricultura menos nocivo à saúde da família, do meio-ambiente e do consumidor, demandava a busca por variedades que não requeressem insumos químicos em demasia, mas principalmente de agroquímicos. O envolvimento e interesse da filha mais velha, Yasmin, com a produção agrícola e com atividades relacionadas à juventude rural e seu ingresso na graduação em agronomia, também animavam-na a trabalhar com as sementes e assim manter a motivação da filha, bem como o apreço próprio pelas sementes crioulas. E por fim, o motivo que nos interessa particularmente para a discussão no momento, é que esta atividade não poderia ser de responsabilidade de seu marido, pois a ele lhe cabe o encargo da principal atividade produtiva e de renda da família que ainda é o cultivo do tabaco. Se por um lado o marido é responsável pelo tabaco, ela acaba se dividindo entre os afazeres domésticos, as sementes e hortaliças e também no tabaco em momentos de colheita e processamento. Vemos, uma vez mais, o desdobramento assimétrico da divisão do trabalho rural.

Em todos esses relatos fica evidenciado que existe uma diferença de atribuições entre homens e mulheres, e principalmente que estas atribuições estão pautadas por uma assimetria de projeção na esfera pública. O primeiro ponto a destacar, como aponta Brumer (2004), é a existência de espaços e prioridades para unidades de produção e para unidades de consumo. Ainda que sejam espaços em que homens e mulheres compartilhem é notório quem é responsável por cada um deles. Woortmann (WOORTMANN, 1998) aponta que em comunidades de seringueiros na Amazônia independente de que o trabalho de coleta da goma de borracha seja feito por homens e mulheres, a representação pública da atividade é desempenha pelo homem.

Machado (2014, p. 53) nas transformações do fazer agrícola, novamente aponta para essa hierarquização “pode-se notar a circulação tanto de homens como de mulheres nos espaços de trabalho, enquanto que no plano do discurso público se mantém a classificação tradicionalmente hierarquizada desses espaços.” Ou seja, muito embora haja uma complementaridade das tarefas nos espaços respectivos de mulheres e homens – e a direção das mulheres frequentando e auxiliando nos espaços dos homens é mais frequente – é muito pouco provável que ela seja manifestada publicamente. A caminhada com Seu Julio evidencia a proposição da autora. Primeiramente ele me levou conhecer a *suas* lavouras, com os milhos plantados para semente. No final da caminhada, sem que houvesse uma intenção propositiva desde o início, ao passarmos pela roça de culturas menores, ele afirmou que aquele era o trabalho de dona Noélia, e o máximo de sua interferência era a responsabilidade pelo preparo da terra<sup>32</sup>.

Quando nos voltamos para a questão particular do plantio e produção de sementes essa estrutura prático-discursiva também se mantém, afinal está inserida no contexto maior das socialidades rurais. Parece-me evidente quando dona Noélia graceja que seu Julio é muito bom para trazer sementes, de vários tipos de plantas e espécies, mas acaba relegando-as ao esquecimento, e que se não fora ela plantá-las acabariam se perdendo. Ainda que seu Julio tenha a preocupação de coletar, levar para casa, e preservar o maior número de espécies de culturas menores, sua atenção está voltada para as culturas maiores, como o milho e feijão. Olanda (2015, p. 59), em sua tese sobre famílias guardiãs de sementes crioulas nos municípios de Tenente Portela e Ibarama, sugere que na organização social dessas famílias existam *sementes de consumo* presentes nos espaços de mulheres e *sementes de produção* nos espaços de homens.

Esta asserção me parece muito pertinente para a reflexão proposta aqui. Culturas “maiores” como milho, feijão entre outros cereais e leguminosas são culturas com forte apelo econômico e comercial e proporcionam a emergência de relações não-domésticas, acabam por tornarem-se culturas de responsabilidade dos homens. Ao passo que culturas “menores”, como toda espécie de cucurbitáceas, mandioca, batatas, tomates, verduras, são culturas de responsabilidade de mulheres. Isto é, às mulheres a alimentação, aos homens a renda. Pelwing *et al* (2008, p. 402) aportam dados semelhantes para outras famílias que cultivam sementes crioulas no Rio Grande do Sul,

---

<sup>32</sup> É interessante notarmos que essas roças de culturas menores – mandioca, batata-doce, até mesmo feijão – que são de responsabilidade das mulheres, são os cultivos que responsáveis pela alimentação cotidiana das famílias, e consequentemente de sua segurança alimentar.

O levantamento realizado nas propriedades de agricultores evidenciou algumas particularidades quanto à divisão do trabalho em relação ao manejo, beneficiamento e acondicionamento das sementes. Em quatro das 13 propriedades amostradas, o trabalho com as sementes foi considerado atividade masculina. Apenas em duas propriedades foi possível diagnosticar unicamente o trabalho feminino ligado ao manejo com as sementes. Na maior parte dos casos evidenciou-se a divisão de trabalho homem/ mulher, onde cada um desempenha um papel diferenciado em relação ao manejo das sementes. Em sete propriedades, enquanto os homens colhem, secam e se preocupam com as sementes de espécies que requerem um maior volume para a armazenagem, como acontece principalmente no caso do milho e feijões, as mulheres se detêm no trabalho mais delicado, como a secagem de sementes de olerícolas como alface, abóbora e melão.

Mas quando estas culturas “maiores” não fazem parte das atividades do espaço público da propriedade, como no caso de Eliane, em que seu marido não se envolve com as sementes crioulas, pois seu trabalho é dedicado à atividade de fumicultura? O se que passa quando estas culturas que normalmente são da atividade produtiva e não de consumo, estão sob a responsabilidade das mulheres? Dentre algumas possibilidades de reflexão, duas são pertinentes aqui. Penso que esta situação segue uma razão mercadológica, que seja, do momento em que um cultivo passa a ter valor econômico para uma família e conseqüentemente gerar mais relações com as esferas públicas, passa então a ser de responsabilidade dos homens.

Um estudo sobre a produção de leite no estado do Paraná fornece subsídios para irmos nessa direção. Em populações de descendência de imigrantes europeus (italianos, alemães, poloneses, etc.) as atividades relacionadas com o leite historicamente estão sob a responsabilidade das mulheres. O estudo, contudo, aponta que com a constante tecnificação do manejo dos rebanhos e ordenha e, dessa forma, o incremento no valor do produto final, esta atividade passou a ser gerida e controlada pelos homens (DESER/CEMTR-PR, 1996). Esse raciocínio se complementa pelo exposto por Brumer (2004, p. 213), que afirma

Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, é ele que investe no aprendizado das novas tecnologias, mantém os contatos com técnicos rurais ou agrônomos, faz a maioria das vendas e contatos com os bancos (empréstimos e pagamentos) e participa de associações tais como cooperativa e sindicato.

Junto à valorização econômica de um cultivo e a modernização da agricultura atuando na manutenção da divisão dicotômica do trabalho entre mulheres e homens, há também a questão da invisibilidade. Ouso dizer – responsabilizando-me por todas possíveis críticas – que há uma relação dialógica entre mulheres e sementes. Considerando-se mulheres que, como no caso de dona Noélia, conservam uma diversidade de espécies e sementes no âmbito

da esfera doméstica, possam estar invisibilizadas no espaço público. Então, enquanto essas mulheres estiverem na condição de invisibilidade “suas” sementes também estarão. Olanda (2015, p. 60) marca bem esta relação de invisibilidade mútua que,

Por vezes, por seu volume pequeno, em pacotinhos, latinhas, às vezes guardadas em gavetas, saquinhos dependurados, as sementes característica da casa, passam despercebidas, demonstrando certa invisibilidade, dessas sementes mantidas pelas mulheres.

Em processos de visibilização apenas uma via tem tido êxito, que é quando as sementes passam ser econômica e comercialmente valorizadas. A lacuna passa pelo esvaziamento em reconhecer às mulheres seu trabalho e deixar os dividendos dessa valorização sob seu domínio, o momento de empoderamento de suas práticas e conhecimentos. Passa-se aos homens o controle da atividade, mantendo assim a mulher numa posição assimétrica. No entanto, situações como as da senhora Eliane, que se dedica ao cultivo das crioulas, podem ser paradigmáticas de um processo de transformação, seja de um protagonismo compartilhado com os agricultores, seja de um protagonismo exclusivo das agricultoras.

Parece-me que esses casos nos possibilitam a refletir no sentido de em que pese que o público esteja relacionado ao político, as ações das agricultoras na esfera doméstica também acabam tendo consequências políticas. Isso ocorre porque estas ações têm o objetivo não só de manter uma dinâmica interna, mas também de proporcionar melhorias em todas as esferas da família. Se em um primeiro momento as ações com sementes não relevantes economicamente não alteram a organização da geração de renda, acabam mobilizando outros canais de sociabilidade. Ações como estas se aproximam ao que vem sendo proposto como “políticas do lugar<sup>33</sup>”.

Nesse processo “quebrado” da visibilização, variedades alçadas à condição de economicamente importantes passam a ser mais visadas à manipulação e apropriação por corporações do capitalismo global, que com o intuito de “melhorá-las” buscam padronizá-las até chegar a uma variedade única e totalmente controlada. Dessa forma, a dialogia da invisibilidade entre mulheres e sementes, acaba indiretamente, acarretando na possibilidade de manutenção de uma agrobiodiversidade. A prática das mulheres de manter hortas e pequenas roças caracteriza essa conservação não somente de variedades, mas da diversidade

---

<sup>33</sup> Conceito proposto pelas autoras J-K Gibson-Graham, que é aprofundado e melhor discutido no seguinte capítulo.

alimentar. Essa tem sido uma via para o reconhecimento, visibilização<sup>34</sup> e empoderamento de muitas mulheres agricultoras. Muito tem se relacionado a agroecologia, embates ambientais, preservação da biodiversidade às mulheres.

No caso particular das sementes, cada vez mais aparece a figura do *guardião de sementes crioulas*. O guardião é uma construção social que instituições estatais ou não, criaram para tornar público e reconhecer que, num mundo agrícola cada vez mais tecnificado e de transgenia, ainda existem agricultores familiares, tradicionais, camponeses que possuem e preservam variedades crioulas. É um reconhecimento a essas pessoas as quais se atribui um conhecimento da ecologia local e o apreço não somente de guardar essas sementes, mas de “garimpar” espécies novas, esquecidas ou desprezadas e fazer com que elas possam chegar a outros agricultores.

Ao se criar uma categoria social para tornar pública uma prática que foi e continua sendo do espaço doméstico, segue-se uma razão dicotômica, aonde novamente é ao homem outorgado o título de guardião. É possível retomar aqui a proposta de Haraway (1995) sobre a ideia de que a ciência é constituída enquanto um saber-fazer do “cientista” homem e universal. Para o caso das sementes segue-se a mesma razão, é o guardião, homem, responsável por uma tarefa de guardar as sementes, um “bem” humano, universal. Porém o que vemos localmente é que são as mulheres que viabilizam este trabalho e, que sim, também é auxiliado por seus pais, maridos e filhos. Não foram raras as vezes que me deparei com leituras em que são relatadas histórias de vida de agricultores e “seus” trabalhos para preservar as sementes crioulas<sup>35</sup>. Cabe destacar, dessa forma, que também nós pesquisadores somos responsáveis por manter ou transformar os discursos que constituem e reificam estas categorias.

Mesmo em Canguçu aqueles dez, onze agricultores que iniciaram o grupo do banco de sementes e permaneceram até hoje como produtores foram reconhecidos como guardiões de sementes crioulas. Não está em xeque aqui a legitimidade desses agricultores enquanto serem ou não guardiões, muito pelo contrário, seguramente o são. A questão é por que novamente se omitem as mulheres? Por que dona Noélia – e as inúmeras agricultoras que como ela – que, em sua horta e roçado conserva um sem número a mais de variedades em comparação às três

---

<sup>34</sup> Outro caminho teórico analítico possível de ser pensado é se realmente deve haver um processo de visibilização. Por que a visibilidade é a finalidade última? A invisibilidade e o silêncio são, muitas vezes, estratégias que muitos grupos adotam para preservar sua integridade e autonomia.

<sup>35</sup> Algumas referências que destaco a manutenção dessa discursividade, (AQUINI, 2015); (CUNHA, 2013); (CASSOL; WIZNIEWSKY, 2015); (BEVILAQUA *et al.*, 2014).

ou quatro variedades de milho da lavoura do Seu Julio, também não é reconhecida publicamente como *guardiã* de sementes crioulas?

O questionamento que trago tampouco exclui que não exista reconhecimento às *guardiãs*, mas sua proporção segue sendo de desequilíbrio. Resgatando a idéia de que na unidade familiar, ainda que haja disparidade nas atribuições de gênero, exista uma complementaridade de trabalhos entre homens e mulheres, parece-me que as figuras da *guardiã* e do *guardião* podem concatenar numa só categoria, a *família guardiã* de sementes crioulas. Olanda (2015) é quem propõe a substituição da categoria *guardião* pelo de *família guardiã*. Segundo a autora, nas famílias *guardiãs* as sementes não são exclusividade de homens ou mulheres, mas perpassam por todas as “mãos” e,

Em seu processo de produção/reprodução são submetidas a uma sequência de etapas, que se diferenciam dependendo da espécie, por quem o trabalho é realizado e, dependente de sua utilização, na esfera social da família, tanto na produção-consumo, como nas relações de reciprocidade e de venda (OLANDA, 2015, p. 60).

Outrossim, em muitas famílias o cultivo e cuidado com uma variedade crioula denota de anos na propriedade – relembrando o relato de seu Adão sobre o milho *oito carreiros* presente a cento e vinte anos numa família – fazendo que memórias sejam resgatadas a cada uso seu. Como novamente aponta Olanda (2015, p. 60), “as relações estabelecidas com as sementes crioulas trazem vivas histórias de pessoas [...] A semente passa ter um valor significativo fazendo parte daquela história familiar, dando referência as suas vidas”. Ou seja, no âmbito de uma família que trabalha as sementes crioulas mulheres e homens, *guardiãs* e *guardiões* se complementam em seus trabalhos e interesses, mas, sobretudo caminham em consonância para um bem maior, que no limite é (r)existir em seus modos de vida.

Cabe ainda destacar a participação das jovens nesse processo de (r)existência das sementes e de ruptura com as assimetrias de gênero. Durante o trabalho de campo pude observar a participação de algumas jovens. A filha de Eliane, Yasmin, é uma delas, envolvendo-se com atividades relacionadas à sucessão e permanência dos jovens no campo, agricultura familiar, agroecologia entre outras tantas. Somada à parceria com sua mãe em cultivar as sementes crioulas. A família do senhor Danúbio e da senhora Balbina, que são assentados, produz sementes crioulas e orgânicas para a cooperativa de sementes Bionatur<sup>36</sup>. Sua filha adolescente Sabrina, além auxiliar nas atividades de cultivo das sementes em casa,

<sup>36</sup> “A Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur é uma organização de agricultores assentados de reforma agrária e produtores de sementes de diversas espécies, incluindo hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica”. (SILVA, P. *et al.*, 2014)

vem participando de feiras e encontros<sup>37</sup> relacionados às sementes e biodiversidade, como voz pública do trabalho realizado pela família e também da importância da conservação dessas sementes. A outra iniciativa é o projeto de guardiões e guardiãs mirins existente em uma escola primária dentro de um assentamento. O grupo contempla meninos e meninas, porém é explícito o protagonismo das meninas. Em dois eventos em que tive a oportunidade de ver os pequenos apresentarem seu trabalho, foram sempre as meninas que tomaram a palavra com mais entusiasmo.

Aproveito que trouxe para a discussão as guardiãs e guardiões mirins, para finalizar esta seção trazendo um último aspecto disso que chamo (r)existir, que é renovação desse trabalho com as sementes crioulas. Quando falamos de guardiãs e guardiões comumente nos remetemos à imagem de uma pessoa experimentada da vida, que ao longo de sua caminhada vem acumulando conhecimentos, aprendendo e ensinando. No entanto, estes conhecimentos se perderão se não houver quem os pratique, aprimore, transforme, assim, a juventude é componente imprescindível deste amplo processo. Como aponta Olanda (2015), dentro das famílias guardiãs se concede às sementes crioulas um status de pertença familiar, e consequentemente se “cultiva” o apreço por elas desde muito cedo com as crianças, legando-lhes uma hereditariedade transgeracional das sementes. Mas as sementes circulam em espaços para além das famílias guardiãs, e aquela [família] que pouco contato tem com as sementes crioulas pode vir a ter, por meio de inúmeros caminhos. Um deles é a emergência da figura das crianças *guardiãs mirins* de sementes crioulas. Esse trabalho concatena muitos interesses e ambições das comunidades rurais. São abundantes os grupos de guardiões mirins que vêm surgindo em inúmeras comunidades. Em locais em que o trabalho comunitário com as sementes crioulas é distinto esses grupos se destacam.

Canguçu também conta com um grupo de crianças guardiãs mirim. O grupo se formou dentro da Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho (FINOKIET, 2016), localizada no interior do município, atualmente atende crianças de assentamentos do entorno. A escola promove,

Uma série de atividades que buscam articular o ensino com a realidade na qual está inserida, qual seja, de assentamentos rurais e do trabalho na agricultura. Assim, desenvolve projetos como: A importância da agricultura familiar; Antigos saberes em novos sabores na nossa cultura alimentar; Horta escolar; Pesquisando o Rio

---

<sup>37</sup> No vídeo “V Seminário de Agrobiodiversidade em Pelotas/RS” (SCAGLIONI, 2015) está documentada a participação não somente de Sabrina, mas também das crianças da escola Orestes no V Seminário da Agrobiodiversidade realizado em Pelotas/RS em 2015.



Camaquã; *Resgatando as sementes crioulas e Bagagem literária* (FINOKIET *et al.*, 2015, p. 253)

No que concerne as sementes crioulas os alunos possuem um banco de sementes. O projeto é fruto de parceria entre a direção da escola, alguns extencionistas da Emater e parceiros entusiastas locais. A iniciativa surgiu da vontade de trabalhar com os jovens, temas como agroecologia, biodiversidade, soberania e segurança alimentar desde uma perspectiva prática, aonde os alunos pudessem agregar os conhecimentos trazidos pelos professores externos aos seus próprios conhecimentos cotidianos de suas famílias. Inicialmente essas sementes foram fornecidas por instituições – Emater, Unaic etc. – todavia hoje as próprias crianças são quem mantêm e renovam o banco. Isso ocorre por meio dos cultivos que elas fazem em suas casas com suas famílias.

O projeto, contudo, não foi pensado somente para produzir e guardar sementes. Há uma proposição de que esses jovens ampliem suas relações, divulguem seu trabalho e com isso se reconheçam e se empoderem de sua condição enquanto jovens do campo. Isto vai ao encontro de umas das principais problemáticas dos estudos rurais que é a sucessão familiar. A modernização da agricultura, as revoluções Verde e tecnológicas, aliadas ao apelo do cotidiano da vida urbana, forçam e reforçam a evasão da população rural e principalmente dos jovens. Com isso a proposta dos guardiões mirins da escola Orestes é reforçar e ampliar os horizontes das crianças e suas famílias sobre as possibilidades positivas que existem na permanência delas no meio rural aliadas à educação.

#### 4.3 DA INSURGÊNCIA

Talvez, com a devida proporção e precaução relacionada a generalizações, uma das principais diferenças entre o modelo produtivo em que está alocado o agronegócio e a agricultura extensiva, e modelos diversificados que se encontram em parte da agricultura familiar, entre camponeses, quilombola etc., são as relações com o ambiente e os conhecimentos que delas emergem. No primeiro observa-se uma crescente especialização e crença nos conhecimentos e tecnologias científicas, valorizando aspectos econômicos, como produtividade, rentabilidade, propriedade intelectual e tecnologias proveniente de laboratórios e universidades que possam ser implementadas no campo. Já no segundo há uma forte simbiose entre agricultores, outros seres e ambiente, possibilitando a formulação de outros saberes, calcados no empírico, que irão se complementar com conhecimentos técnico-científicos. O exposto até o momento busca traçar o panorama de algumas famílias de

agricultores de Canguçu que trabalham para preservar e manter variedades e espécies crioulas, mobilizando práticas e discursos de resgate e (r)existência das mesmas. Para realizar este percurso fiz uma partição dessas dimensões – recurso corriqueiro do fazer científico – que no mundo do vivido dificilmente são tão demarcadas e partidas como o exposto. O resgatar e o (r)existir não devem ser entendidos como ações lineares e tampouco um “etapismo”, isoladas num dado momento e contexto histórico. Agricultores envolvidos com sementes crioulas lançam mão destes recursos constantemente, variando de acordo com a intensidade da pressão que sofrem para a transformação de seu fazer agrícola, alimentar e, no limite, dos seus modos de vida. Assim, no cenário contemporâneo do capitalismo global e da violenta força modernizante da agricultura, essas dimensões se fortalecem enquanto dispositivos de luta, concatenando em uma terceira dimensão a qual chamo de *insurgência*.

O conceito de *insurgência* o tomo de algumas proposições da proposta decolonial latino-americana. Dentro do projeto da decolonialidade, a *insurgência* pode ser entendida como um ato de insurreição epistêmica das populações oprimidas pelos mecanismos da razão modernidade/colonialidade do sistema euro-ocidental. A *insurgência* é antes de tudo um processo de ruptura com a epistemologia ocidental, que apregoa a universalidade e veracidade de uma única forma de saber – a sua! – buscando introduzir e valorizar saberes e histórias de contextos geopolíticos localizados. Conforme Walsh (WALSH, C., 2008) e Mignolo (2010) a *insurgência* epistêmica configura-se num ato para que se assumam uma *insurgência* político-epistêmica e então uma *insurgência* civil fora dos marcos da modernidade ocidental. Entendo que estes atos insurrectos não necessariamente se resumam a atos violentos, no sentido estrito da palavra. Mas são estratégias e embates cotidianos que estas populações travam para dar liberdade a suas formas de construir e viverem seus mundos<sup>38</sup>.

No caso dos agricultores que produzem as sementes crioulas em Canguçu penso que é permitido pensarmos que algumas de suas ações possam estar dentro de um espectro de ações insurgentes. Antes de tudo é mister pontuar que ao se propor uma ruptura e um desprendimento dos referenciais da euroocidentalidade não significa que elementos seus não serão apropriados e transformados neste desprendimento. Não estou buscando manifestações puristas e tradicionais – justamente no sentido dado pela modernidade, de algo localizado no passado, estático. Os agricultores com quem me relacionei acionam conhecimentos tradicionais, de seus antepassados e de seus cotidianos e os compõem com conhecimentos

---

<sup>38</sup> Ressalto que a ideia de *insurgência* aqui empregada remete ao conjunto de conhecimentos e ações efetivados coletivamente por um grupo de pessoas, comunidade, população. Não se trata de ações individuais decorrentes de motivações reflexivas provenientes de uma filosofia do sujeito, em que esta em jogo o trinômio: ação/reflexão/reação.

técnicos, científicos, para justamente barganhar autonomia e legitimidade em suas proposições.

Ressalto, novamente, que neste trabalho ao abordar as sementes crioulas é impossível não estar relacionando-as em oposição aos eventos híbridos e transgênicos. A eleição por plantar e produzir milho crioulo não leva em conta apenas um critério ou uma motivação pelos agricultores com quem me relacionei. O que tomo por insurgência de práticas desses agricultores em oposição aos modelos produtivistas, se dá na totalidade e complexidade de seus saberes. Para fins expositivos trarei alguns desses saberes da simbiose agricultor/ambiente, e das relações entre agricultores e animais domésticos que no decorrer do trabalho de campo me pareceram os mais latentes de todos.

#### **4.3.1 O relevo dobra, o clima dita, o agricultor escreve. Reflexos de uma relação duradoura**

Como pontuei no terceiro capítulo, a modernização da agricultura tem algumas bases e estruturas fundantes, das quais destaco três. A mecanização das tarefas agrícolas, por meio de implementos de maquinário de aragem, plantio e colheita. A introdução dos insumos químicos, como os adubos manipulados e os ofensivos agrícolas, como pesticidas, herbicidas, fungicidas etc.. E a última etapa por meio da revolução biotecnológica e a introdução de variedades manipuladas geneticamente. Por meio de inúmeras agências para o desenvolvimento agrícola – em nível nacional e internacional – e de instituições de extensão agrícola estes elementos de modernização foram sendo introduzidos nas propriedades agrícolas de forma *top down*, ou seja, de cima para baixo, suplantando uma diversidade de conhecimentos agrícolas de várias populações rurais. Muitos desses conhecimentos se perderam, porém outros se mantiveram “adormecidos” e/ou invisibilizados como as populações que os conservaram – tal qual uma semente que em estado de dormência é capaz de manter seu poder vital por longos períodos para que em condições propícias germine e desabroche. Esses saberes são conjunções holísticas dos e das agricultoras com seus ambientes.

É notório que o agronegócio e agricultura de escala necessitem de um mínimo de condições específicas para se produzir e reproduzir. O tamanho de área das propriedades já não é mais empecilho para este modelo produtivo, vide os extremos entre as pequenas propriedades da agricultura familiar no norte/noroeste gaúcho e as propriedades a perder os horizontes no planalto central brasileiro, produtoras de cultivos de *commodities*. No entanto, características de relevo e clima ainda são determinantes para sua realização, como a planura

de ambos os exemplos acima. Contudo, a agro-mecanização não encontrou tecnologias suficientes para se implementar maciçamente em relevos acidentados, relegando a estes rincões lugar marginal no seu horizonte de atuação. Quanto ao clima este panorama tem se transformado, ao menos na discursividade, com o advento da transgenia. Um dos argumentos fortes para o emprego desta tecnologia é que ela será capaz de desenvolver variedades de culturas que sejam resistentes e adaptadas a condições ambientais adversas. Este me parece o grande afã ocidental para a agricultura, ser capaz de controlar a variável imprevisível do seu fazer, o clima<sup>39</sup>.

Canguçu, nesse sentido, nos oferece um cenário físico-geográfico interessante para pensarmos estes impasses e ao mesmo tempo a insurgência de conhecimentos. Relembrando a parte introdutória, Canguçu está localizada na área de transição entre a Serra dos Tapes, a planície lacustre da Laguna dos Patos e a planície pampiana. A maior parte de seu território encontra-se no relevo serrano, ou seja, terrenos acidentados, com aflorações rochosas e de solo raso. Essas características travam a inserção de uma agricultura altamente mecanizada, levando a uma composição entre máquinas, tração animal e trabalhos braçais. Segundo Fialho (2005, p. 108), em estudo realizado no princípio da década dos anos 2000,

Os agricultores do município de Canguçu enfrentam dificuldades na exploração da terra, dificuldades apresentadas pelas características topográficas da Serra do Sudeste, pela qualidade do solo, pelo nível de mecanização [...] De acordo com o Censo Agropecuário (1995-1996), há uso restrito de tratores no município, [...] essa diferença na relação número de tratores [...] tem correspondência com as condições inapropriadas da topografia para a utilização da Mecanização na atividade agrícola.

Seguindo, ele ainda afirma que

Nas zonas de relevo mais suave (campos), divisa com os municípios de Encruzilhada do Sul e Piratini (norte-oeste), encontra-se propriedades de maior extensão, explorando a pecuária associada a algum cultivo anual (principalmente milho e soja) (Fialho, 2005, p. 103).

No que concerne às características do relevo nada mudou, porém, a atividade agrícola parece ter se transformado. Nas áreas planas, a pecuária vem perdendo espaço para culturas agrícolas principalmente soja, milho e arroz nas áreas alagadas. E nas propriedades de terreno

---

<sup>39</sup> Estas construções discursivas das propriedades e características revolucionárias dos transgênicos foram discutidas no capítulo anterior.

acidentado permanece a agricultura familiar diversificada e a fomicultura – que demanda muita mão-de-obra, tração animal e pouca mecanização.

Vemos então que, com o perdão da redundância, as rochas e seus acidentes ainda são pedras no caminho da agricultura modernizadora, em Canguçu. Detenhamo-nos então nas questões climáticas. O município está dentro de uma faixa de predominância de clima subtropical, com chuvas distribuídas durante todo o ano. Os invernos são rigorosos e úmidos e os verões podem apresentar períodos de estiagem, podendo assim haver oscilações extremas durante o ano. Mas em nosso caso, em especial dos transgênicos, este não seria uma “pedra”, pois as transgenias se encarregariam de adaptar as plantas a estas adversidades climáticas. O que segue, portanto é, por que frente a uma tecnologia que promete resistência e produtividades maiores, os agricultores com que conversei ainda assim optam por seguir plantando variedades crioulas locais?

Em conversa com o Seu Adão Moraes lhe perguntei se ele plantara ou plantava sementes transgênicas. Além da negativa, se opôs veementemente, pois sabia que essas variedades estão envoltas em controvérsias. Mas justificou seu não uso relacionando à pouca resistência das variedades às condições locais,

O grande plantador, quem apóia essa nova tecnologia, elogia muito. Mas, já se tem a experiência, vendo e ouvindo os outros, que ele (milho transgênico) é menos resistente ao nosso clima. O híbrido também é, mas o nosso milho antigo (crioulo) não... ainda mais se ele for produzido bem, ele é graúdo, tem peso, não adocece. Quando seca, dobra e fica pendurado, para proteger da umidade. Porque é um milho bastante empalhado e fica virado para baixo e escorre. E o transgênico fica com espiga retinha para cima. Se tiver um solo bastante fértil e a espiga desenvolve bastante, então acontece o que? Falta palha na ponta da espiga, coisa que dificilmente acontece com os crioulos. Então esse híbrido, transgênico, numa época chuvosa, começa que os próprios bichinhos estragam bastante o milho na ponta, umedece com o próprio sereno, e se chove bastante ele apodrece de cima para baixo.

Nesse sentido, vemos que há uma conjunção entre ações do ambiente/clima, relevo, sementes e agricultores para que sejam formados conhecimentos locais suficientemente legítimos e complexos para por em debate “verdades” científicas acerca dos transgênicos. Mesmo que essas variedades inovadoras proponham resultados arrojados, o que vale é a experiência *in loco*. Diria que é a aposta nas sementes manipuladas na terra, na lavoura e não naquelas de laboratórios. Muitos agricultores são receptivos a inovações e tecnologias, mas também são sábios em observar suas próprias experiências e as de outrem para realmente fazerem apostas que não ponha em risco sua margem de segurança. Menegoni (2011), que também trabalhou junto aos agricultores da Unaic, ressalta que no contexto geomorfológico e

climático da região de Canguçu as sementes transgênicas e híbridas não encontram condições para desenvolver seu potencial e vigor de produtividade. Bonatti (2007), trabalhando com agricultores em Anchieta, oeste de Santa Catarina, apresenta argumentos semelhantes. Após enfrentarem seguidos anos de seca e estiagem, e contabilizarem prejuízos nas lavouras de milho, alguns agricultores decidiram buscar alternativas para contornar as adversidades climáticas. A principal delas, descrito no trabalho da autora, é o resgate de variedades locais e crioulas de milho, que no entendimento daqueles agricultores apresentava maior resistência e adaptabilidade às mudanças climáticas na região em comparação às variedades comerciais.

A primeira frase da fala do Seu Adão, contudo, talvez desvende o que realmente está em jogo com os transgênicos. Ao trazer os grandes plantadores, ele se refere à área plantada, ou seja, a eficiência do milho transgênico pode estar alocada não em suas tecnologias *transgene*, mas sim a escala de área plantada. Recordemos que anteriormente nesse capítulo um dos argumentos dos agricultores para o resgate e conservação de variedades crioulas estava na inviabilidade econômica relacionada aos custos de produção dos transgênicos em pequenas áreas, como das propriedades da agricultura familiar. Dessa forma, é fácil compreender o cálculo desses agricultores, que se ao plantarem variedades transgênicas com custos elevados em pequenas áreas, e em falhando a tecnologia apregoada, de resistência a intempéries climáticas, as perdas e prejuízos seriam preocupantes para a “saúde” da economia familiar.

A escolha por variedades crioulas não leva em conta apenas seu potencial resiliente frente às adversidades climáticas, que no limite se traduziram em um cálculo econômico. Há um fundo de preocupação ecológica e um zelo pelo ambiente em que vivem. Conversando com o Seu Zé Luiz, ele pontuava critérios que inviabilizavam a uso de variedades transgênicas e híbridas no interior da agricultura familiar local. Após falar no econômico, em produtividade, em saúde, ele trouxe uma preocupação ambiental, se assim podemos caracterizá-la,

Aqui tem bastante mato, capão, aí se tu vais ver tem os dois lados, o ruim e o bom. O ruim é que tu acabas perdendo áreas para plantar, as roça são menores, mas o lado bom é que as roças não sendo contínuas ajuda fazendo barreiras para não contaminar um tipo de milho com o outro e também se conserva o mato, a natureza.

Em outra conversa, com o Sr. Cléu o argumento se faz presente, com uma densidade de quem não apenas conhece, mas vive seu ambiente,

Quando tu planta o milho, o feijão, enfim, tu não planta só aquilo, tem uma diversidade de seres aí que ajudam o milho se desenvolver. Os microrganismos do solo, as aves, os insetos as abelhas. E mesmo o milho sendo crioulo com o passar do tempo tu ia plantando e via que ele ia definhando ficando fraco. Então o que a gente fazia? Pegava 10kg e ia lá na outra comunidade e trocava com outras famílias. Ai voltava e plantava aquele milho e aí vinha bonito, vigoroso, se renovava. É a mesma coisa a gente, se vai casando só entre família vai enfraquecendo.

A fala do Sr. Cléu é de uma riqueza de detalhes e conhecimentos, uma verdadeira aula para além das classes escolares. Conhecimentos reunidos durante anos de experiência são conhecimentos capazes de confrontar muitos conhecimentos de biologia, ecologia, genética validados cientificamente, que aparecem em seu comentário. Em que pese minha narrativa compor os conhecimentos dos agricultores de forma partida, eles se expressam cotidianamente em sua completude e complexidade. Com as vozes até agora ouvidas tento trazê-los – ciente das traições cometidas – para a reflexão neste espaço acadêmico. Dessa forma, ao fracionar esses argumentos, deixei para a parte final aquele que penso ser o mais interessante deles. O argumento que em todas as ocasiões emergiu, e aquele que julgo mais representativo de uma possível insurgência epistêmico-social desses agricultores. da forma como os apresento não desejo criar uma hierarquia entre eles, mas assim o faço, pois foi o que mais me surpreendeu desde o princípio deste trabalho.

#### **4.3.2 Os animais não só comem, eles falam! Diálogos entre agricultores, animais e ciência**

Dentre os principais argumentos dos entusiastas dos transgênicos está o argumento de que seu ganho de produtividade será capaz de elevar a oferta de alimentação e conseqüentemente ser a panacéia da crise alimentar. No entanto, a controvérsia relacionada à sua (in)segurança alimentar resulta que um percentual diminuto seja processado *in natura*. A polêmica em torno do uso de transgênicos na alimentação humana persiste desde o início de seu uso pela indústria agroalimentar. Camara *et al* (2009) mostram que no período de 1987 a 2008, do total de 716 estudos científicos brasileiros, apenas oito abordavam especificamente a “(in)segurança alimentar dos alimentos transgênicos”. Em sua tese, Menasche (2003) aponta que os entendimentos e representações acerca da produção e consumo de alimentos transgênicos junto a agricultores do interior do Rio Grande do Sul e moradores de Porto Alegre, ainda era incerto e conflitivo. As dúvidas e incertezas apontadas pela a autora na primeira década do século ainda persistem. Em conversa com seu Adão falávamos das diferenças entre milhos crioulos e transgênicos, quando ele afirmou,

Adão – Não planto transgênico, nunca plantei, não pretendo.

Vinícius – Por quê?

A – Porque eu faço semente do crioulo. E também por uma questão de segurança. Porque eu não conheço os transgênicos, não sei. Tem muita polêmica, transgênico é bom para a saúde? É prejudicial? Não se sabe, né?!

A dúvida e controvérsia persistem, e contam ainda outros fatores para a escolha entre um e outro. O prazer visual, o deleite em ver espigas e grão viçosos são levados em conta, “*tu pega um milho transgênico, híbrido, ele é baio, fraquinho, já se tu pega um crioulo, o amarelão ou o cunha, eles são amarelo, vistoso*”, afirmou Seu Zé Luiz. A decorrência disso é a ter a certeza de desfrutar de alimentos mais saborosos. “*eu não como mais milho na praia! Tu compras aquilo e tem que ficar roendo sabugo, não tem gosto! Não é como um milho oito carreiro ou branco índio, que se tu quiser pode comer grão por grão depois de cozido, de tão grandes que são!*”, dizia um agricultor em conversa na sede da Unaic. Vê-se perfeitamente que novamente é extrapolada a dimensão exclusivamente econômica.

Por outro lado, se a produção de grãos geneticamente modificados não é usada diretamente na alimentação humana, acaba sendo majoritariamente destinada à forragem animal. E aqui é aonde entra um dos argumentos dos produtores de milho crioulo, que gostaria de abordar nesta seção. Ainda nos primeiros encontros, quando a pesquisa deste trabalho estava por tomar forma, o tema da alimentação animal era trazido pelos agricultores. Quando inicialmente questionava-os sobre quais eram os porquês do cultivo e apreço pelas variedades de milho crioulo entre as principais respostas estava o plantio para alimentação animal. Levando-se em conta que a maioria das famílias abordadas mantém uma diversificação de alimentos – característica latente da agricultura familiar e camponesa – criar animais para o auto-consumo ou para pequenos comércios também está dentro deste espectro. Não houve sequer um agricultor que não mencionasse a prevalência do milho crioulo ao transgênico para a alimentação animal. Inicialmente os argumentos versavam pelos critérios econômicos – aonde os custos de produção do milho crioulo eram menores e sua produtividade média equivalia ao transgênico – porém, com mais tempo de conversa afloraram argumentos muito mais reveladores do conhecimento holístico desses agricultores.

Os agricultores, como Seu Zé Luiz aponta, plantam as variedades crioulas porque constatam que seus animais elegem esses grãos no momento de se alimentarem, “*se tu botas a palhada de um milho transgênico/híbrido e de um crioulo/varietal os animais escolhem o crioulo/varietal. E tem mais, se tu jogas os grãos misturados para as galinhas elas vão lá e escolhem só o crioulo, não comem dos outros*”. Afirmações como essas se repetiram



constantemente, segundo Mauro se “*tu der, para um porco ou galinha, num cocho milho crioulo e no outro milho híbrido/transgênico eles vão comer antes o crioulo, e depois de dói, s três dias quando tiverem com fome vão comer o outro*”. Seu Adão Moraes também é contundente nesse sentido,

Eu ainda não moí milho [este ano], gosto de dar o milho moído para os animais. A gente pega aquela espiga bem miudinha que ele [animal] não consegue mastigar aquele grãozinho com a palha. Porque a espiga grande se perde, o animal come e não aproveita, ele devolve inteiro depois. E a canjiquinha não, o animal come tudinho, tudo que o milho tem. E o milho crioulo, tem mais isso também, esse milho crioulo, varietal, mas mais o crioulo, é bem mais nutritivo que os híbridos, né! O próprio grão de milho a galinha não come igual, não sei se é cisma, né? Não come o milho transgênico como come o milho comum.

Mesmo agricultores que não fazem parte do grupo produtor de sementes crioulas, compartilham deste saber empírico. Em um dia de campo em uma propriedade de produção agroecológica, em que fui na condição de “convidado penetra”. O almoço fora servido no salão de uma comunidade, o que nos levou a sentarmos em compridas mesas, compartilhando a companhia. Interpelado sobre o que fazia aí, fui apresentando a pesquisa que realizava. Entre uma conversa e outra indaguei a um senhor o que achava do milho transgênico e se o plantava, e se havia diferenças com milho crioulo. Entre as várias respostas elencadas, falou também sobre a alimentação animal, que havia diferenças entre os dois,

Agricultor – No trato (alimentação) também há (diferenças), os animais ficam com fome. Não sustenta, não enche o bucho. Isso tu pode ver, tu pega um punhado de milho de transgênico e um punhado do outro, tu pode ver, eles procuram no meio o outro milho. Só quando a fome for muita aí eles vão no outro.

Vinícius – E o senhor chegou a plantar aquele milho dos antigos, aquele crioulo?

A – Sim, plantei. Aquele parece que sustenta mais ainda [em comparação com o híbrido e o transgênico] para ração.

A pergunta latente então é: o que leva animais de grande a pequeno porte (equinos, bovinos, suínos e aves) a selecionar o alimento crioulo ao transgênico? A tradição ocidental, infelizmente, não nos permite conceder razão a esses seres e tampouco consciência em atos como esses. O argumento mais banal para esta explicação é que não tendo a habilidade da fala, da expressão oral, esses animais não podem compartilhar da razão. Descartes, por sua vez, buscando diferenciar animais humanos de não-humanos, irá afirmar que aos animais não-humanos lhe são vedados o segundo e terceiro graus de sensação, justamente a consciência e o juízo. Podendo estes apenas expressar estímulos e movimentos corpóreos. Como o objetivo

desse espaço não é discutir a racionalidade de animais não-humanos, levemos em conta a afirmação cartesiana. Os animais respondem a estímulos da alimentação para elegerem entre crioulos e transgênicos. Mas quais seriam estes estímulos? O gosto? Seria ele um estímulo de sensação primária?

Para seguir nessa discussão peço licença para tergiversar brevemente sobre alguns elementos acerca dos eventos transgênicos discutidos na literatura científica. Os transgênicos são organismos que têm seu código genético – genoma – modificado, através da inserção ou remoção de um ou mais genes. Esse proceder da engenharia genética já vem sendo realizado pela indústria farmacêutica com a finalidade de induzir vegetais e animais a produzirem determinadas substâncias desejadas. Os organismos geneticamente modificados destinados à indústria agroalimentar também passam por estes procedimentos, porém sua liberação para produção em larga escala é muito menos rigorosa que a da indústria farmacêutica.

Uma das técnicas empregadas para a transgenia é conhecida por *biobalística*, que consiste,

Em bombardear o gene de interesse para dentro da célula vegetal, para que ele se integre ao genoma desta última. Essa técnica, além da baixa eficiência — em média, 20% de aproveitamento na soja —, não possibilita a exata localização do gene inserido (VALLE, 2000, p. 494).

Além dessas limitações, uma vez inserido o gene alheio, ele pode ser transferido de forma praticamente ilimitada, perdendo-se assim o controle da transferência geracional. No caso de cereais como o milho dois são os principais eventos transgênicos, a inserção de genes que tornam a planta resistente aos agroquímicos empregados no cultivo. Ou, insere-se o gene de outro microorganismo a fim de que a planta sintetize uma proteína específica que irá combater as “pragas” mais comuns do cultivo – estes genes inseridos são tecnicamente denominados “transgene funcional” (VERCESI; RAVAGNANI; DI CIERO, 2009). Neste segundo caso o evento transgênico mais conhecido é o *MilhoBt*, que se origina pela inserção do gene *cry1Ab* da bactéria *Bacillus thuringiensis* e que irá codificar a proteína Cry1Ab (VENZKE, 2006). Esta proteína age como uma toxina de ação mortal em uma variedade de insetos que atacam plantações de milho e algodão. Temos então um organismo – milho – geneticamente modificado que recebeu um gene de outro organismo –bactéria – em seu genoma a fim de que este passe a produzir uma toxina para autocontrole de insetos prejudiciais à lavoura. No entanto, sabe-se que a técnica empregada não tem um consenso quanto sua eficácia, além de não permitir o controle sobre a produção e transmissão desta

toxina. Deste cenário emerge uma das grandes controvérsias referente aos transgênicos: estas toxinas são passadas e absorvidas à população humana e animal, por meio de alimentos derivados de origem transgênica? E mais, qual o potencial alergênico, de toxicidade e resistência a antibióticos que esses alimentos podem causar aos seres que os ingerem?

Obviamente estas são questões que se encontram no centro de uma disputa e conflito de interesses, que se sustentam quase que exclusivamente em argumentos da *hard science*. Alguns estudos em camundongos (KILIÇ; AKAY, 2008; VENSKE; 2006) e porcas em período de lactação (WALSH, M. *et al.*, 2013) que foram alimentados com milho Bt, atestam que os animais não apresentam alterações substanciais no peso e tampouco problemas graves de saúde. Outros apontam que sim a ração derivada de transgênicos causa danos nocivos aos animais que dela se alimentam. Em testes com camundongos alimentados com milho Bt em diferentes concentrações e em um grupo com a adição da proteína Cry1Ab, evidenciaram alterações hepáticas, relacionadas à degeneração, necrose e volume do órgão (VENZKE; 2006). Seralini (2011) também vai neste sentido apontando que estas toxinas podem gerar metabólitos particulares tanto no OGM quanto em animais que dele se alimentam. E ressalta ainda, que os testes destas proteínas são sempre realizados em condições *in vitro* e que as “toxinas inseticidas dos OGM nunca são digeridas totalmente *in vivo*” (SÉRALINI *et al.*, 2011, p. 6).

Recuperei de forma sucinta essa discussão da controvérsia dos transgênicos e seu uso na alimentação animal fundamentada na ciência, motivado pelas experiências e relatos dos agricultores com os quais conversei. Ainda que muitos de meus interlocutores acionassem respostas do tipo “não está comprovado cientificamente” para argumentar o porquê do rechaço aos transgênicos, era muito evidente que a argumentação densa estava baseada em suas experiências cotidianas. E nisso, me parece expressivo esses conhecimentos que emergem da relação direta com os animais domésticos. O impressionante e ao mesmo tempo distinto entre os conhecimentos em questão – científico e local – é que no primeiro, nos testes de laboratório os animais estão sistematicamente induzidos à alimentação derivada de transgênicos ou não (no caso dos grupos controle), enquanto que nos casos dos relatos os animais elegiam livremente entre um e outro. Retorno à pergunta que deixei para trás, quais estímulos levam esses animais a eleger o alimento não transgênico? Gosto, sabor, textura? Pareceriam perguntas tolas, no limite, inapropriadas para um espaço como este. Porém, o contundente relato de Seu Adão oportuniza a reflexão,

Tem um colono que às vezes faz uns serviços diários aqui para nós com os cavalos. Lavrar uma lavourinha, gradear, trazer uma carga de pasto da lavoura para os animais. Na verdade ele não é peão e empregado muito menos. Ele leva mercadoria, faz um serviço, quando vê, um está devendo para o outro, dali a pouco o outro está devendo para um, então não caracteriza serviço de empregado. E teve um determinado ano que ele fez feno de uma lavoura de milho. Ele disse, a diferença que ele viu da aceitação do pasto que os cavalos dele comeram do milho, dos três (tipos de milho). O genro plantou uma lavourinha do transgênico, ele já tinha milho híbrido, e ele tirou a palha verde, secou e fez feno da minha lavoura de milho crioulo *amarelão*. Diz que os cavalos parecem que sabem! Ele botou, até para ver, os feixes separadinhos para dois cavalos. Botou um feixinho de um, do outro e do outro, diz que eles ficaram comendo o feno do meu milho amarelão. Ele quem disse isso, não eu. Mas ele não está aqui para dizer por isso eu digo. Eu não vi, ele que contou. *Os cavalos escolheram a palha seca, o feno, do milho crioulo, vê se pode!* Sabor, né?! Deve ser, né! Mais macio, imagino. Porque parece que a folha do híbrido é mais áspera. (Grifo nosso)

Como se vê, os animais em tendo oportunidade escolhem alimentos não transgênicos, em nosso caso as variedades de milho crioulo. Possibilitando assim aos agricultores mais elementos e critérios para sua tomada de decisões. Mas, estendamos a argumentação ao seu limite, se a esses somente lhes forem ofertados apenas alimentação de procedência transgênica. Há estudos apontando que animais como um bovino de cerca de 600 kg ingere

Por dia, na sua ração normal, cerca de 600 mg de DNA total [...] Se todo o milho da formulação for GM [geneticamente modificado], a ingestão de DNA recombinante [oriundo do transgene funcional] seria de 1,5 mg, ou seja, de 0,00024% do total ingerido por dia e ainda sujeito à degradação intestinal (VERCESI *et al.*, 2009, p. 444).

Isso que significa que seria uma concentração insuficiente para gerar danos ao animal e muito menos transferência ao alimento humano. Ainda assim para se instalar nos tecidos e fluidos corporais o DNA transgênico teria que passar ileso pelos processos digestivos, algo que os autores afirmam ser muito difícil. Outros estudos, contudo, revelaram a presença de DNA de milho e soja transgênicos em leite vendido em supermercados. Isso significa que os animais foram alimentados com ração de cultivos transgênicos e que nem nos processos digestivos e tampouco na pasteurização o DNA transgênico foi destruído (AGODI *et al.*, 2006).

Distantes dos laboratórios, as experiências e os relatos dos agricultores nos remetem a observações que deslegitimam os primeiros autores e poderiam colaborar com as afirmações das segundas. Em situações extremas as experiências dos agricultores com a alimentação transgênica podem chegar ao limite da vida. No diálogo com o mesmo agricultor que relatava que o milho transgênico não sustentava, não “*enchia o bucho*” dos animais, ele relatou um ocorrido em propriedade vizinha,

Lá no fulano, diz que intoxicou as vacas dele todas. Diz que intoxicou com a silagem que ele fez com transgênico. Diz até que duas vieram a óbito e dez estavam mal. Diz que era do milho, não sei agora se ele cortou (o milho) muito novo ou o que foi, mas diz que tinha intoxicado do milho. Esse milho tu bota dessecante e ele não morre, é coisa de não acreditar. Muitas vacas até perderam as crias, abortaram. Chamaram o veterinário de Canguçu, olharam... as vacas não comiam mais, não levantavam mais. E o veterinário disse que era intoxicada com o milho.

Este ocorrido nos remete à possibilidade de que a intoxicação possa ter ocorrido em decorrência de um dos dois eventos transgênicos mais comuns. Quando o agricultor fala que nesse “milho tu bota dessecante e ele não morre” se refere à transgenia em que é inserido um gene que irá possibilitar a planta resistência ao agroquímico, podendo a intoxicação ocorrer pelos restos residuais do agroquímico ou do próprio gene. Seralini *et al* (2012) também apontam resultados nessa direção. Ou, dependendo da variedade de milho transgênico que foi empregado na silagem poderia haver uma intoxicação por meio da proteína sintetizada pelo gene inserido, Venzke (2006) e Seralini *et al* (2011).

Outros relatos de eventos de intoxicação e morte também emergiram das conversas. Em um diálogo com Mário e Clebes eles relatavam sobre um episódio em que para ajudar um agricultor, a associação comprou cerca de trezentas sacas de milho. Aquele milho já nos primeiros meses dava sinais que não era milho crioulo – ainda que o agricultor afirmasse o contrário – pois estava estragando (carunchando) com maior rapidez e facilidade que o outro. Somado a isso, suas características visuais eram bem distintas dos milhos crioulos. Como o estoque era grande alguns associados passaram a levar algumas sacas para suas propriedades para alimentar seus animais. Um deles foi o Sr. Cléu, irmão de Clebes, que, além de ter sua propriedade toda voltada para a produção agroecológica, cria aves para o comércio. Mas ao tratar esses animais com aquele milho um contratempo lhe ocorreu. Assim relataram Mário e Clebes,

Mário – Na verdade nós fomos comprar feijão dele. Que ele era produtor de feijão. Aí chegamos na casa dele, ele disse que tinha um *paiolção* de milho para vender. Mas nós dissemos que não, que nós não comprávamos porque era transgênico. Que nós só trabalhávamos com crioulo aqui dentro da cooperativa. Aí ele jurou de pé junto que não era transgênico.

Clébes – Isso era de noite, a gente não pode ver bem o milho.

M – E confiar no produtor, a gente confia em todos os produtores. Aí se ele disse que não era transgênico então confiamos. Aí para dar um auxílio para aquele produtor arranjamos comércio para aquele milho dele. Mas não era milho para semente, então se arrumou comércio. Ele, então, trilhou o milho dele e a gente trouxe o milho pra cá comercializar. Aí minou... porque o milho transgênico já vem

com *gorgulho*<sup>40</sup> do pé, na palha ele já tem *gorgulho*. O que era aquilo, trezentos sacos?

C – É trezentos.

M – Aproximadamente trezentos sacos. Nós botamos no depósito, ali tranquilo. Os outros sócios, produtores, vinham aí ninguém reclamava, e a gente estava comercializando o milho dele. Aí nós fomos ver os últimos sacos, os últimos oitenta, mais ou menos. E não tinha mais milho, era uma farinha, os *gorgulhos* tinham destruído tudo. Aí contaminou todo prédio, sala, escritório, tudo, tudo. Era mês de setembro, mais ou menos. Estava mais calor, começou esquentar o tempo e contaminou tudo.

(pausa)

M – Ele (agricultor que vendeu as duzentas sacas de milho) jura até hoje que não era milho transgênico. Até o Cléu companheiro nosso aqui da cooperativa, levou quatro ou cinco sacos (do milho transgênico), porque ele tem uma criação de galinha muito grande. Galinha, peru, cria esses bichos todos na volta da casa, matou quase tudo. As galinhas morreram quase todas. O cara que cria duzentas, trezentas galinhas, cento e cinqüenta, duzentos perus, matou oitenta por cento da criação de aves dele. Não se fez nenhum teste de laboratório, alguma coisa assim, para confirmar se era uma intoxicação do milho. Mas nunca tinha morrido, o Cléu sempre criou com milho, a criação dele não é com ração e nunca aconteceu nada disso, de amanhecer quinze, vinte galinhas mortas dentro do galinheiro do nada. Não era problema de água, porque sempre foi a mesma água. Não era problema de intoxicação de pasto, porque a propriedade é agroecológica.

Um cientista de laboratório muito provavelmente irá replicar que esses relatos não passam de casos isolados, que não há uma “amostragem” significativa, métodos de pesquisa e análise determinados, que inúmeras pesquisas depõem contra os agricultores e conhecimentos locais. Primeiramente recorro que este não é um estudo por amostragem e que não estou preocupado ou tampouco buscando dados que sirvam a respostas universalizantes. É, antes, um estudo que se propõe entender como conhecimentos e dinâmicas locais são mobilizados para enfrentamentos de desafios locais. Assim, é manifesta que as escolhas tomadas por esses agricultores leva em conta muito mais os conhecimentos emergentes das relações com o seu entorno cotidiano, do que o conhecimento legitimado pela ciência. Penso que é impossível não conceder a essas afirmações a condição de conhecimento qualificado, que é refinado no cotidiano, no laboratório que são as propriedades. Mas, sobretudo, um conhecimento construído em associação com os outros seres que compõe suas vidas. Parece-me evidente que animais, sementes crioulas e, porque não, grãos transgênicos, possibilitam aos agricultores compor saberes precisos sobre suas realidades. E que no limite podem ser saberes insurgentes às suas lutas políticas.

\*\*\*

---

<sup>40</sup> Conhecidos como gorgulho-do-milho ou também como caruncho-do-milho, *Sitophiluszeamais* *Sitophilusgranarius*, respectivamente. Insetos cujas larvas se alimentam do núcleo do grão (gêrmen e amido) causando danos e perdas no armazenamento de grãos.

Este capítulo foi dedicado a apresentar as agricultoras e os agricultores e, as sementes crioulas dentro do contexto da pesquisa. Primeiramente trouxe um pequeno histórico da ocorrência dessas sementes e do trabalho com elas pela Unaic, a partir das motivações e atividades desenvolvidas pelas famílias. Momento que denominei dentro do capítulo de *Resgate*. A segunda seção foi permeada por reflexões sobre como as sementes crioulas foram preservadas no decorrer dos anos no seio das famílias. A partir das práticas cotidianas relacionadas ao cultivo das sementes crioulas busquei realizar algumas reflexões sobre a hierarquização do trabalho e das relações de gênero. Salientando o protagonismo das agricultoras em resgatar e preservar variedades de espécies crioulas, ainda que não valorizadas comercialmente. Na mesma seção, ainda sob olhar das discussões de gênero, trouxe reflexões sobre a figura dos guardiões de sementes e o quanto esta categoria reafirma uma hierarquia de poderes. Para tanto resgato e corroboro com a proposta de famílias guardiãs de sementes. Não menos importante, finalizei a seção com a apresentação das crianças guardiãs mirins e a importância de fomentar esse tipo de trabalho com os jovens. Tudo isto foi apresentado em um contexto que denominei de *(R)existência*. A proposta é que esses elementos juntos são a *existência* das sementes crioulas que se dá pela sua constante *resistência*. E ao mesmo tempo a *resistência* se concretiza na sua *existência*, na terra, nos alimentos, no cotidiano.

Na última seção apresentei alguns conhecimentos dos agricultores gerados a partir de suas relações com o relevo, o clima, com as sementes e os outros seres de seu cotidiano, bem como suas práticas. A intenção aqui foi de vê-los como legítimos e autênticos, tanto quanto os conhecimentos científicos, para então propor a ideia de *insurgência*, título dessa seção. Inspirado nos estudos decoloniais, é entender esses conhecimentos e práticas enquanto subsídios para que as agricultoras e agricultores não somente rejeitem e refutem alguns conhecimentos e práticas oriundos da modernidade ocidental, mas também passem a propor outros modos de agricultura e de vida. Conforme Walsh aponta, a insurgência de populações e conhecimentos periféricos e desvalorizados é uma

Manifestação de sua insurgência política que é, por sua vez, uma insurgência epistêmica; epistêmica não somente por questionar, desafiar e enfrentar [...] mas também por colocar em cena lógicas, racionalidades e conhecimentos distintos que fazem pensar a sociedade de maneira radicalmente distinta (Walsh, 2008, p. 134, tradução minha).

De toda forma, vale destacar dois pontos relacionados com meus interlocutores. Primeiro, em nenhum momento eles mencionaram que suas iniciativas eram insurgentes, mas que propunham experiências para pensar e refletir sobre geração de renda, desenvolvimento

econômico, conservação ambiental, consumo de alimentos saudáveis e qualidade de vida. O uso do termo insurgência é uma iniciativa minha. Segundo, tampouco estavam propondo reflexões e resoluções pretensamente globais, pelo contrário. São apontamentos que repercutem os problemas que vivem localmente – novamente o conhecimento situado do qual nos fala Haraway – e pensam sua resolução também localmente, por meio da elaboração de política locais, tema do próximo capítulo.



**Imagem 5: A escolha do alimento**



Fonte: foto do autor (2017)

## 5 POLÍTICAS, MERCADOS E RELAÇÕES, ou da colheita e as dádivas

*Não há, ou pelo menos assim se acredita, referência alguma identificando completamente a origem de cada cultura principal. Na verdade, a origem de uma cultura e de seu real centro de diversidade pode não ser apenas uma. (MOONEY, 1987, p. 5)*

No decorrer dos dois capítulos anteriores procurei discorrer, primeiramente, sobre como as variedades transgênicas se inserem no cenário de Canguçu enquanto um vetor dos princípios de desenvolvimento e como são abordadas dentro do fazer agrícola local. O quarto capítulo, como vimos, traz a experiência das pessoas com as sementes crioulas e como os agricultores as mobilizam e são mobilizados por outros agentes (as próprias sementes, animais, relevos), no seu cotidiano, para reafirmar sua importância local. Neste quinto e último capítulo pretendo trazer temas caros não somente aos agricultores, bem como as discussões relacionadas ao desenvolvimento rural. Primeiramente apresentarei algumas políticas públicas para a aquisição das sementes crioulas e os alimentos delas derivados e como a Unaic participa desses mercados institucionais. Esse tema desencadeia em uma discussão que surgiu em conversações paralelas com outros interlocutores locais, sobre a legitimidade ou não das sementes crioulas em circuitos de mercado, uma vez que estas estão reconhecidamente inseridas em relações de reciprocidade. Por fim, concatenando com tudo dito até o momento, proponho uma reflexão acerca do conceito de agricultura familiar, desencadeada a partir de concepções dos próprios agricultores.

### 5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS OU POLÍTICAS DO LUGAR?

O setor agrícola brasileiro a partir dos anos 1950 do século passado sempre obteve recursos para sua manutenção e expansão. Dependendo da orientação política dos governos estes subsídios variavam em quantidade. Contudo, uma característica sempre se manteve, os créditos e subsídios eram destinados aos agricultores que se propunham a implementação da modernização agrícola, do agronegócio ou agricultura empresarial, modos específicos de agricultura do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Com a reabertura democrática nos anos 1980, a assunção do neoliberalismo na administração estatal e a emergência da categoria da agricultura familiar nos anos 1990, temos uma transformação nesse cenário. Os subsídios agrícolas que eram privilégios de poucos se extinguem com o neoliberalismo. As reivindicações dos movimentos sociais do campo levam ao governo a pensar novos mecanismos e políticas para esse setor.

O fortalecimento da agricultura familiar enquanto categoria política, social e acadêmica culminou com a criação, paulatina, de novas políticas públicas que buscaram satisfazer as demandas dos movimentos envolvidos. A primeira delas, criada em 1995 – e talvez a principal neste período da nova república – é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que surge com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e exercício da cidadania dos agricultores familiares, por meio de subsídios que incentivassem o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e renda dessas famílias. Com o Pronaf a agricultura familiar passa a ter mais respaldo e legitimidade dentro do cenário produtivo e econômico e, conseqüentemente poder reivindicatório. Como afirma Mueller (2007, p. 12–13):

Em razão da maior organização social e política do segmento familiar, as reivindicações são ampliadas para além do crédito e da assistência técnica. Sobretudo a partir dos anos 2000, temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preços figuram entre as principais reivindicações dos movimentos dos agricultores familiares. Os agricultores descobrem-se enquanto atores, tendo poder de reivindicar e influenciar as políticas públicas.

Durante as duas gestões do governo de Lula da Silva outras políticas públicas foram criadas a fim de contemplar essas reivindicações. Dentre elas destacam-se duas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e ancorado no Programa Fome Zero. O PAA tem como objetivo central “adquirir os produtos dos agricultores familiares, garantindo-lhes mercado e renda e destinar estes mesmos produtos às parcelas da população em condição de insegurança alimentar” (MIELITZ, 2010, p. 68). Em 2009 este mesmo programa é fortalecido com a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que em conjunto com a Lei nº 11.947 determina que um mínimo de 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar. Para complementar essas políticas públicas em 2012 é instituída a Compra Institucional (CI), uma modalidade dentro do PAA, em que é permitido a órgãos federais, estados e municípios realizarem compras de alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, sem a necessidade de processos licitatórios.

Neste contexto das novas políticas públicas também está inserida a Unaic, mas não somente neste. A sua fundação em 1988, lhe confere a propriedade de ter passado por toda esta transição entre a extinção dos subsídios agrícolas existentes até os anos 1980 e a emergência de novas políticas públicas da agricultura familiar. Sua criação se dá justamente com o intuito de facilitar a comercialização dos produtos dos agricultores do interior de

Canguçu, em um período em que a transição do regime político e as incertezas econômicas se faziam presentes cotidianamente. A criação do banco de sementes e logo em seguida a formação do grupo produtor de sementes é concomitante a da criação do Pronaf, um período de significativa mudança no acesso a créditos agrícolas e de promessa de prosperidade.

Ouso pensar que os agricultores visualizaram uma possibilidade de renda extra na produção de sementes crioulas muito em função da nova possibilidade de acesso a crédito, originada do Pronaf. Somado a isso a criação em 1996, a nível estadual, do programa Troca-troca de Sementes. Este programa inicialmente previa que o estado subsidiasse sementes de milho e cebola para pequenos produtores. Cada produtor teria uma cota máxima estipulada que poderia adquirir. Realizada a safra, o agricultor devolveria a cota adquirida ao Estado abastecendo um banco de sementes estadual que estaria à disposição de outros agricultores, renovando e replicando o ciclo de cada variedade de sementes. Especificamente, este programa somente poderia ter êxito – na sua proposta original – utilizando sementes crioulas, uma vez que sementes híbridas e transgênicas, ou não têm poder de germinação, são estéreis, ou então estão protegidas por regimes de propriedade intelectual<sup>41</sup>. Foi nesse cenário que os agricultores associados à Unaic iniciaram a produção de sementes crioulas em escala.

Durante todo este período que vai de 1988 até princípios dos anos 2000 a Unaic viabilizou a venda dos produtos de seus associados desde mercados locais e regionais, além da fornecer sementes crioulas para o programa estadual Troca-troca de sementes. Contudo, já em 2004, no segundo ano de vigência do PAA, a associação ingressou nesse mercado, por meio da Doação Simultânea da CONAB, aumentando, conseqüentemente, a demanda de produtos e alimentos de seus associados, mas também a qualificação da produção e dos produtos. Com fortalecimento dessas políticas e o crescimento desses mercados, novas regulamentações passaram a entrar em vigência, fato que foi cerceando a participação da associação em algumas vendas públicas. Deste modo, somado a experiência já consolidada no beneficiamento e comercialização de sementes, grão e alimentos, os agricultores resolveram transformar o departamento de comercialização da Associação em uma cooperativa. Nasce assim em 2008 a Cooperativa União dos Agricultores Familiares do Interior de Canguçu e Região – Ltda., que absorveu todas as ações de comercialização e beneficiamento

---

<sup>41</sup> A discussão sobre os regimes de patente e propriedade intelectual da biodiversidade é ampla e controversa. As patentes sobre espécies vegetais melhoradas tiveram seu princípio ainda no final da década de 1950, mas atingiram seu clímax em dezembro de 1961 com a Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, que possibilitou a implementação de direitos e pagamento de patente sobre as variedades desenvolvidas pela indústria melhorista de sementes. (MOONEY, 1987).

desenvolvidas pela associação. A Unaic, no entanto, não deixou de seguir trabalhando com a produção de sementes.

Atualmente são dois os principais mercados institucionais dos quais a Cooperativa participa, o fornecimento de alimentos, via PNAE, para a alimentação escolar de Canguçu e o fornecimento, via PAA, de todo o feijão consumido na Universidade Federal de Pelotas. Além desses mercados a Cooperativa fomenta a participação dos agricultores em mercados locais e regionais, por meio de feiras. Uma que é realizada na forma de *e-commerce* na qual os produtos são entregues semanalmente diretamente aos consumidores no município vizinho de Pelotas. A outra é realizada diretamente pelos agricultores semanalmente nas segundas-feiras nas dependências da instituição, em Canguçu. Mas, a pergunta que paira é, e as sementes, como são comercializadas? Além de serem comercializadas, em pequena escala, em mercados regionais, elas estão disponíveis para compra na sede mesma da Cooperativa. Porém é na participação de um mercado institucional local que se dá a comercialização em grande escala das sementes crioulas. Esse mercado é o Programa Troca-troca de sementes municipal.

O programa Troca-troca de sementes municipal existe em concomitância com o programa estadual, ou seja, há mais de duas décadas. Em razão dessa concomitância o programa sempre seguiu as razões do programa estadual. Inicialmente, como foi comentado, o programa estadual funcionava como um grande banco de sementes, oferecendo variedades crioulas aos pequenos produtores. Entretanto, ao longo dos anos uma política que deveria ser de estado, tornou-se política de governo, na qual sob pressões do setor empresarial da agricultura a cada nova gestão estadual o projeto foi sendo modificado. A primeira mudança significativa foi no banco de sementes. A secretaria de Agricultura (e suas homônimas) deixou de administrar o banco de sementes, passando a negociar e fornecer sementes de empresas sementeiras. O reflexo imediato dessa mudança foi o impedimento aos agricultores de conservarem suas próprias sementes de uma safra para a outra. Além disso, a contrapartida dos agricultores também mudou. Se antes eles adquiriam sementes e devolviam sementes, agora por serem variedades comerciais, eles deveriam devolver não mais sementes – pois elas seriam fornecidas anualmente pelas sementeiras – mas, grãos e em maior quantidade, pois o valor \$/Kg da semente é maior que a de grãos. Esse excedente de grãos nos silos estaduais possibilitou ao estado jogar com os valores e demanda de grãos a fim de controlar seu preço no mercado.

A sequência de mudança no programa foi a desobrigação da contrapartida dos agricultores em forma de grãos, possibilitando aos mesmos o pagamento em espécie, com a

prerrogativa de pagar as sementes adquiridas apenas somente após o pagamento da safra vendida. Esta prerrogativa é ilusória, pois como aponta Gonçalves (2010), “o tempo da natureza não é algo levado em conta pelos prazos da Secretaria de Agricultura, então caso o produtor não tenha outra renda, perde a vantagem de esperar o preço subir para vender, tem que vender pra [sic] pagar a semente em maio e ponto”. O *grand finale* de todo esse processo de modificação do programa veio com a inserção de variedades transgênicas de milho no rol de variedades ofertadas. Desde 2010 o programa estadual passa a oferecer essas variedades, sob o argumento de proporcionar aos agricultores a escolha de sementes certificadas, de qualidade e que incrementem a produtividade. Ironicamente essa medida foi determinada logo no primeiro ano da segunda gestão de um governo que se auto-intitulava popular e preocupado com as questões da agricultura familiar.

Esse é o contexto que permeia o programa Troca-troca estadual e que vigorou no município de Canguçu até o ano de 2012. Com as mudanças ocorridas no programa estadual a produção de sementes pelos agricultores da Unaic passou por anos difíceis em relação à comercialização, ainda que uma parte da colheita fosse destinada para grãos e conseqüentemente para a produção de alimentos. No entanto, nas eleições municipais de 2012 uma coligação de cunho popular venceu o pleito – fato que acabou rompendo com o *establishment* local de anos ou até mesmo de décadas de governos mais conservadores “típicos” do interior gaúcho. No ano seguinte, logo ao assumir a administração do paço, várias mudanças foram propostas e com elas novos projetos vieram. Dentre as mudanças propostas para a política agrícola local, uma delas foi especificamente pensada para (ou com) as sementes crioulas, a remodelação do programa Troca-troca.

O funcionamento do Troca-troca de sementes municipal foi-me relatado pelo então secretário do Desenvolvimento Rural, Cleider Menegoni. O conheci logo na primeira visita que fiz aos agricultores para iniciar a pesquisa. A conversa que tivemos não foi de caráter “oficial” na secretaria, mas em sua casa. Essa particularidade se deve por ele ser genro do Seu Julio. Além disso, Cleider é filho de agricultores que produzem sementes crioulas participantes do grupo da Unaic e por muitos anos trabalhou no CAPA, na extensão agrícola com os agricultores que plantavam e produziam as sementes. Essa sua história, ademais de lhe dar legitimidade para falar do tema, lhe confere um comprometimento para além de sua função burocrático-administrativa.

Nosso encontro foi totalmente inesperado e nada imaginado por mim para aquele momento. Era uma tarde de fevereiro, já não havia horário de verão, mas o sol tardaria a se

pôr. O verão daquele ano estava causticante, fazia mais de um mês que não chovia na região. Cheguei a Canguçu pouco antes do fim da tarde. Na sede da Unaic Seu Julio já me aguardava, havíamos combinado dias antes. Como a maioria dos inícios de pesquisa, o primeiro encontro foi um misto de encontro e desencontro, porém nada constrangedor. Aos que logo conhecia me apresentava e exaustivamente falava o porquê de estar vindo a Canguçu fazer uma pesquisa de mestrado. Da minha chegada ficamos um par de horas conversando até o horário de encerramento das atividades. Ao termino, Seu Julio perguntou-me se eu tomava uma “geladinha”. O dia era quente e realmente o convite caía bem para a ocasião. Fomos então para um boteco “tomar a geladinha” e jogar umas partidas de *snook*, estávamos Seu Julio, Clei, Iuri e eu<sup>42</sup>. Ficamos no boteco até a noite chegar e se firmar. No momento de dispersarmos Seu Julio indicou que iríamos para a casa de uma de suas filhas, Marisa e de seu companheiro Cleider.

O convite de seu Julio para ir a casa de sua filha era de que ficáramos lá para a janta e posteriormente pernoitarmos ali. Chegamos e ambos estavam em casa. Novamente houve o estranhamento inicial desses encontros. Contudo, a companhia do chimarrão proporcionou que rapidamente nos enturmássemos. Além de, uma vez mais, me apresentar e apresentar os motivos de minha ida a Canguçu e minhas atividades, estivemos conversando sobre assuntos que envolviam o projeto de pesquisa. Cleider contou-me um pouco de sua trajetória de trabalho no CAPA até chegarmos na secretaria de Desenvolvimento Rural e ao Troca-troca.

Contou-me que uma das primeiras proposta da secretaria seria alterar o principal item do programa Troca-troca, a ideia era de que o município passasse a fornecer apenas sementes de variedades crioulas e varietais, vetando e excluindo as variedades híbridas e transgênicas. Essa proposta era decorrência de vários fatores, nos quais ficou destacada a própria história do município de Canguçu ser um local de forte trabalho com sementes crioulas, a visibilidade e reconhecimento das famílias agricultoras, instituições e eventos presentes no município. E ainda, somada às anteriores, havia uma reivindicação de parte dos agricultores e também ser um projeto político-social daquela gestão. O projeto, deste modo, era disponibilizar sementes crioulas aos agricultores do município. Pensado e lançado o projeto o desafio seguinte seria viabilizar não somente a demanda dessas sementes, mas a compra delas, uma vez que toda a compra pública de valor elevado deveria ser feita por meio de processos licitatórios.

---

<sup>42</sup> Esse relato de minha chegada, somado ao relato da chegada à casa de Seu Julio no encontro com Dona Noélia, expõem como as socializações em campo são diferenciadas segundo as relações de gênero. Caso fosse uma pesquisadora provavelmente as interações teria se dado de outra maneira.

O receio dos idealizadores da proposta era de que aberta uma licitação, ela poderia ser ganha por qualquer empresa/instituição que apresentasse o menor valor, não cumprindo assim um de seus objetivos, que era contemplar a produção e, por efeito, a agricultura local. A saída então foi construir um edital de licitação com base nos editais de outras políticas públicas, no caso específico do PNAE. Este processo licitatório possuía itens muito particulares. Primeiramente, a exclusividade de ofertar sementes crioulas excluiu a participação de empresas sementeiras e corporações do agronegócio. Segundo, a localização da empresa licitante também era levada em conta. Quanto mais próxima do município estivesse a produção de sementes que seria fornecida, maior pontuação final seria conferida ao licitante. Este dispositivo foi pensado para evitar que as licitações fossem ganhas por empresas que pudessem ter sua produção de sementes em outras regiões ou até mesmo outros estados (mesmo que de sementes crioulas).

Por fim, o terceiro item importante, é que as sementes deveriam ser provenientes da agricultura familiar, semelhante ao percentual do PNAE para os alimentos escolares. Este último item evidencia a preocupação em fomentar este setor agrícola. Ancorados nos princípios das novas políticas públicas para a agricultura familiar, o município pode criar dispositivos a beneficiar a iniciativas locais. Como apontam Grisa e Schneider (2015, p. 39) os avanços nesse processo possibilitaram “governos estaduais [e municipais] a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados.”

Por sua vez, a Unaic, tendo toda sua produção de sementes crioulas proveniente da agricultura familiar local, contemplou o critérios do edital e passou a fornecer as sementes crioulas para o programa municipal. Em três anos – 2014, 2015 e 2016 – a associação já havia fornecido aproximadamente 30 toneladas de sementes de diversas variedades de milho crioulo e varietal, além de sete toneladas de sementes de feijão<sup>43</sup>. Inicialmente, os recursos provenientes dessas vendas possibilitaram que as famílias quitassem ativos, financiamentos e pendências bancárias anteriores, decorrência dos anos em que a comercialização havia passado por dificuldades. No plano das lavouras, a consequência direta foi o incremento e crescimento do plantio daquelas famílias que já cultivavam e o desejo de outras famílias iniciarem essas atividades.

---

<sup>43</sup> A disparidade entre a quantidade de milho e feijão crioulos entregues se deve ao fato que o primeiro edital apenas contemplou as sementes de milho. A partir de 2015 também foi licitado sementes de feijão, e segundo Cleider o projeto era ampliar a gama de culturas nos editais seguintes com sementes de batata e cebola entre outras.



Políticas públicas – semelhantes a projetos de desenvolvimento – são, em sua maioria, pensadas desde um centro de governo, com pouca participação dos reais interessados e aplicadas ao estilo *top down*. Como mostrado sucintamente acima, as novas políticas públicas para a agricultura familiar – PAA e PNAE – seguiram parcialmente este mesmo percurso, com o diferencial de terem tido alguma participação de atores a nível local e relativo êxito na sua execução. Já o Programa Troca-troca de Sementes Estadual, segue tendo “êxito”, porém sua originalidade se perdeu ao longo do caminho sob a forte influência dos interesses capitalistas globais. O Programa Troca-troca de Sementes de Canguçu, por sua vez, nos possibilita uma reflexão outra para políticas públicas.

Políticas públicas podem sim serem desenhadas e/ou redesenhadas a partir de demandas locais, por meio de articulações dos beneficiários dessas mesmas políticas. A readequação do Troca-troca municipal poderia ser reconhecida como uma “política do lugar” (*politics of place*). Este conceito é uma proposição das autoras Gibson-Graham (2004), na qual o entendem como estratégias de organização política que se focam no lugar, no local. No caso das autoras, suas análises estão centradas na organização de mulheres indianas moradoras de favelas (*slums*) que se organizaram localmente em busca de moradias. Como elas apontam, as mulheres “estão envolvidas em uma política diária e deliberada de se tornar, criando não só habitação, mas também os sujeitos que podem construir, habitar e reproduzir essa habitação em um espaço social politizado” (GIBSON-GRAHAM, 2004, p. 31 tradução nossa).

A questão central nas políticas do lugar é que as pessoas (no caso das autoras, as mulheres) envolvidas na sua construção estão menos preocupadas com uma genuinidade política e social dos projetos. Sua preocupação está no sentido do valor, da pertinência, da transformação que ele terá/dará em/nas suas vidas.

O que o projeto espera fazer é promover este "movimento" tenaz, disperso e pouco visível, criando conexões (redes ou malhas), compartilhando informações e inspiração através de canais acadêmicos e não-acadêmicos e desenvolvendo experiências locais em um conhecimento coletivo que gerará e apoiará mais projetos e idéias (GIBSON-GRAHAM, 2004, p. 28, tradução nossa).

Parece-me que a mobilização realizada pelos agricultores da Unaic que produzem sementes crioulas em conjunto com os gestores locais, para a readequação do programa Troca-troca, vai ao encontro desta proposta de “política do lugar”. O que esta mobilização buscava não era criar um projeto novo, original para o comércio das sementes crioulas.

Buscava-se antes algo que desse conta das demandas locais, e que foi exitosamente encontrado na readequação de algo já existente. No caso das sementes crioulas ouso propôr que a mobilização dos agricultores para a adaptação da política existente também é fruto de uma “ação agentiva” das sementes em si. O raciocínio aqui é no sentido de que para existir a política local das sementes é necessário que existam sementes locais, adaptadas as especificidades geo-climáticas locais, mas sobretudo, com relevância sócio-cultural para quem as planta. Não se trata aqui de definir quem é primordial para a política pública. Se é a “ação” das sementes para com os agricultores, ou a conservação e plantio das sementes por parte dos agricultores. A intenção é refletir que há, localmente, a relação de *(r)existência* mútua entre esses agricultores e as sementes crioulas.

Outra reflexão dentro desse debate refere-se a questões da escala de abrangência das políticas locais. Políticas como essas, não se propõem serem executadas em escalas globais, porque justamente são pensadas para as necessidades do lugar. Analisando a história e atuação da *Alliance*, outra organização indiana focada em problemas de pobreza urbana, Gibson-Graham apontam que,

a *Alliance* evita teorizar uma escala global ou aparelho de poder que deve ser abordado e transformado para que suas atividades sejam bem-sucedidas. Os esforços da federação são vistos como bem-sucedidos em si mesmos, e não como preliminares para uma transformação global maior e mais profunda. Embora estejam redefinindo "o que a governação e a governamentalidade podem significar", tanto a nível nacional como internacional, esse esforço não é realizado diante de uma instância suprema ou conclusiva de soberania (GIBSON-GRAHAM, 2004, p. 31, tradução nossa).

Escobar também aponta uma reflexao semelhate a das autora para a questão de escala das políticas do lugar,

Políticas do lugar constituem uma forma emergente de política, um novo imaginário político no qual se afirma uma lógica da diferença e uma possibilidade que desenvolvam multiplicidade de atores e ações que operam no plano da vida diária. Nesta perspectiva, os lugares são locais de culturas vivas, economias e meio ambientes antes que nós de um sistema capitalista global e totalizante (ESCOBAR, 2012, p. 42 tradução nossa).

Nesse sentido, contudo, o projeto do programa Troca-troca de Canguçu, me parece, teriversou dessa idéia ao ser proposto regionalmente. Segundo Cleider, logo após o êxito inicial do programa em Canguçu, o município levou o projeto ao Conselho de Agricultura da Região Sul do Estado e propôs que os demais municípios integrantes aderissem a essa iniciativa a fim de fomentar a agricultura familiar e fomentar as sementes crioulas. Segundo

ele a proposta teria sido acolhida pela ampla maioria dos municípios. Durante o decorrer do trabalho de pesquisa não obtive relatos de que esta política estivesse sendo implementada realmente nos municípios vizinhos. Na Unaic tampouco me relataram se vendiam sementes crioulas para algum município que estivesse executando semelhante política.

Dessa forma, a dúvida que me coloco é saber se, ainda que o modelo de Troca-troca proposto pelo município de Canguçu tenha sido acolhido pelos demais – revelando uma articulação dos atores para o fortalecimento da política pública e o interesse em valorizá-la – foi feito com a propósito de preservar relações políticas locais sem avaliar a real viabilidade da política em cada município. Torna-se difícil realizar qualquer análise sem ter aprofundado a pesquisa nesse tema, porém a adesão do municípios apenas a nível de Conselho Estadual, pode ser lida a partir do que Gibson-Graham apontam como escala da política pública, resultando em ações de tipo *top down* em que as políticas públicas acabam tendo um esquema de aplicação geral.

## 5.2 SEMEANDO RELAÇÕES MEDIANTE TRANSAÇÕES MERCANTIS

Como foi apresentado até o momento, o trabalho inicial das famílias de agricultores associados à Unaic com as sementes foi a preocupação de preservar e resgatar as variedades crioulas. Um trabalho, como apontam eles, com propósitos sociais e de salvaguarda da biodiversidade. A comercialização das sementes crioulas veio em um segundo momento, visualizada como uma possibilidade de incremento na renda daquelas famílias de pequenos agricultores. E de fato essa possibilidade tem se tornada concreta cada vez mais a partir do cenário alimentar não só local/regional, mas também no nacional/internacional. Alimentos oriundos das variedades crioulas ganharam destaque por não terem transgenia em sua composição e poderem ser cultivados por princípios da agroecologia e produção de base orgânica. A procura por alimentos saudáveis e produzidos respeitando o meio ambiente tem crescido vertiginosamente não somente no Brasil, mas em todo mundo.

São inúmeros os processos de reconhecimento e certificação que garantem a origem orgânica de produção de alimentos, movimentando cada vez mais recursos nessa área. A criação de mercados institucionais como o PAA e o PNAE, também proporcionaram aumento de demanda de alimentos oriundos da agricultura familiar e indiretamente de variedades crioulas. A decorrência dessa atividade é que o resgate, preservação e produção de sementes crioulas passaram a ter relevância comercial e resulta em sua consequente mercantilização, em média e grande escalas. Para os agricultores produtores de sementes da Unaic, o retorno

econômico de uma produção para o mercado de sementes é muito mais compensador que a produção para grãos, em cenários onde a produção não acompanha a escala do agronegócio.

No entanto, por outro lado, é sabidamente evidente que as sementes crioulas estão vinculadas a relações de reciprocidade e dádiva. É quase improvável que um agricultor ou até mesmo um entusiasta das sementes crioulas, se negue a compartilhar uma pequena fração de suas sementes com alguém que deseja cultivá-las. Mesmo que seja uma única semente! Em estudo acerca do “estado da arte” das sementes crioulas no Rio Grande do Sul, Pelwing *et al.*, mostraram que,

Troca de sementes entre os parentes (69% das propriedades) e a troca entre os vizinhos (61% das propriedades) como as principais formas de intercâmbio; em segundo lugar, as feiras e festas, em sua maioria organizada por ONGs locais, se mostraram também como importantes formas de viabilização das trocas (38 % das propriedades). Outros elementos de relevância para o intercâmbio de sementes, segundo os entrevistados, foram as casas de sementes (23 % das propriedades) (PELWING; et al, 2008, p. 401).

Em uma trova informal Seu Julio disse-me, “*um guardião de sementes sempre tem umas no bolso para dar*”, ou seja, a oferta faz parte do mundo dessas sementes. Essa prática relatada por Seu Júlio revela que as trocas, a reciprocidade e a dádiva são relações duradoras dos cotidianos dos agricultores, e que políticas públicas como o Troca-troca (o municipal e o estadual em sua concepção original) podem ser lidas como derivadas dessas relações. O que há de distinto é o Estado intermediando uma relação que seria direta agricultor/agricultor. Um desdobramento dessa intermediação por meio do Troca-troca é a despessoalização da relação, mas que por outro lado acabam ampliando o escopo de abrangência das sementes crioulas. Inúmeros são os trabalhos que relatam essas formas de relacionar-se a partir das sementes crioulas. Alguns trabalhos, teses e dissertações – Saravalle (2010), Menegoni (2011), Cassol (2013), Cunha (2013), Olanda (2015), – direta ou indiretamente, abordam esta temática. Essa literatura que relaciona sementes crioulas e reciprocidade evidencia o laço forte que existe entre uma e outra.

No caso dos agricultores produtores de sementes crioulas de Canguçu e da Unaic, além das sementes circularem entre eles, há ainda um evento que possibilita que as sementes circulem entre outros agricultores e pessoas, possibilitando a construção de novas relações. Essa é a Feira de Trocas de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares. Feiras de trocas e eventos semelhantes, que têm emergido nos últimos anos, buscam reunir, periodicamente, agricultores, conhecimentos e sementes, a fim de visibilizar a (bio)diversidade e as trocas. A feira promovida pela Unaic é apenas mais uma das que ocorrem em comunidades rurais no

país e fora dele. Machado *et al* (2016), além de fazerem um resgate histórico da feira, realizam uma análise dela através da perspectiva das relações de dádiva e reciprocidade, apontando que nesses encontros em que as sementes estão na centralidade do evento, elas “agenciam trocas e circulação de outras coisas, garantindo a continuidade dessas famílias rurais, de conhecimentos tradicionais e de pessoas interessadas na conservação da biodiversidade e dessa agricultura”.

Se refletirmos somente pela perspectiva que aborda as sementes crioulas como “agentes” de relações, de reciprocidades e circulação de outras coisas, é evidente que quando essas sementes são inseridas em circuitos comerciais isto gera, num primeiro momento, um estranhamento. Esse estranhamento foi levantado durante uma de minhas estadas em Canguçu, por uma interlocutora local, não agricultora, mas envolvida com as sementes crioulas. Rose é agrônoma da Emater e foi uma de minhas anfitriãs em Canguçu. Em sua tese de doutoramento trabalhou com agricultores produtores de sementes crioulas e as práticas envolvidas neste processo, em municípios do norte e noroeste do Rio Grande do Sul (Olanda, 2015).

Durante uma conversa, enquanto relatava como havia sido meus últimos dias com os agricultores e das percepções que estava tendo do desenrolar da pesquisa, ela indagou, em tom retórico, que ainda gostaria de entender melhor a questão da venda das sementes crioulas pela Unaic, e o que estava envolvido nisso. Pois, argumentou que as sementes crioulas estão intimamente ligadas às trocas, à reciprocidade. Num primeiro momento fiquei confuso com seu questionamento que, no entanto, me pareceu muito pertinente. A conversa seguiu para outros rumos, porém continuei inquieto com aquela provocação. Com o decorrer da pesquisa passei a refletir mais sobre o tema e durante algumas conversas com o orientador vimos que esta dinâmica de comercialização de sementes crioulas poderia ser discutida desde um olhar que dissolve as polaridades dicotômicas entre dádiva e mercado. Dessa forma, a questão que surge é: o que ocorre com as sementes crioulas – que comumente estão envoltas em relações e práticas de reciprocidade – quando são comercializadas em mercados?

\*\*\*

Antes de proceder diretamente à discussão que possa levar a uma resposta para este questionamento, gostaria de discorrer sucintamente sobre a discussão de dádiva e reciprocidade nas ciências sociais. Marcel Mauss (2003a) foi o responsável por introduzir de fato a Dádiva nas discussões acerca das prestações, na Antropologia. Essas prestações, conforme o autor, podem ser caracterizadas de distintas formas. Prestações simples (objetos,

visitas, festas) e também prestações totais ou agonísticas (que tem seu expoente mais conhecido o *potlatch* dos povos indígenas do noroeste da América do Norte). Os estudos acerca da dádiva e reciprocidade relacionam-se mais a populações do Pacífico insular, do Subcontinente indiano e da América do Norte, contudo, em o *Ensaio sobre a Dádiva*, o autor vale-se de inúmeros casos, de várias regiões e sociedades para tecer reflexões sobre as prestações. E, no limite, expõe Mauss que dar e retribuir são obrigações com certa universalidade, que se ordenam de distintas formas.

Para Mauss a característica elementar das relações de dádiva concentra-se no trinômio dar/receber/retribuir. Estas três ações compõem relações que escapam da troca e permuta simples e simétrica de objetos. Relações dadivosas estão envoltas de reciprocidade que remetem a vínculos afetivos, morais e relacionais. A lógica que permeia estas relações é o desejo de que sejam produzidas e mantidas relações de aliança, sejam matrimoniais, religiosas, bélicas, jurídicas, econômicas. Não receber algo ofertado, ou não retribuir algo recebido é a resposta negativa pela manutenção dessas alianças. Lévi-Strauss, na década de 1950 e anos subsequentes, irá ampliar a noção de dádiva e o conceito de aliança, para fundamentar as estruturas elementares do parentesco. A partir do seu estruturalismo Lévi-Strauss propõe que há uma universalidade na diversidade das três obrigações da dádiva, que podem ser sintetizadas apenas na noção da troca. Conforme aponta Caillé (1998 s/n)

Lévi-Strauss praticamente reduziu a dádiva à troca e abriu caminho para o desenvolvimento de uma ciência das categorias primitivas que passaria a dar atenção exclusivamente à sua estrutura formal, em detrimento tanto do conteúdo como de seu modo de emergência.

Essa perspectiva propõe entender apenas a forma/estrutura da relação de reciprocidade, reduzindo-a a uma binariedade dádiva/contra-dádiva, uma simples troca de objetos. Dessa forma é abstraído o conteúdo, as motivações, os desejos que constituem a relação em si.

Retornemos agora à questão do comércio das sementes crioulas. De um lado “veículo” das relações dadivosas, por outro, meros produtos de mercado. Ainda que concepções mais cristalizadas sobre a reciprocidade as vêem enquanto princípio oposto ao da troca, muito se tem avançado acerca de uma “reflexão crítica sobre a naturalização da troca” (SABOURIN, 2013, p. 94). O mundo rural acaba tornando-se um local pertinente para refletir sobre esta sobreposição entre relações reciprocidade e práticas de mercado. Sabourin (1999) aponta que em populações rurais é possível observar a coexistência entre relações econômicas não-

mercantis e manejo comunitário de bens ou recursos coletivos e relações mercantis, enquanto práticas parcialmente integradas. Bancos comunitários de sementes e feiras de trocas de mudas e sementes caracterizam essas relações não econômicas e de manejo comunitário.

Quando observamos as sementes crioulas desde as relações de reciprocidade as vemos na cotidianidade dos agricultores. Quando um vizinho fornece um *punhado* de sementes a outro, ou quando ao conseguir uma nova variedade um agricultor distribui aos seus afins na intenção de que “espalhando” essas sementes, elas se fortaleçam e não corram o risco de se perder. Há ainda a troca envolvendo visitas, quando um parente visita outro distante e lhe presenteia com uma muda ou semente que julga importante o outro ter. Esse conjunto de prestações não diz respeito apenas ao ato de dar e a obrigatoriedade moral de receber e retribuir (MAUSS, 2003a). Constituem atos de investimento em relações (STRATHERN, 1998).

Dessa forma, para a reflexão proposta, penso que são as características das sementes crioulas que possibilitam este trânsito entre dádivas e mercados. Essas sementes não possuem donos, em seu sentido mais amplo. As sementes crioulas são sementes livres de propriedade intelectual, sementes que não pertencem a ninguém e são de todos ao mesmo tempo, sementes da humanidade<sup>44</sup>, no limite. Esta característica lhe permite estarem envoltas por “propriedades” dádivas, pois circulam livremente, dependendo apenas dos laços que envolvem quem as dá e quem as recebe. Enquanto isso, as variedades de sementes híbridas e transgênicas – produtos da revolução biotecnológica da agricultura – estão sob controle de regimes de propriedade intelectual, fato que condiciona seu uso e plantio ao pagamento da tecnologia empregada (*royalties*) às corporações detentoras de suas patentes, bem como de todo o pacote tecnológico necessário para a sua produção. Seguindo o que afirma Strathern (2014, p. 307), “a propriedade restringe, assim, as relações entre as pessoas”. Por sua vez a reciprocidade/dádiva produz relações. Atrevo-me a dizer que as relações em que estão envolvidas sementes crioulas performam pessoas, enquanto que as relações mediadas por sementes transgênicas operam em um sentido oposto.

Temos então uma cristalizada dicotomia entre “mercado/transações comerciais” e “dádiva/circulação de dons”. Na qual as trocas de bens e/ou transações mediadas por dinheiro são comumente vistas e entendidas enquanto esvaziadas de laços morais e afetivos entre as pessoas que realizam as transferências. Valendo-se da análise de parentesco bilateral inglês e

---

<sup>44</sup> O conceito de sementes da humanidade, ainda que possa ter uma generalidade, foi-me dito por um dos agricultores com quem convivi.

outros da matriz euro-ocidental, Strathern aponta que é comum nestas sociedades a dicotomização entre afetos e dinheiro em casos de paternidades/maternidades geradas por métodos científico-artificiais. Segundo a autora,

Suas premissas residem na conservação da diferença ontológica entre domínios: em imaginar que as relações afetivas de parentesco são materialmente diferentes do fluxo da vida econômica, ou que a transmissão da substância opera segundo leis biológicas separadas das leis sociais (STRATHERN, 2014, p. 318).

No entanto, se o investigador social se propuser a desprender-se dessa dicotomia, é possível encontrar diálogos e fluidez entre essas perspectivas, do que fronteiras fixas. David Graeber em *Dívida, os primeiros 5.000 anos*, discorre, entre muitos temas, sobre as origens do dinheiro e como a dívida, antes relacionada à reciprocidade e dádiva, passa a ser, nas relações mercantis, instrumentos de dominação<sup>45</sup>. Em um de seus relatos comenta como no período medieval, aldeões britânicos podiam transitar tranquilamente entre relações de reciprocidade e mercantis.

Tudo isso põe em xeque algumas de nossas mais assentadas suposições, porque estamos acostumados a pôr a culpa pelo advento do capitalismo no que chamamos vagamente de “mercado” – a dissolução de antigos sistemas de ajuda mútua e solidariedade e a criação de um mundo do cálculo frio, onde tudo tem seu preço. Na verdade, parece que os aldeões ingleses não viam nenhuma contradição entre as duas coisas. Por um lado, eles acreditavam fortemente na administração coletiva dos campos, dos rios e das florestas e na necessidade de ajudar os próximos em dificuldade; por outro lado, os mercados eram vistos como um tipo de versão atenuada do mesmo princípio, pois se baseavam na confiança. (GRAEBER, 2016, p. 413).

Dando um salto de alguns séculos, outro estudo que aborda este tema é o do antropólogo Ariel Wilks, que estuda os usos sociais do dinheiro na venda de uma revista por moradores “sem teto” em Buenos Aires. O autor aponta que, ainda que a venda da revista por aqueles moradores de Buenos Aires seja mediada por um valor monetário, não é o dinheiro ou o valor por exemplar que move a compra. A partir de sua etnografia ele mostra que pequenos laços morais e afetivos são criados e mantidos entre vendedores e compradores por meio dessa troca monetária. Antes de ser apenas um “mediador” impessoal entre vendedor/revista/comprador, o dinheiro circula ancorado em “princípios de legitimidade, classificações morais e marcos rituais” (WILKIS, 2008, p. 227). No final o autor argumenta

<sup>45</sup> Sobre este tema o autor aponta que a dívida é uma “cria” da reciprocidade, é apenas uma troca não concluída. Ou seja, a dívida não surge com o advento do dinheiro. Pelo contrário, Graeber aponta que o dinheiro pode ser entendido não como uma mercadoria em si, mas uma “ferramenta de contabilidade”, um padrão de medida. Assim, a unidade monetária não é a medida do valor do objeto. É antes, “o reconhecimento de que se deve algo mais valioso que o dinheiro (GRAEBER, 2016, p. 173)



que o dinheiro naquele contexto pode ser abordado desde uma perspectiva de “*reversibilidade* e contiguidade” (WILKIS, 2008, p. 228, grifo nosso) do que uma perspectiva dicotômica.

Antes de seguirmos, uma reflexão pertinente aos dois exemplos de relações não dicotômicas pode ser feita. No caso dos aldeões ingleses do período medieval, fica evidente que se tratava de comunidades pequenas em que praticamente todos os habitantes se conheciam e que a não obrigação das dívidas poderia facilmente se resolvida entre os pares, ou então, sanções poderiam ser tomadas a nível comunal. Para o caso da venda das revistas tais medidas tornam-se impossíveis. Em que pese que haja sim uma moralidade na relação entre quem compra e quem vende, devem ser explícitas duas coisas. Uma, há uma diferença de relações de classe entre vendedor e comprador. Outra, cada pessoa tem uma relação distinta com o dinheiro que circula na relação. Para aquele que compra muitas vezes o valor (em pesos) é insignificante, não lhe fará falta. Para o que vende, é um valor relevante para sua economia cotidiana. Ou seja, há uma assimetria de relações para com o dinheiro.

Todavia, ainda me parece pertinente a ideia de *reversibilidade* proposta por Wilks, na qual para a reflexão acerca da venda das sementes crioulas a tomo emprestada. Vejamos primeiramente as variedades não crioulas – híbridas e transgênicas. Essas variedades possuem em sua genética eventos que inibem sua reprodução, gerando grãos estéreis, além de serem tecnologias patenteadas. Essas tecnologias acarretam que aos agricultores fica-lhe vedada a colheita e resguardo de uma parte da produção, para sementes da safra seguintes (recordemo-nos das regras do Troca-troca estadual!). Este processo acaba forçando-os, dessa forma, a adquirirem novas sementes a cada ano.

Há ainda, no caso das variedades híbridas e transgênicas, as leis e regulações de mercado. Se considerarmos que as sementes crioulas não possuem em sua genética os eventos de esterilidade e tampouco as legislações de propriedade intelectual, isso possibilita que os agricultores guardem sementes a cada safra – prática desde sempre realizada.

Em conversa com Seu Adão, ele expressou essas preocupações e possíveis consequências, quando muitas vezes um agricultor pode até ter o interesse em plantar essas variedades, mas nem sempre é possível.

De repente o pessoal vai buscar uma variedade que conhece e chega lá [na casa agrícola/distribuidora] e não tem, isso pode ocorrer. Uma razão ou outra. Tenho o dinheiro e não posso comprar. No troca-troca não tem a semente que eu queria. Daí eu arrumo uns *pilas* e vou lá no fulano, não tem. Vou lá no cicrano tinha, mas já foi. Essas coisas... Agora se a pessoa tiver uma semente (crioula) bem definida em casa, se produziu, está em casa, guardou. As crioulas e varietais têm a vantagem de se

reproduzir anos e anos, desde que se produza um pouquinho. Isso garante a sustentabilidade da semente, a continuidade dela. Garante o plantio, está em casa a semente. Não tem que ficar se preocupando de depender de dinheiro, buscar variedade.

Há, no caso, a continuidade de um fazer agrícola ancestral – no sentido de que a agricultura nasceu a mais de 7.000<sup>46</sup> anos por meio dessas práticas – e manteve-se desta forma (e algumas comunidades buscam mantê-la e resistir) até o advento das tecnologias híbridas e transgênicas. A fim de aprofundar a discussão vou denominar a capacidade das sementes crioulas de se reproduzirem de *potencial de vida*, distintivamente dos eventos transgênicos que inibem tal processo.

Vejamos, então, a inserção das sementes crioulas em circuitos comerciais e o conceito de *reversibilidade*. As sementes crioulas estão sendo produzidas em escala comercial e vendidas à prefeitura de Canguçu. Esta por sua vez disponibiliza-as no programa Troca-troca. O agricultor interessado nessas variedades as compra com valores reduzidos e facilidades de pagamento<sup>47</sup>. Até o momento temos o dinheiro mediando essas relações. Este agricultor irá plantar as sementes crioulas, colhê-las, dar uso. Contudo, aqui inicia o momento em que as sementes crioulas podem dissolver a dicotomia mercado *versus* dádiva. A presença do *potencial de vida* possibilita ao agricultor que comprou as sementes crioulas, a escolha. Dar uso a toda produção e comprar novas sementes, e assim continuar na lógica mercantil. Ou então selecionar uma parte de sua colheita e guardá-la para o plantio da safra seguinte. Ao eleger esta prática “abre-se” gradualmente o circuito de dádivas, pois este agricultor terá sementes para presentear um vizinho, parente ou participar de uma feira de trocas.

As sementes crioulas “se permitem” serem vendidas, entrarem em circuitos de mercado sem perder as “propriedades dadivosas”. Tal qual a conceito da biologia de “dormência”, em que sementes se conservam em estado de torpor aguardando condições ideais para germinarem, assim permanecem as “propriedades dadivosas”. Isto se assemelha à ideia de que bens/coisas, ainda que vendidos, carregam consigo uma “alma”, uma “potência-individualidade” (MAUSS, 2003a, p. 255/295), em nosso caso as sementes carregam o *potencial de vida* e as propriedades dadivosas. Se fossem sementes comerciais esse circuito não poderia ser retomado, pois, a cada nova safra o agricultor tem, invariavelmente, que comprar novas sementes, pelo fato delas não terem o *potencial de vida*.

<sup>46</sup> Torna-se impossível precisar de quando data a origem da agricultura e a discussão em torno do tema são controversas, Mazoyer (2010), por exemplo, aponta que as primeiras atividades nesse sentido datam entre 10.000 e 5.000 anos passados.

<sup>47</sup> Aqui é importante salientar que, diferentemente da ideia original do programa estadual, neste programa o agricultor não devolve uma quota da produção de suas sementes crioulas, mas faz o pagamento da quantidade adquirida, ao final da safra, com valores subsidiados.

Vimos que as sementes crioulas carregam consigo a possibilidade da dádiva/reciprocidade e o *potencial de vida*. Mas elas carregam mais; com elas está uma possibilidade de embate entre modos de fazer agricultura, modos de vida. Enquanto sementes híbridas e transgênicas são propostas de homogeneização da agricultura, de desenvolvimento econômico, de redução da diversidade biológica, as sementes crioulas se alinham ao lado das diversidades. A ideia de que ao eleger as sementes crioulas se está optando por sua intencionalidade/potencialidade pode ser vista em outros produtos/bens. Segundo Radomsky (2010) agricultores de produtos agroecológicos não os vendem apenas visando um retorno monetário. Sua venda carrega a intenção de afetar o consumidor, buscando não apenas cativá-lo pelo produto em si, mas também por todo o estilo de vida que o grupo propõe. Como sugere o autor no comércio desses produtos

Se nos permitimos refletir que a escolha do produto obrigatoriamente carrega “algo mais” que o artigo comprado – um nome, uma preferência social, um predicado ambiental/natural, uma identificação, uma valorização da cultura que o produziu ou do trabalho do agricultor – é preciso considerar a possibilidade de uma faceta de dádiva “intrometer-se” no âmbito das relações mercadológicas e supostamente impessoais (RADOMSKY, 2010, p. 146).

Assim, ao eleger plantar uma variedade crioula o agricultor não está elegendo apenas a variedade em si. Ele está optando por uma proposta produtiva. Ele está, no limite, apostando em um modelo outro ao modelo de desenvolvimento econômico e produtivo. Uma aposta entre modos de vida. Não importa o meio como elas chegam à mão do produtor – dádiva, troca, aquisição no *troca-troca* – pois no fundo elas levam a (bio)diversidade, reciprocidade, o *potencial de vida* em seu germen. E convidam os agricultores que as cultivam, cultivarem também essas lutas.

### 5.3 SEMENTES CRIOULAS: “HÍBRIDOS” DO SABER E DA AGRICULTURA LOCAIS

Partindo do pressuposto apresentado na seção anterior, podemos refletir que a atividade de resgate, plantio e produção das sementes crioulas reúne entorno de si um conjunto amplo e heterogêneo de conhecimentos e saberes. Essas formas não-científicas de conhecer apresentam uma característica primordial da sua construção, estarem sempre “abertas” a outras/novas possibilidades de conhecimento. Dessa forma, se nos determos exclusivamente nas sementes crioulas podemos dizer que elas são um “híbrido” de saberes e práticas locais. Esses saberes e práticas vêm da composição das relações entre as sementes e os agricultores, os relevos, os animais e o clima. Essa proposição vai na direção de que não há

como entender as sementes crioulas a partir de uma noção de pureza, no sentido de originalidade.

Pureza e originalidade nesse contexto quer se opor à prerrogativa das leis de propriedade intelectual e de patente que requerem uma originalidade, algo inédito, para serem registradas e gerarem dividendos a partir de sua comercialização. Isso porque os agricultores são rigorosos em manter e cultivar suas variedades crioulas puras e longe de contaminações. Assim, aqui híbrido, se refere à composição das relações e dos saberes locais, e não da pureza fenotípica e genética das sementes crioulas. E tampouco se refere um “híbrido puro” do laboratório científico. Refletindo sobre a proposta dos híbridos de Bruno Latour, Strathern (2014, p. 302) aponta que,

O poder retórico do híbrido reside em sua crítica da forma pura, cujo arquétipo é a crítica da separação entre tecnologia e sociedade, cultura e natureza, e humano e não humano. Trata-se, de fato, de crítica: segundo ele, o trabalho de “tradução” depende do trabalho de purificação, e vice-versa. Ao mesmo tempo, a forma hibridizada se vale de uma realidade que as formas puras ocultariam.

O próprio processo de “domesticação” agrícola de milhares de anos configura-se enquanto um processo de seleção e descarte de características e de incorporação de outras. A circulação das sementes crioulas com a circulação das populações humanas por si só já acarreta uma transformação de cada variedade. Não há uma semente crioula única, original que tenha sido conservada desde os primórdios da agricultura.

Assim, as sementes crioulas somente podem ser sementes locais, seja em termos biológicos, agronômicos, sociais, pois, “carregam” consigo saberes e usos particulares de onde estão sendo cultivadas. Vejamos, uma variedade pode sim circular entre lugares distantes ou não, mas distintos desdobramentos podem ocorrer. O primeiro é de uma semente “mãe” que quando semeada em contextos com características geo-climáticas muito distintas não vingarem. Um segundo desdobramento é serem semeadas, vingarem, mas terem incorporado características locais, o que já as torna distintas de suas “mães”, “as plantas, às vezes, dão-se melhor em um local adaptado do que em seu habitat original” (MOONEY, 1987, p. 5). E, por fim, ademais de todas essas transformações trata-se deterem seu uso social distinto em cada lugar. Como afirmam Pelwing *et al* (2008, p. 416),

A conservação realizada na propriedade agrícola envolve seleção e mudança genética contínua, em vez de preservação estática. Esta forma de conservação requer, ainda, que as unidades de produção agrícola e os produtores, sejam os repositórios tanto da informação genética como do conhecimento cultural de como os cultivos são manejados. Esta co-evolução, ao tornar as plantas cultivadas

adaptadas aos locais de cultivo, faz com que sejam facilmente manejadas pelos agricultores, otimizando a fonte de recursos e diminuindo a vulnerabilidade destes frente a situações ambientais adversas.

Se então considerarmos a premissa que as sementes crioulas são sementes que carregam e expressam conhecimento e práticas de um lugar específico, concluímos que há (ainda) modos de fazer agricultura específicos e diversos. Com isso lanço uma reflexão desencadeada nas conversas com meus interlocutores, acerca da categoria de Agricultura Familiar (AF). Muitos de meus interlocutores quando questionados sobre a pertinência e do por que eleger as sementes crioulas não somente como uma alternativa econômica, mas também como um modelo produtivo – como proposto no final da seção anterior – sugeriam que as sementes crioulas eram/são sementes da agricultura familiar. O jovem agricultor Mauro conversando sobre este tema, afirmou que *“preservar a semente crioula é a viabilidade social da agricultura familiar, porque senão tudo vai ficar dependente dessas empresas”*. Seu Adão em outro momento contava-me que para ele sempre existiu agricultura familiar,

Adão – Na década de cinqüenta, sessenta... Naquele tempo já era agricultura familiar, não tinha esse nome. Mas tomara que continue agricultura familiar!

Vinícius – Mas como é que chamava naquela época?

A – Não, não tinha. Nem tinha agricultor. Homem da roça, homem da lavoura, mas não tinha um nome específico para a agricultura que se praticava. Mas era o mesmo estilo de agora. A diferença eram as cultivares. Na época eram outras coisas que se plantava, hoje é uma monocultura. A soja hoje aqui na nossa região funda praticamente a monocultura.

Ante a algumas dessas respostas, passei a questionar-me então sobre este conceito/categoria tão caro a um segmento da sociedade brasileira. Esses questionamentos me levaram a dois pontos principais. Primeiramente, uma reflexão acerca das definições e propostas do documento publicado em 1994 pela FAO e Inca *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável* que sub-categoriza a AF, para projetar políticas públicas. A partir disso passei a refletir sobre qual agricultura familiar estavam falando meus interlocutores. Essa reflexão se desdobrou em outra, pois ao voltar-me para a realidade rural do estado do Rio Grande do Sul é possível que encontremos desencontros (desculpem-me a redundância e cacofonia!) na agricultura familiar.

Pois bem, iniciemos pelo documento “Diretrizes”. Esta publicação se dá em um momento crucial para os rumos do desenvolvimento da agricultura brasileira. Sua boa intenção era gerar subsídios para legitimar e fomentar uma grande parcela da população rural

enquanto propulsor produtivo do desenvolvimento da nação. Como afirma o texto, seu principal objetivo era “contribuir na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil”, tendo sido pensado a partir de dois eixos condutores, “uma caracterização do potencial de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e uma delimitação do público alvo das políticas recomendadas” (FAO/INCRA, 1994, p. 1). O documento projetou três sub-categorias para a AF, consolidados, de transição e marginais/periféricos. Ainda que o documento seja explícito ao valorizar a AF como categoria transformadora, ele delimita seu público alvo na “agricultura familiar de transição”. Nessa categoria os estabelecimentos familiares seriam o elo fundamental da modernização, e que por meio dos incentivos estatais, poderiam se transformar em empresas familiares viáveis. Não é necessário explicitar que a categoria dos “consolidados” já seriam essas empresas familiares. Enquanto que os periféricos não seriam o público alvo, pois não teriam “capacidade de autofinanciamento, pela exiguidade e fraqueza de suas terras, pela falta de capacitação de seus recursos humanos” (FAO/INCRA, 1994, p. 5). Mooney (1987, p. 49) aponta que já nos primórdios da RV havia um direcionamento para quais agricultores seria oferecido e vendido as novas tecnologias,

Quando a Fundação Ford estabeleceu o Programa Intensivo de Assistência para a Agricultura, seu objetivo principal era o grupo de produtores de classe média. A teoria prevalecente na época era a de que apenas esse grupo poderia assumir o risco envolvido e mostraria criatividade para responder à nova tecnologia.

O trecho de Mooney acima citado não corrobora apenas com ideia de categorização dos agricultores e o direcionamento para aqueles mais “aptos” às novas tecnologias e projetos de desenvolvimento. Ele preconiza um modelo que irá influenciar política e projetos em nações como o Brasil. Debruçando-se na leitura do documento FAO/Inkra é possível visualizar e destacar essas referências.

A promoção da agricultura familiar, como linha de estratégia de desenvolvimento rural, trará muitas vantagens para a sociedade brasileira. É o que mostra a experiência histórica das nações mais *avançadas*... Foi o que aconteceu nos países de *sucesso*, nos quais a imensa prosperidade na produção de alimentos e fibras deve-se à maior flexibilidade da *empresa agrícola* de caráter familiar. (FAO/INCRA, 1994, p. 2, grifos nossos)

Há uma evidente referência nos pressupostos do desenvolvimento econômico, onde o aumento da produtividade serviria de base para o crescimento econômico e social. E, conseqüentemente, as referências práticas são nas nações industrializadas e “desenvolvidas” do norte global.

Há de se ressaltar que a intenção da proposta era equilibrar forças entre a agricultura patronal e a agricultura familiar. Contudo, conforme ocorre em quase todos os processos de categorização e classificação, ao fazê-lo acaba-se homogeneizando a diversidade. A agricultura familiar proposta pelo documento projeta um modelo específico de fazer agricultura na qual o objetivo é introduzi-la no conjunto do agronegócio. O ato de relegar a sub-categoria dos “marginais e periféricos” não se deve apenas aos motivos acima apresentados. Penso que isso ocorreu pelo fato de que na sua totalidade existam um sem número de modelos e modos de agricultura que não se adequariam ao modelo “agricultura familiar do agronegócio”, ou antes, que tampouco desejariam adequar-se<sup>48</sup>.

Retomando a fala de Seu Adão do diálogo acima, é interessante atentarmos para dois momentos, nos quais, parece-me, estão refletidas essas categorizações. Quando ele se refere que a AF de antanho “*era o mesmo estilo de agora*”, é indício que ele está se referindo o modo de fazer agrícola do qual ele realiza – da subsistência à diversidade de cultivos. Já quando fala que a “*diferença eram as cultivares, hoje é uma monocultura*” se refere a um modelo de AF próximo ao desejado e proposto no documento “Diretrizes”.

Infelizmente categorizações deste tipo acabam servindo para criar e acentuar dicotomizações. É evidente, porém não explícito, que com a projeção da agricultura familiar para o agronegócio buscava-se alavancar o Brasil de uma condição de país “subdesenvolvido” ou em desenvolvimento para uma de país “desenvolvido”. Popularmente tem-se a imagem da metade sul do Rio Grande do Sul como uma região marcada pelo “atraso” econômico, de propriedades com grandes extensões de terra. Na outra ponta tem-se uma metade norte caracterizada por pequenas propriedades da agricultura familiar, com índices econômicos e sociais desejados como desenvolvidos<sup>49</sup>. Esta dicotomia é muito cara e presente nos discursos sobre a realidade social do Rio Grande do Sul, e além de geral estereótipos e segregações,

---

<sup>48</sup> Para aprofundar mais sobre este tema conferir MACHADO, D.C.M. **Influências das racionalidades e dos modos de vida na apropriação da política pública pelos agricultores tradicionais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017 (no prelo)

<sup>49</sup> Marcelo Souza Cotrim (2003) em sua tese sobre a pecuária familiar em Canguçu aponta que a essa divisão entre metade sul e metade norte, está relacionada ao processo de ocupação fundiária do estado do Rio Grande do Sul. Segundo ele a ideia “[...] de que o estado do Rio Grande do Sul é formado por duas diferentes partes, tem seu princípio ligado ao processo de ocupação fundiária do estado. Esse processo iniciou-se pela concessão de sesmarias aos militares portugueses e pelo assentamento de açorianos durante o século XVII, que foi a principal forma de ocupação das regiões sul do estado, mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu a colonização das terras do planalto, ao norte do estado, com a chegada de imigrantes europeus, os quais receberam áreas menores. A partir desta constatação, nas últimas décadas, estudiosos e pesquisadores se incumbiram de difundir a ideia que a estrutura fundiária estaria assentada na polarização entre ‘minifúndios’ e ‘latifúndios’. Mais do que isso, passou-se a acreditar que os sistemas produtivos praticados na agropecuária gaúcha poderiam ser identificados e classificados a partir do tamanho da terra disponível.”.

acaba subsidiando a formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas para uma e outra região.

A metade norte do Rio Grande do Sul é conhecida por ter muitas propriedades da agricultura familiar e apresentar índices elevados de desenvolvimento. No que se refere à temática agrícola é o “celeiro” na produção de *commodities* no estado e excelência no emprego de tecnologias, “trata-se de uma região muito heterogênea, onde uma produção inicialmente muito diversificada tendeu a ceder, paulatinamente, em muitas áreas, espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja” (ALONSO; BANDEIRA<sup>50</sup>, 1994, p. 224 *apud* FINOKIET, 2016, p. 50). A agricultura familiar da monocultura como se refere Seu Adão! Por outro lado Canguçu – que pertence à metade sul do estado – é conhecida e auto-reconhecida como a “Capital latino-americana da agricultura familiar”. São mais de 14.000 pequenas propriedades, caracterizadas como de agricultura familiar. Porém, essa peculiaridade não eleva o município ao status de desenvolvido. Pelo contrário, acentua sua condição de “não desenvolvido”. Dessa forma, qual a diferença que torna uma região “desenvolvida” e outra não, sendo que em ambos os casos a presença massiva da agricultura familiar?

Alguns trabalhos já têm realizado algumas reflexões nesse sentido. Neske (2014) a partir de trabalho realizado com pecuaristas familiares da região do Alto do Rio Camaquã, busca refletir porque a região sul é estigmatizada como pobre, atrasada e “subdesenvolvida”. Valendo-se de referenciais teóricos do programa Modernidade/Colonialidade e pensamento Decolonial, o autor aponta que a construção histórica da região sul do estado forjou discursos e subjetividades sobre e nas populações locais relegando-lhe tais estigmas. Especificamente sobre Canguçu, Finokiet (2016) realizou estudo em escolas do município em que são analisados discursos e práticas que envolvem processos de racialização e, novamente, a estigmatização acerca da região sul do estado ser “subdesenvolvida”.

A fim de fundamentar sua argumentação a autora traz uma discussão semelhante a que proponho, mostrando como a metade norte do Rio Grande do Sul se constitui, discursivamente, como uma região “desenvolvida”. Enquanto que a metade sul é relegada a alcunha de “subdesenvolvida”.

Alguns dos trabalhos que, de alguma forma, tratam da história do Rio Grande do Sul e da “Metade Sul” tendem a associar o desenvolvimento econômico dessa região do

---

<sup>50</sup> ALONSO, J. A. F., BANDEIRA, P. S., BENETTI, M. D. **Crescimento econômico da região sul do RS: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE. 1994. 229p.



Estado ao surgimento das charqueadas e, por conseguinte, sua estagnação ao declínio dessas atividades. Ao mesmo tempo, vai se fortalecendo a ideia de que a “Metade Norte” e “Nordeste” é, em contrapartida, mais desenvolvida em função das pequenas propriedades e da imigração alemã e italiana. (FINOKIET, 2016, p. 55)

A autora argumenta ainda que, em que pese a presença de em ambas as regiões, de propriedades da agricultura familiar, e alguns fluxos migratórios que se assemelham, há uma construção de discursos e práticas que opõem essas regiões. Ainda nesta perspectiva, a autora discorre que esta contradição e diferença são construídas através de discursos racializantes, na qual há a idéia “de que existe um modo desejável de trabalho agrícola (nesse caso o dos colonos imigrantes alemães e italianos) assim como um tipo de desenvolvimento desejável” (FINOKIET, 2016, p. 62).

Desse modo, vemos que existe não somente um desenvolvimento desejável, como aponta a autora, mas também uma agricultura familiar desejável, como intencionava o documento *Diretrizes*. Mas o que ocorre, quando os próprios agricultores não almejam tal desenvolvimento e tampouco se “encaixam” no modelo de agricultura familiar empresarial? Quando seus discursos e práticas os conduzem para outros rumos e objetivos e assim mesmo se consideram agricultores familiares<sup>51</sup>, temos então um impasse. A reflexão que proponho para tal impasse é muito singela e segue a linha de argumentação acima proposta para as sementes crioulas. Os agricultores com quem convivi, e seus pares, expressam e praticam uma Agricultura Familiar distinta daquele apregoada tanto no documento FAO/INCRA quanto a desejada e incentivada pelos órgãos estatais.

Podemos afirmar que este seja um modelo de Agricultura Familiar *local*, que se caracteriza de forma sistêmica e que respeita dinâmicas internas próprias, mostrando e reivindicando a heterogeneidade da AF. Essas famílias, talvez, sejam aquelas “periféricas” que não eram o público alvo das políticas públicas para a AF dos anos noventa, ou até mesmo famílias que eram as de “transição” e não conseguiram se transformar em empresas familiares. Seu isolamento e marginalização dentro das categorizações ou o “insucesso” na transição levou-lhas a manter um fazer agrícola “tradicional” e diverso daquele da modernização da agricultura. Se em momentos pretéritos essa manutenção da tradição condicionava-as enquanto atrasadas e marginais, neste momento de revalorização de conhecimentos e práticas locais, as torna focos de resistência. Possibilitando que essas

---

<sup>51</sup> Durante todo o período de pesquisa de campo em nenhum momento os agricultores deixaram de se autodefinir enquanto agricultores familiares. Nenhuma outra categoria, camponês, colono, etc., foi usada por eles.

propriedades foquem não somente nas prioridades econômicas, mas também sociais e ambientais, (PELWING *et al*, 2008).

Finalizo esse capítulo enfatizando uma ideia que esteve presente em diversos momentos. Refiro-me à ideia de localidade, no sentido de que os agricultores são atores que conduzem seus cotidianos a partir de conhecimentos e práticas situadas. Falamos aqui de políticas do lugar, sementes crioulas locais e agricultura familiar local. Não é aleatório que a ideia de localidade acompanha esses sujeitos.

Parece-me que, no caso específico das sementes crioulas e meus interlocutores, há uma concatenação indissolúvel entre eles e a ideia de local. Ouso afirmar, dessa forma, pois quando falamos de localidade, falamos de diversidade. E um dos pressupostos da diversidade é a impossibilidade de que algo (conhecimentos, práticas, etc.) seja universal. Variedades híbridas e transgênicas são pensadas para serem universais, produzíveis em qualquer lugar, desprovidas de qualquer apego e significado social. A agricultura familiar, enquanto categoria social e econômica, da forma que foi proposta nas distintas instâncias estatais, também bem foi pensada para ser adequável a qualquer pequeno e médio agricultor passível de produzir dentro dos ditames do agronegócio.

Assim, se sementes crioulas e agricultura familiar, forem pensadas desde o local, ao associarmos uma à outra, isso nos leva a outro desdobramento. A possibilidade de que emirjam políticas do lugar. Tanto no caso do programa troca-troca municipal, como nos casos das autoras Gibson-Graham, é possível ver que políticas do lugar somente emergem quando prática e conhecimentos situados estão envolvidos. Políticas e categorizações que são concebidas para terem escopo amplo, dificilmente levam em conta a diversidade. Para concluir, penso que, somente sementes crioulas – e seu *potencial de vida* – e agricultura familiar locais possibilitam o trânsito entre dinâmicas de mercado e de reciprocidade. Como vimos sementes crioulas podem facilmente circular entre reciprocidades/mercados/reciprocidades, e desempenham papéis econômicos e afetivos para muitas famílias. Híbridos e transgênicos são somente grãos que circulam entre carrocerias e conveses, e são apenas tratados como *commodities* cotizadas no mercado especulativo. Em resumo diria, o local é diversidade e a diversidade é local.

\*\*\*

Nesse capítulo juntamente com o anterior o escopo das discussões são as sementes crioulas e desdobramentos que elas têm nos e dão para os cotidianos de quem as cultivam. As

divisões por temas acabam sendo um recurso a fim de poder aprofundar cada um deles, porém é óbvio que no vivido eles não apenas estão conectados como também se confundem e se sobrepõem. Devido a isso me parece pertinente conectar alguns dos temas tratados anteriormente com os desse capítulo.

A viabilidade das sementes crioulas, sejam elas comercialmente importantes ou não, passa por um dedicado trabalho de resgate das famílias agricultoras que as cultivam, mas, sobretudo pelo zelo das agricultoras em conservar a diversidade em suas hortas e quintais. Essa ação se complementa nos momentos em que há a circulação das espécies por meio das trocas e ofertas (dádivas) das sementes e mudas. Ou seja, circuitos econômicos de troca e reciprocidade envolvem práticas e conhecimentos que nos remetem a tempos pretéritos em que se deve reconhecer o protagonismo das agricultoras e seu trabalho invisibilizado pelas hierarquias de gênero.

Contudo, esse trabalho não se esgota na esfera do doméstico, tampouco na economia da dádiva. O zelo pela agrobiodiversidade em conjunto com os cultivos de variedades crioulas em escala possibilitam a resistência dessas variedades, bem como dos conhecimentos, práticas e modos de vida. Em consequência disso é possível visualizar que da amálgama desses três elementos emerge ações insurgentes que se concretizam localmente. As *políticas do lugar* são experiências desse tipo que, a partir da articulação e participação dos atores locais, acaba contemplando as demandas de seus protagonistas. E, ainda que sejam políticas que façam parte do jogo econômico, devido às propriedades dádivas e ao *potencial de vida* das sementes crioulas, possibilitam a manutenção de formas econômicas da dádiva.

**Imagem 6: Sementes crioulas, potência de vida**



Fonte: foto do autor (2017)

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS. TRANSGENIA: COLONIALIDADE DO PODER/SABER E DESENVOLVIMENTO EM UMA MESMA SEMENTE, ou do definhado, transformar e replantar.**

*Tanto as culturas como as economias da Ásia, África e América Latina têm sido açambarcadas pela economia de mercado ocidental sob o pretexto de alimentar os famintos, sendo levados a um sistema de alimentos que não tem funcionado satisfatoriamente, e que está eminentemente ameaçado pela destruição das opções alternativas. (MOONEY, 1987, p. 49)*

Nesse que vem a ser o capítulo que encerra a dissertação, fui instigado, a partir de algumas ideias, a escrever algumas reflexões propositivas acerca de alguns temas trabalhados. Dessa forma, antes de ser um apanhado conclusivo das principais proposições feitas durante todo esse percurso, faço algumas considerações no sentido de seguir ampliando as discussões feitas aqui. O capítulo está fundamentado em uma proposta de teorias e possibilidades acadêmicas dos estudos sociais, que me parece, buscam refletir sobre o sistema de razão moderno-ocidental, bem como a emergência de formas outras de mundos vividos. Reporto-me ao programa latino-americano Modernidade/Colonialidade e pensamento Decolonial (MCD).

Estes estudos são desdobramentos das obras do filósofo argentino Enrique Dussel e do sociólogo peruano Anibal Quijano e, posteriormente do semiótico argentino Walter D Mignolo. Sucintamente, Dussel realiza uma reflexão histórica, política, econômica e social, de como a ontologia predominante na Europa ocidental emergiu e consolidou-se como *o modus operandi* de organização social a partir do advento das expedições marítimas ibéricas no século XV. Esse processo acarretará naquilo que o autor chama de *eurocentrismo*. Quijano (1992), por sua vez, contribui com a proposta ao propor o conceito de “colonialidade do poder” o qual pode ser entendido enquanto um conjunto de práticas de subjetivação, mecanismos de poder, dominação e discriminação – articulando raça e trabalho, espaços e pessoas – que se produziram a partir da estrutura colonial. Para Quijano (2005), uma das questões centrais da colonialidade é que esta é proporcionalmente “dependente” da modernidade euro-ocidental, ou seja, uma não pode existir sem a outra. Dessa forma, em que pese o fim da dominação colonial econômico-territorial, a colonialidade se perpetua nas sociedades colonizadas na racionalidade da modernidade ocidental, que tratam – continuamente – de desqualificar formas de conhecimentos de outrem. Sendo assim o “eurocentrismo” da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como ‘centro’” (DUSSEL, 2005).

A partir desses trabalhos há um desencadeamento dos estudos do programa MCD. A contribuição de Mignolo é aprofundar a ideia de que os conhecimentos e saberes não se dão desde uma neutralidade e imparcialidade das pessoas. Antes, há um conjunto de práticas e referências – políticas, sociais, ambientais, etc. – que conformam estes conhecimentos, ou seja, há uma “geopolítica do conhecimento” ou “geopolítica do conhecer” (MIGNOLO, 2010). Outra contribuição do autor foi introduzir a ideia de “pensamento fronteiro”, que são formas potenciais de conhecimento que se encontram fora do marco da modernidade dominante, movendo-se por distintos processos históricos. Temos assim como principais eixos do programa MCD, as origens do eurocentrismo e sua pretensa universalidade; desdobramentos da modernidade/colonialidade como modelo hegemônico de conhecimento e organizador da vida social e; emergência e insurgência de conhecimentos que não figuram na modernidade ocidental.

Arturo Escobar define qual é o propósito teórico e político do programa MCD que busca

Intervir decisivamente na discursividade própria das ciências modernas para configurar outro espaço para a produção de conhecimento – uma forma distinta de pensamento, um paradigma outro, a possibilidade mesma de falar sobre ‘mundos e conhecimentos de outro modo’ (ESCOBAR, 2003, p. 53, tradução nossa).

Ou seja, o MCD ao se pensar enquanto um *paradigma outro* propõe uma possibilidade contrária a qualquer uma das grandes narrativas da modernidade. Suas questões assentam-se em não ser mais uma alternativa dentro da linearidade histórica de epistemes modernoracionais. Mas sim em introduzir os contextos geohistóricos e biográficos dos processos de conhecimento, afirmando os direitos epistêmicos desvalorizados não eurocêtricos. Um dos resultados últimos da proposta decolonial é “uma possibilidade de pensamento desde diferentes espaços que finalmente rompe com o eurocentrismo como única perspectiva epistemológica” (ESCOBAR, 2003, p. 66).

Em que pese a modernidade ter navegado pelos “sete mares” com as nações da Europa ocidental ela está intimamente ligada ao processo colonial das Américas. Durante estes mais de quinhentos anos de ocupação vários foram os processos e mecanismos de imposição e manutenção da modernidade euro-ocidental. Castro-Gomez (2005) aponta que a constituição da história latino-americana a partir da modernidade/colonialidade se deu em três principais etapas não lineares que se sobrepõem. Dominação por meios coercitivos e impositivos – violência física; naturalização do imaginário europeu enquanto única forma de

relacionamento com a natureza, mundo social e subjetividades e; sedução por meio da mistificação da produção de conhecimento. Os mecanismos que foram lançados para operar estas etapas foram muitos. A ideia e conceito de raça são as principais delas, pois segundo Quijano, possibilitou que emergisse um novo sistema de dominação social. A raça enquanto um mecanismo de dominação viabilizou que populações e pessoas fossem hierarquizadas enquanto sua natureza material. Entre outros se destacam a crença na razão, o indivíduo, o conhecimento científico, a burocracia administrativa, e o controle do trabalho, por meio do capitalismo. Todos esses mecanismos, tal quais as etapas descritas por Castro-Gómez, não são lineares e se sobrepõem.

O desenvolvimento, enquanto modelo econômico, político e social também pode ser arrolado nesta lista de mecanismos de manutenção da modernidade/colonialidade. A propósito, um poderoso mecanismo, pois como foi pontuado no segundo capítulo, conjuga vários dos outros elementos. Categorização e hierarquização entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, planificação burocratizada, legitimização pela racionalidade e ciência ocidentais, etc.. Quijano (2000, p. 78) aponta que o debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento sempre esteve inserido no padrão eurocêntrico do conhecimento. Escobar, ao investigar as “origens” do terceiro mundo desde uma “antropologia da modernidade” propõe que o desenvolvimento seja analisado,

“dentro do espaço global da modernidade, e mais particularmente a partir das práticas econômicas modernas. A partir desta perspectiva, o desenvolvimento pode ser visto como uma investigação geral acerca da modernidade ocidental como fenômeno cultural e histórico específico” (ESCOBAR, 2007, p. 32, tradução nossa).

Outro importante mecanismo de manutenção da modernidade/colonialidade é produção de subjetividades e o governo e produção de corpos. Se em um primeiro momento esse mecanismo operou por meio da violência física, o avanço do conhecimento científico proporcionou outras técnicas. Com o aprimoramento da medicina desde o século XVIII corpos e subjetividades passaram a ser cada vez mais controlados. O desenvolvimento vertiginoso da indústria químico-farmacêutica complementou o trabalho da medicina por meio da medicalização. O dispositivo mais recente (mas nem tão recente assim) de governo dos corpos vem se dando por meio da alimentação, melhor dito, pela padronização das dietas alimentares das populações<sup>52</sup>. A padronização alimentar está intimamente relacionada à

<sup>52</sup> Estima-se que as populações pré-históricas tinham uma dieta com mais de 1.500 espécies vegetais silvestres, sendo que na agricultura do mesmo período foram usadas cerca de 500 espécies. Em um intervalo de mil anos essa diversidade se reduziu a 200 espécies cultivadas por pequenos horticultores e a 80 espécies pelos

transformação da agricultura e, por conseguinte, ao desenvolvimento. Conforme apontou Lander (1993, p. 165), a adoção do modelo de desenvolvimento econômico-tecnológico na agricultura provocou um estado paradoxal, em que pese o aumento e expansão da produção agrícola, se deteriora os níveis alimentares das populações. Essa padronização e deteriorização passa pela implementação da revolução Verde e a criação de variedades híbridas e posteriormente da revolução biotecnológica com as variedades transgênicas. Se, como propus no segundo capítulo, as variedades transgênicas podem ser entendidas como empreendimentos de desenvolvimento, logo podemos afirmar que elas também fazem parte do arcabouço de mecanismos de manutenção da razão moderno-colonial.

Além de serem potenciais transformadores da alimentação, os transgênicos são utilizados de outras formas na manutenção da modernidade/colonialidade. O conhecimento empírico e cotidiano de meus interlocutores desvela essas outras formas, que pretendo trazê-las na sequência. Antes, porém, é importante que seja feita uma ressalva. Essas são interpretações minhas a partir de suas falas refletidas com as pressupostos teóricos, em nenhum momento dos diálogos eles mencionaram os termos de modernidade, colonialidade ou eurocentrismo.

\*\*\*

Um dos principais dispositivos de manutenção da modernidade/colonialidade se dá através da construção dos regimes de verdade. Dentro desse sistema qualquer forma de conhecimento para se tornar legítimo deve ser proveniente ou validado pela Ciência. Conseqüentemente, as variedades manipuladas nos laboratórios de universidades, empresas e instituições de pesquisa são consideradas melhores. Dessa forma, variedades portadoras desses conhecimentos – como apontado anteriormente – têm o poder de “seduzir” aos agricultores, sob inúmeros argumentos. O jovem agricultor Mauro contando-me com os híbridos e transgênicos foram introduzidos em Canguçu, relatou sua própria experiência com as variedades transgênicas e o melhoramento *in farm*. Instigado pelas belas promessas dos transgênicos, ele também plantou uma variedade destas sementes. Ao plantar o milho, seguiu a lógica normal para a cultura. Convicto da eficácia da semente resistente à lagarta, propagandeado pela empresa, foi pego de surpresa com a infestação da mesma em praticamente toda lavoura. Na mesma época foi convidado a participar de um dia de campo

---

produtores comerciais, sendo que são apenas 20 as principais espécies do cultivo em campo (MOONEY, 1987). Estas informações são de estudos da década de 1970, o que nos leva a refletir que a diversidade possa ter diminuído ainda mais.



promovido pela sementeira. Indignado com o ocorrido na lavoura e o prejuízo futuro, ele participou do evento, e relatou o que lhe ocorreu,

Tu chegas lá e é tudo bonito, as plantações vistosas, aquele milho verde, espigas grossas, sem nenhuma lagarta. Dão brinde para os agricultores, pagam churrasco, tudo para convencer o agricultor de plantar aquele milho. Mas eu fui porque estava “encucado” com aquelas lagartas do meu milho. Peguei e levei umas canas com espiga e tudo, para mostrar. Daí quando o técnico estava falando sobre a resistência do milho levantei a mão e perguntei. ‘Por que o meu milho estava cheio de lagarta, se a propaganda diz que ele é resistente a ela?’ Aí o técnico começou a me desdizer, que eu é quem havia errado, que não tinha seguido as orientações corretas. Me perguntou se eu havia passado o agrotóxico. Mas aí contestei. ‘Como é que eu podia estar errado se a promessa da semente é de que ela seja resistente?’ Imaginei que não fosse necessário passar agrotóxico.

Continuou conversando com o técnico da sementeira, mas a conversa sempre era levada na direção de que ele é quem havia errado. Seguíamos a conversa falando sobre a seleção e melhoramento das espécies visando sua produtividade. Sua inconformidade seria de como é possível afirmar que uma semente transgênica poderia se nomeada “melhorada” se o que de fato ocorre é uma transformação de seu material genético. Para ele,

Melhorar uma semente se constitui em um longo processo de plantio e seleção de características desejadas, que leva tempo e dedicação, um trabalho que é feito na roça, na terra. O homem desde o princípio da agricultura vem melhorando suas sementes. Hoje há agricultores que ainda melhoram, mas muito ficou na mão dos lugares de pesquisa, como a Embrapa, (Ao dizer isso me olhou seriamente e continuou). A Embrapa também nos auxiliou, lá no início, fornecendo algumas variedades de milho e feijão melhorados. Aí um dia eu fui numa saída de campo lá na Embrapa (Pelotas/RS) e fiquei esperando para conversar com um dos pesquisadores. Porque, eu além de plantar sementes, também estou melhorando uma variedade de feijão, já faz alguns anos. Eu estava esperando ele para conversar, queria tirar umas dúvidas, pensei que ele iria se interessar sobre meu trabalho. Aí comentei com ele que estava melhorando uma variedade e tal. Mas ele nem me deu muita atenção. Falou ‘ah que interessante. Faz assim, uma hora que tu vem de novo para a Embrapa, traz um punhadinho. Um punhadinho assim, para a gente ver.’ Aí pensei, vou sim levar pra ele, (num tom de desdém, mas ao mesmo tempo de tristeza) nem deu atenção, eu querendo dialogar, trocar experiência, mas ele nem estava aí pra mim. Aí tu vê o problema das instituições, a Embrapa mesmo já se abriu mais, mas continua fechada para muita coisa. Então estou continuando sozinho a melhorar esse feijão, com a ajuda de algum técnico quando precisa.

Perguntei-lhe, então, como era realizado esse melhoramento.

Primeiro tu pegas várias sementes de feijão com características diferentes e mistura tudo e planta, misturado mesmo. Quando cresce, na lavoura mesmo, tu vais selecionando as plantas que tu achas melhor para as características que tu queres – mais alta do chão, vagem de um jeito ou de outro, grão pequeno, grão grande. Quando está pronto tu colhes e depois separa as melhores sementes que produziram daqueles pés que tu escolheste. Aí na safra seguinte tu plantas aquelas sementes escolhidas, as outras tu vais descartando. A cada safra tu vais escolhendo as melhores até chegar nas características que tu estas buscando, isso é o

melhoramento. Eu agora estou terminando, estou escolhendo uma variedade que tenha o caule alto do chão pra poder colher com a ceifadeira.

Seguindo os estudos pós-coloniais e decoloniais, sobre a geopolítica do conhecimento e o privilegio epistemológico do ocidente, autores como Houtondji (apud MIGNOLO, 2010, p. 21) afirmam que em um suposto benefício do progresso material dos países do “terceiro mundo” os *desenhos científicos*, ou seja, as demandas de conhecimento não partem desde as necessidades dos sujeitos locais, senão por e para europeus ou estadunidenses.

O relato de Mauro aponta elementos nesse sentido. Ao afirmar que a “*Embrapa continua fechada para muita coisa*” e expressar tristeza pela pouca importância com que foi recebida sua iniciativa de melhoramento da variedade de feijão, vê-se nitidamente como a colonialidade do poder/saber se expressa no cotidiano. A Embrapa, como anteriormente foi dito, é uma instituição de pesquisa agrônômica que tem, desde sua origem, a finalidade de buscar melhorias e criar alternativas para a agricultura. Em que pese algumas iniciativas individuais de pesquisadores “desviantes” que acreditam em outras possibilidades de agricultura, seu foco está no agronegócio. Entretanto, “desviantes” ou não, a instituição é um local de pesquisa científica, ou seja, o maior dos seus valores segue sendo o conhecimento científico racional-cartesiano. Ao desdenhar do experimento que Mauro realiza em sua propriedade, o pesquisador materializa a assimetria que há entre o conhecimento científico – a Ciência – e o conhecimento prático, o saber local/tradicional do agricultor. Evidenciando o que Quijano (1992, p. 13) afirma ser uma mistificação dos próprios padrões de produção do conhecimento ocidental, distanciando-os dos demais, para ensiná-los de forma parcial e seletiva.

Segundo Carneiro da Cunha (2007), existem sim incomensurabilidades entre os conhecimentos tradicionais e o conhecimento científico, porém essas diferenças de medidas não residem nos resultados de um e outro. Jazem na sua pretensão explicativa – verdade absoluta e universalidade para o científico, acolhimento de explicações divergentes e situadas para os tradicionais – e nas estratégias operativas, enquanto a ciência opera por meio de unidades conceituais, os conhecimentos tradicionais operam por unidades perceptuais. Enfim, sua incomensurabilidade está nos critérios de validação. Nesse caso, fica patente que os conhecimentos relacionados ao melhoramento do feijão do agricultor e da instituição são hierarquizados segundo critérios de validação diferentes.

A atividade de promoção do milho transgênico da qual Mauro participou também nos remete a essa reflexão. O técnico da sementeira, ao responsabilizar Mauro pela perda da

lavoura em decorrência da infestação de lagartas, eximindo-se e eximindo a empresa, mais uma vez expõe a diferença de poder que há em relação aos conhecimentos. Uma prática recorrente na extensão rural é ver o agricultor como receptáculo de conhecimentos, muitas vezes distantes e alheios ao seu fazer cotidiano. Os resultados das atividades empreendidas a partir desses encontros parecem desvelar as assimetrias de poder implicadas nessas práticas. Se forem “exitosos” são divididos da “boa” tecnologia se malogrados a responsabilidade recai no agricultor que não soube aplicar bem a “boa” tecnologia. Porém, poucas vezes é posto em evidência que cultivar uma roça de milho para um agricultor que a faz desde sua tenra idade é uma atividade que envolve um conhecimento demasiado consolidado que, no limite, afirmaria é corporificado<sup>53</sup>.

Ambos os eventos podem nos remeter ao que Mignolo (2010) aponta para a “geopolítica do conhecimento” (ou a falta dela!). Tanto o pesquisador como o técnico, são herdeiros de uma prática em que o sujeito está apartado do que conhece. Ele é levado a crer que seu fazer-conhecer se dá desde um lugar neutro e desapegado (recordemo-nos de Haraway e sua crítica à ciência ocidental), onde o que impera são as “necessidades locais imperiais projetadas para todo o globo” (MIGNOLO, 2010, p. 38). Como se vê, a colonialidade de poder/saber se expressa em diferentes instâncias e de distintas maneiras no cotidiano, de forma a constituir a própria subjetividade das pessoas, colonizando seus horizontes imaginários. Esta prescrição de dominação é de longa data imposta às populações não euro-ocidentais, na América Latina, Ásia e África.

Além da hierarquização e assimetria de conhecimentos, os transgênicos possibilitam a colonização e manutenção da colonialidade de poder/saber de elementos fundamentais para a atividade agrícola de pequenos agricultores não empresariais. Essas variedades acabam exercendo uma colonização ecológica. Agricultores, como o senhor Cléu, que estão atentos à harmonia ambiental sabem observar esse poder colonizador.

Quando tu planta o milho, o feijão, enfim, tu não planta só aquilo, tem uma diversidade de seres aí que ajudam o milho se desenvolver. Os microrganismos do solo, as aves, os insetos, as abelhas. Eu faço caminhadas todas as manhãs, aqui na

---

<sup>53</sup> Ao afirmar que o conhecimento do agricultor é um conhecimento corporificado, reporto-me a ideia de que é um conhecimento que é aprendido e apreendido pela prática e experiência do cotidiano. Resgatando Marcel Mauss (MAUSS, 2003b), em seu ensaio sobre as técnicas corporais, o corpo é, ao mesmo tempo, objeto e meio técnico que a partir da prática cotidiana incorpora determinado conhecimento. Durante minhas visitas não raro me deparava com manifestações de conhecimentos corporificados, quando, por exemplo, um agricultor diferenciava uma lavoura de milho crioula da de transgênico apenas ao olhá-la, enquanto para mim ambas eram apenas milho.

vizinhança. Saio bem cedo, aí na primavera tu saís está tudo em silêncio, e conforme tu vais passando e só escuta as abelhas. Esses tempos eu passei na frente de uma lavoura de soja aqui de um vizinho, uns quilômetros adiante. Era bem época de florada, e tu escutavas só as abelhas. Nos dias seguintes não fui para aqueles lados, foi bem quando passaram os agrotóxicos na lavoura. Quando passei de novo, dias depois, era um silêncio só. Claro, as abelhas que tinha lá, provavelmente morreram todas. Essas plantas desse tipo de lavoura, não são plantas, porque elas não interagem com o meio-ambiente. Elas só estão aí esperando receber. Receber, sol, água, nutrientes, adubo, agrotóxico.

Este relato mostra uma compreensão holística do ambiente, e da importância de que cada ser tem na manutenção de sua harmonia. E ao mesmo tempo revela o quanto os transgênicos e todo seu pacote tecnológico acabam destruindo esta harmonia. Vários estudos têm levantado discussões sobre uma possível extinção das abelhas e outros insetos polinizadores em decorrência da atividade agrícola que faz uso de variedades transgênicas e agroquímicos. Além disso, como ocorre com outros alimentos, muitas amostras de mel têm sido identificadas como contaminadas com pólen transgênico, e conseqüentemente descartadas para o comércio.<sup>54</sup>

Conforme apontam Escobar e Pardo (2005, p. 347–348) a biodiversidade emerge como uma disputa em um campo discursivo em que há uma “assimetria fundamental entre a ciência e a economia moderna, por um lado, e o conhecimento local e as práticas da natureza, por outro”. A preservação e valorização de espécies vegetais não manipuladas geneticamente e os conhecimentos que giram em torno delas vêm se convertendo em uma forte pauta para diversos grupos sociais em diferentes partes do mundo (SHIVA, 2005). A cada lavoura de variedades transgênicas plantada não há apenas uma prerrogativa econômica em jogo, há também uma relação de poder. Conversando com Mário, ele me contava como vários produtores de sementes crioulas deixaram de produzi-las devido a presença de lavouras transgênicas lindeiras.

Mário – No passado o técnico nosso já teve que condenar lavouras de produtor de sementes. Sabe o que é chegar para o produtor e dizer para ele: ‘ó tua lavoura de milho não vai dar porque a vinte, trinta, cinquenta metros de onde você plantou tem uma lavoura de transgênico. Não serve mais para sementes.

<sup>54</sup> Estudo no México têm avaliado os impactos dos transgênicos na atividade apícola. Para aprofundar a reflexão consultar: Beltrán et al. Cultivos transgênicos y su impacto en la apicultura. **Vida Apícola**: Barcelona, 2014.; Vandame, R. Miel y cultivos transgênicos en México: Principio de precaución y generación de evidencias. **Memórias**, XIX Congreso Internacional de Actualización Apícola: Oaxaca, 2012.; Ribeiro, S. Transgênicos contra la apicultura. ETC Group, 2011. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/es/content/transg%C3%A9nicos-contra-la-apicultura>. Para caso brasileiro consultar: Abreu, L., Salomé, J.A., Orth, A.I. Comportamento higiênico em colônias de abelhas africanizadas submetidas à ingestão de pólenes de milho transgênico e convencional. **Acta Veterinária Brasilica**: Mossoró, 2015.

Vinicius – E então o que o produtor faz?

M – Vende para o comércio, para os vizinhos, sei lá para quem, como milho não como semente.

V – Mas, esses produtores tentaram continuar a produzir?

M – Não, muitos pararam. Continuam pegando semente aqui, mas sabem que não dá para plantar (para produzir semente) porque o vizinho planta transgênico, entendeu? Continuam usando a semente crioula, continuam consumindo na propriedade a semente crioula, mas é possível que esteja contaminada. Então para semente não serve mais, já era.

Estes episódios refletem no poder colonizador que os transgênicos têm sobre outras variedades. Variedades crioulas cultivadas próximas de variedades portadoras de transgenia dificilmente podem ser consideradas puras, pois o mecanismo de polinização aberta do milho acarreta que esse possa ser polinizado por qualquer pólen presente no ambiente. Uma vez contaminada a lavoura é descartada para sementes por sua impureza e passa a estar sob os desígnios legais de patentes e *royalties*, mesmo que não haja intenção do agricultor<sup>55</sup>.

Vemos, portanto que os transgênicos são mecanismos de manutenção da colonialidade do poder/saber que colonizam desde as lavouras e as variedades, até aos agricultores e os desdobramentos de seu cotidiano. Os transgênicos são expoentes máximos tanto da ciência como da modernidade ocidental e como empreendimento de desenvolvimento representam um processo civilizatório radical. Como sugere Lander (2001, p. 16)

Trata-se de um modelo, padronizado que pretende impor cultivos e sementes de uma muito limitada variação genética em todo o planeta. Busca-se substituir o conhecimento local, tradicional, corporeizado, adaptado a contextos ecológicos extremamente diferenciados por modelos industriais nos quais se aspiram alcançar o máximo de controle possível (tradução nossa).

Nesse exercício propositivo tenho tentado dar conta de visualizar como transgênicos, desenvolvimento e colonialidade andam por um caminho estreito que os aproxima. Outro argumento que pode ser lançado para visualizar tal condição e o da pretensa universalidade e estandardização. Os transgênicos são concebidos para serem cultivados em qualquer condição

<sup>55</sup> Um dos casos mais conhecidos relacionados com a contaminação de lavouras e pagamentos de *royalties* é o do agricultor canadense Percy Schmeiser. Produtor e melhorista de canola, este agricultor foi processado e condenado a pagar direitos de uso de propriedade intelectual à empresa Monsanto em 1998. Isso ocorreu porque um agricultor vizinho de Percy cultivou uma variedade transgênica da corporação e a partir da contaminação cruzada das lavouras Percy foi acusado de estar cultivando a variedade transgênica sem autorização e pagamentos à Monsanto. Durante o processo o agricultor alegou nunca ter usado indevidamente nem ter tido o interesse nessa variedade. Entretanto, o juiz o condenou alegando o uso da tecnologia independe de como ela foi inserida na lavoura seja por polinização cruzada, por insetos, vento ou até mesmo sementes que tenham caído de caminhões durante o transporte. Além disso, a condenação a lavoura independe do percentual de contaminação, sendo 1% ou 99% contaminada a totalidade a lavoura passa ser de propriedade da empresa detentora da tecnologia transgênica. Percy não submeteu ao veredicto, enfrentou a corporação multinacional e chegando a hipotecar residência e propriedade para custear o processo.

geo-climática, ou seja, independente das especificidades de clima, relevo e usos sociais. Essa pretensão universalista está ancorada no valor e legitimidade da tecnologia e dos insumos. Além disso, seu cultivo acarreta na eliminação das diversidades biológica, agrícolas e culturais.

Vandana Shiva – física, ativista ambiental e ecofeminista indiana independente – possui reflexões contundentes sobre as relações entre transgênicos, desenvolvimento e colonialidade (ainda que não se refira nestes termos acerca do último conceito). Pensando a partir das monoculturas agrícolas a autora lançou mão do conceito de “monoculturas da mente” (SHIVA, 2003, p. 15), para refletir no atual processo de homogeneização não somente das espécies vegetais, mas também das percepções e mundos vividos, enfim, da diversidade. Para ela a perda das diversidades pode nos levar à perda de alternativas e horizontes de vida. Ao apontar que um sistema de saber é um sistema de poder, Shiva (2003, p. 17) mostra que “as monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição progresso, crescimento e melhoria”. Isso corrobora com a ideia de que os transgênicos concebidos enquanto projetos de desenvolvimento quanto cultivados “germinam” não somente os objetivos de desenvolvimento, mas também mecanismos da modernidade/colonialidade.

Mas então, ao depararmos com este panorama seríamos levados a pensar que o presente e o futuro que se avizinha estão fadados ao fracasso? Ouso afirmar que não, contudo, tampouco é um porvir otimista. Shiva aponta que as alternativas existem, mas para que sejam concretizadas deve-se levar a cabo a preservação da diversidade. É crescente a emergência de práticas cotidianas que vieram resistindo nestes séculos de repressão e também de conhecimentos que se subvertem. Na seguinte e última seção gostaria de trazer novamente algumas das experiências dos agricultores de Canguçu que podem ser entendidas nessa direção.

\*\*\*

(In)felizmente esta dissertação encontra-se sob os cânones da ciência ocidental. Logo, durante esse processo foi inevitável ter lançado mão de dualismos na reflexão e principalmente na escrita para chegar ao final. Fica evidente que trabalhei com duas categorias que sempre estiveram ou em oposição ou em diálogo, as sementes crioulas e as variedades transgênicas. Tendo inclusive capítulos reservados para cada uma delas, em especial. Apesar disso, procurei dar conta de que essas partições duais não se manifestam de

tal forma nas realidades estudadas. Ao contrário, são completamente miscíveis. Esta também é uma das reflexões críticas ao programa MCD, que por mais potente que seja para pensarmos práticas e epistemes da modernidade e sua lógica, muitas vezes, ainda opera a partir de uma dualidade: *modernidade* e *fora da modernidade*. Dificilmente as realidades vividas encontram-se perfeitamente divididas e opostas nestes termos. As razões são múltiplas, porém penso que, a potencialidade capilar dos discursos e práticas moderno-coloniais e o próprio caráter contraditório e imponderável do cotidiano, sejam dois motivos desta “mistura” de referenciais. Com o tema das sementes esta questão torna-se bem visível. Sementes crioulas e transgênicas convivem em um mesmo espaço, no limite, estarão lado a lado em lavouras vizinhas.

Uma das possibilidades de compreender a complexidade das realidades desde uma crítica à modernidade/colonialidade e os conhecimentos que ali se encontram é a partir do conceito de fronteira, ou seja, que são nas bordas que se encontram essas situações compósitas. Desde a ideia de fronteira de Walter Mignolo propõe que exista um “pensamento fronteiro” (MIGNOLO, 2003), que se caracteriza pela possibilidade de emergência de um potencial de conhecimento daqueles que não são valorados na modernidade/colonialidade. Para o autor “o pensar fronteiro é uma maneira de ser e de existir de todos aqueles e aquelas que habitam o *border*, “/”, na fronteira que separa e une colonialidade e modernidade” (MIGNOLO, 2013). Esse pensamento de fronteira não pode evitar a influência do pensamento da modernidade, mas tampouco se subjugua completamente a ele, daí justamente o caráter de composição de influências.

Mignolo (2013) acrescenta que quando em condição de fronteira existem três caminhos possíveis a serem seguidos:

- a) a assimilação dos preceitos e referências da modernidade/colonialidade;
- b) a adaptação da melhor forma possível, a fim de garantir a sobrevivência, e;
- c) a adaptação seguida de transformação, ou seja, quando as pessoas passam a construir ou reconstruir projetos que levam a outros modelos de vida.

É nesse momento que a condição de fronteira é potencializada, aliando experiência e ação. O projeto de resgate e de preservação das sementes crioulas pelos agricultores de Canguçu pode ser compreendido como uma ação nesse sentido. Esses agricultores sempre estiveram rodeados pela modernidade/colonialidade e os principais mecanismos de sua manutenção. Relações assimétricas de poder, hierarquização de conhecimentos, projetos de

desenvolvimento, modernização da agricultura. Quanto às sementes, desde a chegada das variedades híbridas com revolução verde e mais recentemente os transgênicos, sempre existiram fluxos entre o cultivo ou não delas nessa fronteira. Há os agricultores que as assimilaram, os que se adaptaram a elas e os que buscaram construir outras possibilidades, como os agricultores produtores de sementes crioulas.

Ainda que o pensamento de fronteira proponha o reconhecimento dessas iniciativas e conhecimentos como potenciais e liberadores, a análise crítica feita a ele é que o mesmo ainda opera desde a dualidade modernidade/fora da modernidade. Fortemente influenciado por Mignolo, o antropólogo argentino Mario Blaser, propõem que essa “rigidez” dualista do pensamento fronteiro seja transformada em “diálogo fronteiro”. A noção de diálogo é proposta justamente para dar sentido que nas fronteiras existe um fluxo de relações e todas as consequências delas imbricadas. Para o autor o diálogo de fronteira “busca permitir que as formas modernas de conhecer sejam ‘contaminadas’ por práticas [...] de conhecimento radicalmente diferentes daqueles mundos/realidades considerados inferiores pela modernidade” (BLASER, 2013, p. 42 tradução nossa).

Novamente as iniciativas dos agricultores produtores de sementes crioulas possibilitam que pensemos os diálogos de fronteira. Primeiramente, ao resgatar essas sementes e produzi-las fora do pacote tecnológico, os agricultores apontam que nem tudo que é moderno necessariamente é melhor ou potencial de prosperidade. O diálogo de fronteira, como sugere Blaser – em que as práticas e conhecimentos da modernidade são “contaminados” por práticas e conhecimentos outros – reside justamente nessas ações. Os agricultores não negam a modernidade, mas selecionam o que lhes é proveitoso. Exemplo disso é, de um lado, o uso de tratores e maquinário na lavoura e, do outro, o rechaço aos agroquímicos.

Ainda, ao produzirem as sementes crioulas em média e grande escalas também desejam participar de circuitos econômicos. Porém isso não significa que se submetam a mercados globais, ao contrário, possibilita que sejam estabelecidas as *políticas do lugar*, que contemplem os interesses dos próprios agricultores, além de buscarem transações mais equânimes para todos. Por fim a aliança entre os agricultores e o *potencial de vida* das sementes crioulas oportuniza que ademais de reintroduzir relações econômicas não-mercadoológicas, como troca, reciprocidade e dádiva, sejam semeadas outras possibilidades de conhecer, fazer e viver.



Gostaria de encerrar este trabalho com a fala do jovem agricultor Mauro falando a importância das sementes crioulas, *“se, se perde as crioulas acaba-se ficando na mão dessas poucas empresas, e isso vai tornar inviável a agricultura familiar. Preservar a semente crioula é a viabilidade social da agricultura familiar. Essas sementes são da humanidade, não têm dono”*.

## REFERÊNCIAS

- AGODI, A. *et al.* Detection of genetically modified DNA sequences in milk from The Italian market. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, [S.l.], v. 209, p. 81–88, 2006.
- AQUINI, D. **Guardiões de sementes do Sul do RS e a construção de um sistema intersocial**. Pelotas: PPS, 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
- BENTO, C. M. **Canguçu, reencontro com a história; um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983.
- BEVILAQUA, G. *et al.* Agricultores guardiões de sementes e ampliação da agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, p. 99–118, 2014.
- BLASER, M. **Un relato de la globalización desde el Chaco**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2013.
- BONATTI, M. **Cambios climáticos, percepciones humanas y desarrollo rural**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desarrollo Rural) - Facultad de Agronomía, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 205–227, 2004.
- \_\_\_\_\_; PAULINO, M. I. As agricultoras do sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 171–174, 2004.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, 1998.
- CAMARA, M. C. *et al.* Transgênicos: avaliação da possível (in)segurança alimentar através da produção científica. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 669–381, 2009.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista da USP**, São Paulo, p. 76–84, 2007.
- CASSOL, K. **Construindo a autonomia: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- \_\_\_\_\_; WIZNIEWSKY, C. Saberes tradicionais e sementes: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 10, p. 246–275, 2015.
- CASTRO-GÓMEZ, S. **La poscolonialidad explicada para niños**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_; MARCUS, G. **Retóricas de la Antropología**. Madrid: Júcar, 1991.

COTRIM, M. **“Pecuária Familiar” na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS**. Porto Alegre: PGDR, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CUNHA, F. L. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de Sementes na Paraíba**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DELEUZE, G. **Foucault**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1986.

DELGADO, G. Questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51–90.

DESER/CEMTR-PR. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. DESER/CEMTR. 1996.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24–32.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 1, p. 51–86, 2003.

\_\_\_\_\_. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO, D. (Org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17–31.

\_\_\_\_\_. **La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas: Editorial el perro y la rana, 2007.

\_\_\_\_\_. **Más allá del Tercer Mundo : globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2012.

\_\_\_\_\_; PARDO, M. Movimentos Sociais e Biodiversidade no pacífico Colombiano. *In*: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Semear outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ESTEVA, G. Desarrollo. *In*: SACHS, W. (Org.). **Diccionario del Desarrollo: una guía del conocimiento como poder**. Lima: Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996, p. 52–78.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. FAO/INCRA. 1994.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. New York: Cambridge University Press, 1990.

FERREIRA, A. B. De H. Desenvolvimento. *In: Mini Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 240.

FIALHO, M. A. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: Interpretações sobre o comportamento coletivo**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FINOKIET, M. *et al.* Educação do Campo em Assentamentos da Reforma Agrária. **Retratos de Assentamento**, Araraquara, v. 18, p. 241–261, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discursos e práticas sociais em escolas de Canguçu – Rio Grande do Sul** : articulações entre racialização e desenvolvimento. Porto Alegre: PGDR, 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GIBSON-GRAHAM, J.-K. Violence of development: two political imaginaries. **Development**, Basingstoke, v. 47, p. 27–34, 2004.

GONÇALVES, M. Acabe com a semente crioula do seu vizinho. **Centro de Estudos Ambientais**, [S.l.], 25 abr. 2010. Disponível em: <<https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/programa-troca-troca-de-sementes/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GRAEBER, D. **Dívida: os primeiros 5.000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 19–50.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 7–41, 1995.

KILIÇ, A.; AKAY, T. A three generation study with genetically modified Bt corn in rats: Biochemical and histopathological investigation. **Food and Chemical Toxicology**, [S.l.], v. 46, p. 1164–1170, 2008.

LANDER, E. El desarrollo latinoamericano: modelos alternativos, economía y ecología. **Rev. Venez. de Sociología y Antropología**, Caracas, p. 151–178, 1993.

\_\_\_\_\_. Los derechos de propiedad intelectual en la geopolítica del Saber de la sociedad global. **Rev. del Centro Andino de Estudios Internacionales**, Quito, p. 79–88, 2001.

LATOUR, B. Bruno Latour: “O objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis”. *In: SILVA, J. M. da. Diálogos*, Porto Alegre, 11 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/2017/03/1005/bruno-latour-o-objetivo-da-ciencia-nao-e-produzir-verdade-indiscutiveis-mas-discutiveisblb/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

LIMA, S. **Agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento**: um estudo sobre os avanços, dilemas e perspectivas da UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (RS). 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

MACHADO, C. “**Aqui até o arado é diferente**”: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PGDR, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014

MACHADO, C; PIEVE, S.; MENASCHE, R. **Entre trocas e reciprocidades**: a experiência da Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares de Canguçu. *In*: REDE DE ESTUDOS RURAIS. Natal: 2016.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do Poder/Michel Foucault**. São Paulo: Graal, 2013, p. 7–34.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003a, p. 185–318.

\_\_\_\_\_. As técnicas do corpo. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003b, p. 401–424.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

MELLO E SOUZA, A. De (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGAS, 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MENEGONI, C. **Sementes crioulas**. O caso do programa de produção de sementes desenvolvido pela União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu. Porto Alegre: Plageder/PGDR, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MIELITZ, C. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (Org.). **Las agriculturas familiares del Mercosur** : trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61–78.

MIGNOLO, W. **Histórias locais, designs globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

\_\_\_\_\_. Desobediencia Epistémica II. **Otros logos**, Neuquén, 2010. v. 1, p. 8–42.

\_\_\_\_\_. A decolonialidade como caminho para cooperação. **Rev. do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, p. 21-25, 2013. Disponível em:

<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5253&secao=431](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5253&secao=431)>. Acesso em: 3 jan. 2017.

MILANI, C. R. S. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. *In*: MELLO E SOUZA, A. De (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2014, p. 33–56.

MOONEY, P. **O Escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos.** São Paulo: Nobel, 1987.

MOSSE, D. **Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice.** London: Pluto, 2005.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NESKE, M. Z. **Colonialidade e desenvolvimento:** a ressignificação do lugar em “zonas marginalizadas” do sul do Rio Grande do Sul. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLANDA, R. B. **Famílias guardiãs de sementes crioulas:** a tradição contribuindo para a agrobiodiversidade. 2015. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

PELWING, A. B.; FRANK, L. B.; BARROS, I. B. Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul. **Rev. de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, p. 391–420, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, p. 11–20, 1992.

\_\_\_\_\_. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, p. 73–90, 2000.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107–130.

RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual.** 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO, M. G. M. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 4, p. 453–463, 2009.

RIST, G. **El desarrollo: história de una creencia occidental**. Madrid: Catarata, 2002.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 19, p. 44–49, 1999.

\_\_\_\_\_. Enfoques anti-utilitaristas e pós-coloniais aplicados a economias e sociedades camponesas. **Realis**, Recife, v. 3, p. 78–110, 2013.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, p. 151–165, 2005.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W. (Org.) **Diccionario del Desarrollo**: una guía del conocimiento como poder. Lima: Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996, p. 1–8.

SARAVALLE, C. **Banco de sementes**: estratégia de resitência camponesa na (re)produção da vida e da agrobiodiversidade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCAGLIONI, S.V **Seminário de Agrobiodiversidade em Pelotas/RS**. 18 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A-Mq2RB0exc>>.

SEGATO, R. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Brasília, 1998. (Série Antropologia).

SÉRALINI, G.-E. *et al.* Genetically modified crops safety assessments: present limits and possible improvements. **Environmental Sciences Europe**, London, v. 23, 2011.

\_\_\_\_\_. *et al.* Long term toxicity of a Roundup herbicide and a Roundup-tolerant genetically modified maize. **Food and Chemical Toxicology**, [S.l.] 2012.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

\_\_\_\_\_. Biodiversidade, Direitos de Propriedade Intelectual e Globalização. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Semear outras Soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, P. *et al.* Rede de sementes agroecológicas Bionatur: uma trajetória de luta e superação. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 33–37, 2014.

STRATHERN, M. Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua - Nova Guiné. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 109–139, 1998.

\_\_\_\_\_. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO INTERIOR DE CANGUÇU - UNAIC. **União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu**. [S.l.], [2016]. Disponível em: <<http://unaic.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

VALLE, S. Transgênicos sem maquiagem. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 493–498, 2000.

VENZKE, J. **Segurança alimentar do milho geneticamente modificado contendo o gene cry1Ab de Bacillus thuringiensis**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Biotecnologia Agrícola, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

VERCESI, A.; RAVAGNANI, F.; DI CIERO, L. Uso de ingredientes provenientes de OGM em rações e seu impacto na produção de alimentos de origem animal para humanos. **Rev. Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 38, p. 441–449, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, p. 131–152, 2008.

WALSH, M. *et al.* Effects of feeding Bt MON810 maize to sows during first gestation and lactation on maternal and offspring health indicators. **British Journal of Nutrition**, London, v. 109, p. 873–881, 2013.

WILKIS, A. Os usos sociais do dinheiro em circuitos filantrópicos. O caso das “publicações de rua”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 205–234, 2008.

WOORTMANN, E. Família, mulher e meio ambiente no seringal. *In*: NIEMEIER, A. M.; GODOI, E. (Org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 167–200.

\_\_\_\_\_; WOORTMANN, K. **O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.